

COMANDO DA AERONÁUTICA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA



Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 2017.

BOLETIM DO COMANDO DA AERONÁUTICA Nº 003



Para conhecimento do Pessoal da Aeronáutica, publico o seguinte:

PRIMEIRA PARTE

ATOS DOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO

SEÇÃO I - PODER LEGISLATIVO (Sem alteração)

SEÇÃO II - PODER EXECUTIVO

1 – DESIGNAÇÃO

PORTARIA Nº 5, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO GABINETE DA CASA MILITAR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo art. 2º da Portaria nº 7, de 20 de maio de 2016, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, resolve:

Designar o 1S BCO ANDERSON LUIS PRATES PERALTA para exercer a função de Assistente, código GR IV, na Assessoria Especial da Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional da Casa Militar da Presidência da República.

ESTARCK PEREIRA MOTTA
(DOU2 Nº 3, DE 04 JAN 2017)

SEÇÃO III - PODER JUDICIÁRIO (Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

SEGUNDA PARTE

MINISTÉRIO DA DEFESA **(Sem alteração)**

TERCEIRA PARTE

ATOS DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA, DOS CHEFES E DIRETORES DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA DO CMTAER

SECÃO I - GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

1 – AFASTAMENTO DO PAÍS - AUTORIZA

PORTARIA Nº 1.723/GC4, DE 29 DE DESEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta do Ofício nº 90/DFA-SAP/3457, de 14 de dezembro de 2016 (Processo nº 67012.003510/2016-46), do CENIPA, resolve:

Autorizar o afastamento do País do servidor Classe III NICELIO JOSE LOURENÇO (IAE/1349624) para viajar a *West Hartford* – Estados Unidos da América, a fim de cumprir Missão EXTRA-PLAMTAX/GABAER/2016 (ÔNUS) – Realizar perícia nos dados da E.C.U. (*Engine Control Unit*) e da H.M.U. (*Hydro Mechanical Unit*) da aeronave Bell 407, matrícula PR-CBB, envolvida em acidente aeronáutico em 26 de junho de 2016; com início previsto para o dia 21 de janeiro de 2017 e duração de sete dias, incluindo o trânsito, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, e com a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, sendo que as despesas serão custeadas pelo Fundo SIPAER (Ação 2913, Fonte 0250.120.377).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica

2 – APOSTILA

De acordo com o disposto no art. 1º da Portaria nº 716/GM1, de 10 de setembro de 1993, e considerando o que consta da Mensagem Fac-símile nº 756/GTE_P.INTE/10012, de 21 de dezembro de 2016 (Processo nº 67282.009653/2016-81), do GTE, apostilo o seguinte: A Missão de que trata a Portaria nº 1.458/GC4, de 9 de novembro de 2016, publicada no BCA Ostensivo nº 199, de 22 de novembro de 2016, teve a sua duração alterada para quatro dias.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

De acordo com o disposto no art. 1º da Portaria nº 716/GM1, de 10 de setembro de 1993, e considerando o que consta da Mensagem Fac-Símile nº 756/GTE_P.INTE/10012, de 21 de dezembro de 2016 (Processo nº 67282.009653/2016-81), do GTE, apostilo o seguinte: A Missão de que trata a Portaria nº 1.484/GC4, de 16 de novembro de 2016, publicada no BCA Ostensivo nº 199, de 22 de novembro de 2016, teve duração de seis dias, sendo cinco dias na Espanha e um dia em Cabo Verde, o primeiro pernoite na Espanha e a última etapa em Cabo Verde.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

De acordo com o disposto no art. 1º da Portaria nº 716/GM1, de 10 de setembro de 1993, e considerando o que consta da Mensagem Fac-Símile nº 756/GTE_P.INTE/10012, de 21 de dezembro de 2016 (Processo nº 67282.009653/2016-81), do GTE, apostilo o seguinte: A Missão de que trata a Portaria nº 1.538/GC4, de 28 de novembro de 2016, publicada no BCA Ostensivo nº 206, de 5 de dezembro de 2016, teve a sua duração alterada para três dias.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

Maj Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO
Chefe do GABAER

3 – DESIGNAÇÃO

PORTARIA Nº 1.738/GC1, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o disposto no art. 3º, parágrafo 1º, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 9.442, de 14 de março de 1997, e o que consta do Processo nº 67441.010946/2016-31, resolve:

DESIGNAR o Brigadeiro Médico R/1 FERNANDO JOSÉ TEIXEIRA DE CARVALHO (NO 1369377) para prestação de Tarefa por Tempo Certo, em caráter excepcional e mediante aceitação voluntária, no Hospital de Força Aérea do Galeão (HFAG), a contar da data de sua apresentação pronto para o serviço, pelo prazo de trinta e seis meses, na forma da ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 251/GC3, de 14 de março de 2016, devendo ficar vinculado àquele Hospital para efeito de percepção de proventos, durante a presente prestação de Tarefa.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica
(DOU2 Nº 251, DE 30 DEZEMBRO 2016)

PORTARIA Nº 1.733/GC4, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea “h”, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e de conformidade com o disposto na Portaria nº 545/MD/2014, publicada no DOU nº 47, de 11 de março de 2014, e considerando o que consta da

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

Mensagem Direta nº 487/ISC1/18833, de 22 de dezembro de 2016 (Processo nº 67050.019363/2016-70), do EMAER, resolve:

Designar o Cap Eng DANIEL LELIS BAGGIO (CCA SJ/4130537) para viajar a *Binghamton* – Estados Unidos da América, a fim de cumprir Missão EXTRA-PLAMTAX/COMGAP/2017 (ÔNUS) – Realizar o *Flight and Ground Vehicle Simulation Course – 2017 and Next Generation Display System Requirements, Metrics and Measurements*; com início previsto para o dia 22 de janeiro de 2017 e duração de onze dias, incluindo o trânsito, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, e com a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973.

PORTARIA Nº 1.725/GC4, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta da Parte nº 43/SCER, de 21 de dezembro de 2016 (Processo nº 67000.012734/2016-88), do GABAER, resolve:

Designar os militares abaixo relacionados para viajarem a *Punta Arenas* – Chile, a fim de cumprirem Missão EXTRA-PLAMTAX/CMTAER/2016 (ÔNUS) – Integrar a Comitativa do 4º Voo de apoio da FAB à Operação Antártica XXXV; com início previsto para o dia 9 de janeiro de 2017 e duração de cinco dias, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, e com a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, sendo o transporte efetuado em aeronave militar:

Brig Méd	ANTONIO ERNANI GRILLO JORDÃO (DIRSA/0141763); e
Brig Eng	AUGUSTO LUIZ DE CASTRO OTERO (IAE/1569619).

PORTARIA Nº 1.724/GC4, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta da Mensagem Direta nº 485/ISC1/18613, de 20 de dezembro de 2016 (Processo nº 67050.019140/2016-11), do EMAER, resolve:

Designar o Maj Av JORGE PETROLA FERREIRA (2º/6º GAV/3147223) para viajar a *Londres* – Inglaterra, a fim de cumprir Missão EXTRA-PLAMTAX/CMTAER/2016 (ÔNUS) – Participar da 4ª conferência anual *ISR Airborne & C2 Battle Management*; com início previsto para o dia 12 de março de 2017 e duração de sete dias, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, e com a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

PORTARIA Nº 1.648/GC4, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta da Mensagem Fac-símile nº 748/GTE_SCMDO/9819, de 13 de dezembro de 2016 (Processo nº 67282.009426/2016-56), do GTE, resolve:

Designar os militares abaixo relacionados para viajarem a *Bogotá* – Colômbia, a fim de cumprirem Missão nº 73/PLAMTAX/GABAER/2016 (ÔNUS) – Apoiar o Ministério da Defesa; com início previsto para o dia 15 de dezembro do corrente ano e duração de dois dias, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, e com a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, sendo o transporte efetuado em aeronave militar:

Maj Av	BRUNO ALEXANDRE DE MORAIS LIMA (GABAER/3147320);
Maj Av	GUSTAVO FERREIRA RIZZUTI (GTE/3257622);
3S BMA	LUIZ PAULO DE SOUSA E CRUZ (BABR/6445691); e
3S TAR	ANDRE SALES DOS SANTOS NASCIMENTO (GTE/6369308).

PORTARIA Nº 1.649/GC4, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta da Mensagem Fac-símile nº 747/GTE_P.INTE/9818, de 13 de dezembro de 2016 (Processo nº 67282.009425/2016-10), do GTE, resolve:

Designar os militares abaixo relacionados para viajarem a *Rio Negro* – Colômbia, a fim de cumprirem Missão nº 73/PLAMTAX/GABAER/2016 (ÔNUS) – Apoiar o Ministério da Defesa; com início previsto para o dia 16 de dezembro do corrente ano e duração de dois dias, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, e com a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, sendo o transporte efetuado em aeronave militar:

Maj Av	CARLOS HENRIQUE BALDIN (CENIPA/3051358);
Cap Av	THIAGO AZEVEDO EUZEBIO (GTE/3323790);
SO BMA	SANDRO AURELIANO PEREIRA (GTE/2557797); e
3S TCO	JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO (GTE/3731391).

PORTARIA Nº 1.722/GC4, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta do Ofício nº 90/DFA-SAP/3457, de 14 de dezembro de 2016 (Processo nº 67012.003510/2016-46), do CENIPA, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

Designar o Maj Av CAIO BATALHA FRANKLIN DE SIQUEIRA (SERIPA IV/3257762) para viajar a *West Hartford* – Estados Unidos da América, a fim de cumprir Missão EXTRA-PLAMTAX/GABAER/2016 (ÔNUS) – Realizar perícia nos dados da E.C.U. (*Engine Control Unit*) e da H.M.U. (*Hydro Mechanical Unit*) da aeronave Bell 407, matrícula PR-CBB, envolvida em acidente aeronáutico em 26 de junho de 2016; com início previsto para o dia 21 de janeiro de 2017 e duração de sete dias, incluindo o trânsito, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, e com a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, sendo que as despesas serão custeadas pelo Fundo SIPAER (Ação 2913, Fonte 0250.120.377).

PORTARIA Nº 1.647/GC4, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta da Mensagem Fac-símile nº 746/GTE_SCMDO/9797, de 12 de dezembro de 2016 (Processo nº 67282.009396/2016-88), do GTE, resolve:

Designar os militares abaixo relacionados para viajarem a *Buenos Aires* – Argentina, a fim de cumprirem Missão nº 73/PLAMTAX/GABAER/2016 (ÔNUS) – Apoiar o Ministério das Relações Exteriores; com início previsto para o dia 13 de dezembro do corrente ano e duração de dois dias, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, e com a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, sendo o transporte efetuado em aeronave militar:

Maj Av	BRUNO PERRUT GOMES GARCEZ DOS REIS (CECOMSAER/3146472);
Cap Av	FÁBIO DE MATOS FERREIRA (GTE/3985350);
2S BMA	RAFAEL OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE (GTE/4422368); e
T1 TAR	JOÃO GERONIMO RIBEIRO DOS SANTOS (GTE/6275567).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica

4 - MISSÃO - ALTERA

PORTARIA Nº 1.737/GC1, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com a delegação de competência constante no Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e o que consta do Processo nº 67500.005831/2016-83, resolve:

ALTERAR, a missão de que trata a Portaria nº 1.496/MD, de 10 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 110, de 11 de junho de 2014, Seção 2, alterada pela Portaria nº 631/GC1, de 6 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 107, de 7 de junho de 2016, Seção, referente ao Tenente-Coronel Engenheiro CHRISTIAN GIORGIO ROBERTO

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

TARANTI (NO 2564904), realizando a missão nº 5/EXTRA/GABAER/PLAMENS EXT 2014 - PROCESSO DE ABSORÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DO SISTEMA SATÉLITE GEOESTACIONÁRIO DE DEFESA E COMUNICAÇÕES ESTRATÉGICAS (SGDC), na Sede da Empresa Thales Alenia Space, na cidade de Cannes, no estado Província-Alves Costa Azul, França, quanto ao seu término; onde se lê: "...duração de 1251 dias, com período máximo de retribuição no exterior de 1283 dias..."; leia-se: "...duração de 1036 dias, com período máximo de retribuição no exterior de 1067 dias...".

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica
(DOU2 Nº 251, DE 30 DEZEMBRO 2016)

5 – PORTARIA - HOMOLOGA

PORTARIA Nº 1.727/GC4, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta do Ofício nº 663/SECCPEA/3104, de 29 de novembro de 2016 (Processo nº 67562.003370/2016-80), da ECEMAR, resolve:

Homologar na Portaria nº 1.329/GC4, de 13 de outubro de 2016, publicada no BCA Ostensivo nº 180, de 20 de outubro de 2016, a designação do Brig Int R1 LUIZ TIRRE FREIRE (UNIFA/1126792).

PORTARIA Nº 1.731/GC4, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta da Mensagem Fac-símile nº 756/GTE_P.INTE/10012, de 21 de dezembro de 2016 (Processo nº 67282.009653/2016-81), do GTE, resolve:

Homologar na Portaria nº 1.458/GC4, de 9 de novembro de 2016, publicada no BCA Ostensivo nº 199, de 22 de novembro de 2016, a designação do Cap Av GUSTAVO SENTER MAGAJEVSKI (CIAER/3323927).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

6 – PORTARIA - TORNAR INSUBSISTENTE

PORTARIA Nº 1.726/GC4, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta do Ofício nº 663/SECCPEA/3104, de 29 de novembro de 2016 (Processo nº 67562.003370/2016-80), da ECEMAR, resolve:

Tornar insubsistente na Portaria nº 1.329/GC4, de 13 de outubro de 2016, publicada no BCA Ostensivo nº 180, de 20 de outubro de 2016, a designação do Brig Ar ARNALDO AUGUSTO DO AMARAL NETO (ECEMAR/1046942).

PORTARIA Nº 1.732/GC4, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta da Mensagem Fac-símile nº 756/GTE_P.INTE/10012, de 21 de dezembro de 2016 (Processo nº 67282.009653/2016-81), do GTE, resolve:

Tornar insubsistente na Portaria nº 1.458/GC4, de 9 de novembro de 2016, publicada no BCA Ostensivo nº 199, de 22 de novembro de 2016, a designação do Maj Av RICARDO JUPPE VIANA (CIAER/3246493).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica

7 – VIAGEM - HOMOLOGA

PORTARIA Nº 1.730/GC4, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta da Mensagem Fac-Símile nº 756/GTE_P.INTE/10012, de 21 de dezembro de 2016 (Processo nº 67282.009653/2016-81), do GTE, resolve:

Homologar a viagem dos militares abaixo relacionados para *Medellín* – Colômbia, a fim de cumprirem Missão EXTRA-PLAMTAX/CMTAER/2016 (ÔNUS) – Apoiar o Gabinete do Comandante da Aeronáutica; realizada no dia 13 de dezembro do corrente ano, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, e com a Lei

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, sendo o transporte efetuado em aeronave militar:

Ten Cel Med	MAURICIO RIBEIRO BRAGA (HFAB/2741539);
Maj Av	MARCOS OKIYAMA (GTE/3146332);
Maj Av	RAFAEL BATISTA DE OLIVEIRA (COMGEP/3146545);
Maj Av	RODRIGO ELOY DOS SANTOS (GTE/3147517);
Cap Med	GIUSEPPE MUCCINI DE CARVALHO CAVALCANTI FERNANDES (HFAB/4356721);
1º Ten QOCon Enf	LIAMARA SIQUEIRA ALENCAR (HFAB/6372040);
2º Ten QOCon Fis	DEYSE ALVES MONTALVÃO (HFAB/6569927);
3S BMA	RAFAEL GUILHERME DA SILVEIRA PETRO (GTE/6492797);
3S TAR	WESLEY PEREIRA MELO (GTE/6014445); e
3S TEF	SÍLVIO PENHA DE ARAÚJO (HFAB/6659365).

PORTARIA Nº 1.729/GC4, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta do Ofício nº 88/DFA-SAP/3430, de 12 de dezembro de 2016 (Processo nº 67012.003479/2016-43), do CENIPA, resolve:

Homologar a viagem dos militares abaixo relacionados para *Medellín* – Colômbia, a fim de cumprirem Missão EXTRA-PLAMTAX/CMTAER/2016 (ÔNUS) – Realizar apoio às investigações do acidente ocorrido com o voo LAMIA 2933; iniciada no dia 2 de dezembro do corrente ano e duração de seis dias, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, e com a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973.

Ten Cel Av	CESAR DE MEDEIROS SILVA JUNIOR (CENIPA/2958562); e
1º Ten QCOA PSO	KARYNNE CORDEIRO BAYER (SERIPA IV/6205585).

PORTARIA Nº 1.728/GC4, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta do Ofício nº 934/SCAP-30/14823, de 12 de dezembro de 2016 (Processo nº 67200.012546/2016-01), do COMGAR, resolve:

Homologar a viagem dos militares abaixo relacionados para *Medellín* – Colômbia, a fim de cumprirem Missão EXTRA-PLAMTAX/EMAER/2016 (ÔNUS) – Transportar pessoal; iniciada no dia 29 de novembro do corrente ano e duração de quatro dias, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, e com a Lei nº 5.809,

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, sendo o transporte efetuado em aeronave militar:

Maj Av	FABIO FERREIRA SILVA (1º/2º GT/3047520);
Cap Av	ANTONIO ROBERTO COSTA MORAIS JUNIOR (1º/2º GT /4110331);
1º Ten Av	LEANDRO GOMES DE AGUIAR (1º/2º GT/4110080);
1S BET	LEANDRO LUIZ MEIRELLES DA SILVA (1º/2º GT/3413179);
2S BMA	RONALDO FAUSTINO BARRIOS (1º/2º GT/2962071); e
3S TAR	WILLY SÁVIO TRINDADE DA CUNHA (1º/2º GT/3976998).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO
Comandante da Aeronáutica

SEÇÃO II - COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS
(Sem alteração)

SEÇÃO III - CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO IV - CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO V - INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO VI – ASSESSORIA PARLAMENTAR DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO VII - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES
AERONÁUTICOS
(Sem alteração)

SEÇÃO VIII - ASSESSORIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL DO CONTROLE DO
ESPAÇO AÉREO
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

SEÇÃO IX - CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA

1 – PCA 174-1 - APROVA A EDIÇÃO

PORTARIA Nº 96/CENCIAR-4, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Aprova a edição do PCA 174-1 “Plano Anual de Auditoria Interna Governamental (PAAIG 2017)”.

O CHEFE DO CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o item 5.2 das Normas de Auditoria Interna do Comando da Aeronáutica (NSCA 174-2), aprovada pela Portaria nº 349/GC3, de 4 de abril de 2016, e considerando o que consta do Processo nº 67022.000952/2016-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do PCA 174-1 “Plano Anual de Auditoria Interna Governamental (PAAIG 2017)”.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar-se a Portaria nº 120/CENCIAR-4, de 19 de novembro de 2015, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 214, de 23 de novembro de 2015, fl. 10724.

Brig Int SÉRGIO ALMEIDA DE PAULA E SILVA
Chefe Interino do CENCIAR

Obs.: O Plano de que trata a presente Portaria encontra-se anexado a este Boletim e será disponibilizado no BLAER e no SISPUBLIC.

QUARTA PARTE

ATOS DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, DOS COMANDANTES-GERAIS, DOS DIRETORES DE DEPARTAMENTOS E DO SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

SEÇÃO I – ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

1 – GRUPO DE TRABALHO - CONSTITUI

PORTARIA EMAER Nº 69/7SC, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Constitui o Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar Manual de Implantação das ALAS.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto nos artigos 61 e 154 do Regimento Interno do Comando da Aeronáutica (RICA 20-36), aprovado pela Portaria nº 1.049/GC3, de 11 de novembro de 2009, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

Art. 1º Constituir o Grupo de Trabalho (GT) composto pelos militares a seguir relacionados, para elaborar Manual de Implantação das ALAS no âmbito do COMAER até 12 de janeiro de 2017, em conformidade com as orientações do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER):

I - Presidente do GT:

a) Maj Brig Ar MAURO **MARTINS MACHADO** (EMAER).

II - Membros do GT:

- a) BRIG ENG **JORGE LUIZ CERQUEIRA FERNANDES** (DIRMAB);
- b) BRIG INF LUIZ CLAUDIO **TOPAN** (COMGAR);
- c) BRIG AR **WALCYR JOSUE DE CASTILHO ARAUJO** (EMAER);
- d) BRIG AR LUIZ GUILHERME SILVEIRA DE **MEDEIROS** (COMGAR);
- e) BRIG AR MARCIO BRUNO **BONOTTO** (EMAER);
- f) BRIG AR R1 RICARDO PUCCI **MAGALHÃES** (EMAER);
- g) BRIG AR R1 **PAULO ÉRICO SANTOS DE OLIVEIRA** (EMAER);
- h) CEL ENG ANTÔNIO JOSÉ CARNEIRO **CAMPOS** (COMGAP);
- i) CELINF PAULO LUIS DA **SILVA PAULA** (EMAER);
- j) CEL AV **RODRIGO FERNANDES DOS SANTOS** (COMGAR);
- k) CEL INF ALEXANDRE **OKADA** (COMGAR);
- l) CEL INF PAULO CESAR **MILARE** (EMAER);
- m) CEL AV ROGÉLIO AZEVEDO **ORTIZ** (COMGAR);
- n) CEL INF R1 **IVOMBERG RIBERA AMBRÓSIO** (EMAER);
- o) TEN CEL ENG **ROGÉRIO MOTTA ARANTES** (DIRMAB);e
- p) MAJ INF **RUDIVAL ALEXANDRE SOUZA FILHO** (GSIPR).

Art. 2º O GT será desconstituído em 13 de janeiro de 2017, após a conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar RAUL BOTELHO
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

SEÇÃO II - COMANDO-GERAL DE APOIO

1 – CURSO DE MANUTENÇÃO GERAL DA AERONAVE T-25 (CMGT25-2) – ENCERRAMENTO

PORTARIA COMGAP Nº 262-T/1EM, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Encerra o “Curso de Manutenção Geral da Aeronave T-25 (CMGT25-2)” e dá outras providências.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO COMANDO-GERAL DE APOIO, no uso de suas atribuições, que lhe confere, por delegação de competência emanada pelo Exmo. Sr. Comandante-Geral de Apoio, publicada no Boletim Interno Ostensivo nº 24, de 18 de fevereiro de

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

2016, do GAL, e considerando o disposto no Inciso IX, do Art. 9º do Regulamento do Comando-Geral de Apoio, aprovado pela Portaria nº 2.133/GC3, de 29 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º Encerrar o “Curso de Manutenção Geral da Aeronave T-25 (CMGT25-2)”, realizado no PAMA LS, no período de 07 a 25 NOV 2016, sob responsabilidade do PAMA LS e do ILA, ativado através da Portaria 171/1EM, de 21 OUT 2015, publicada no BCA Ostensivo nº. 202, de 04 NOV 2015.

Art. 2º Desligar os militares abaixo relacionados, conforme especificado:

a) Em decorrência da letra “a”, do item 4.9.1, da ICA 37-563/2014, do
COMGAP:

- 3S TMA AROLDO JOSÉ RITTER DE CHRISTO JÚNIOR, do PAMA LS.

b) Em decorrência da letra “g”, do item 4.9.1, da ICA 37-563/2014, do
COMGAP:

- 3S BEP VITOR NASCIMENTO PINHEIRO, do PAMA LS.

c) Em decorrência da letra “h”, do item 4.9.1, da ICA 37-563/2014, do
COMGAP:

- SO BMA DIRCEU CRISOSTOMO DE CARVALHO, do SERIPA I.

Art. 3º Aprovar, por terem concluído com aproveitamento, os militares abaixo relacionados:

	PT/GD	ESP	NOME	SARAM	OM
1	1º Ten	QOENG	ÉRICA DA SILVA LOPES	674.462-1	PAMA LS
2	2º Ten	QOCON	LUANA RODRIGUES KOJUCH	656.802-5	PAMA LS
3	SO	BCO	DALSON TRIGUEIRO LIMA	175.254-5	SERIPA VII
4	2S	BMA	DIOGO MARTINS MATOS	435.911-9	SERIPA VII
5	2S	BMA	RICARDO AUGUSTO BASTOS MORAES	428.140-3	PAMA LS
6	3S	TMA	BRENO DIEGO ROTELLI DE SOUZA	665.232-8	PAMA LS
7	3S	BMA	CARLOS EDUARDO SANT'ANNA	371.094-7	PAMA LS
8	3S	BEI	CAROLINA APARECIDA DE MATOS GOMES	637.987-7	PAMA LS
9	3S	TMA	DANILO ALBERTO DOS SANTOS	428.548-4	PAMA LS
10	3S	BMA	DANYLLO FERREIRA QUARESMA PÊGAS	638.056-5	PAMA LS
11	3S	BMA	DIEGO NUNES DA SILVA	433.167-2	PAMA LS
12	3S	BMA	EMÍLIO OLIVEIRA COELHO	644.706-6	SERIPA VII
13	3S	BMA	GABRIEL SILVA DE CARVALHO	662.696-3	PAMA LS
14	3S	BMA	MATEUS DA SILVA CORDEIRO	647.415-2	PAMA LS
15	3S	BET	NATANIEL NASCENTES PEREIRA	632.485-1	PAMA LS
16	3S	BMA	RONALDO DA SILVA LIMA	655.586-1	PAMA LS
17	3S	BEP	VICTOR JOSÉ CARDOSO	404.204-2	PAMA LS
18	CB	BLM	DANIEL HENRIQUE GOMES DE SOUZA	609.922-0	PAMA LS
19	CB	BLM	MOISES ESTEVÃO DA SILVA	609.959-9	PAMA LS

Parágrafo único. As OM dos militares listados neste artigo deverão orientar seus militares a inserirem dados de conclusão do referido curso (cód: 70149) no SIGPES (utilizando as senhas pessoais), além de ratificar as respectivas alterações por meio das Seções de Pessoal (campo cadastro de pessoal menu Cursos).

Maj Brig Ar RICARDO CESAR MANGRICH
ChEM do COMGAP

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

2 – CURSO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (CSI-EXTRA) – ENCERRAMENTO

PORTARIA COMGAP Nº 256-T/1EM, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Encerra o “Curso de Segurança da Informação (CSI-EXTRA)” e dá outras providências.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO COMANDO-GERAL DE APOIO, no uso de suas atribuições, que lhe confere, por delegação de competência emanada pelo Exmo. Sr. Comandante-Geral de Apoio, publicada no Boletim Interno Ostensivo nº 24, de 18 de fevereiro 2016, do GAL, e considerando o disposto no Inciso IX, do Art. 9º do Regulamento do Comando-Geral de Apoio, aprovado pela Portaria nº 2.133/GC3, de 29 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º Encerrar o “Curso de Segurança da Informação (CSI-EXTRA)”, realizado no CCA-BR, no período de 05 a 09 DEZ 2016, sob responsabilidade do ILA, ativado através da Portaria nº 171/1EM, de 21 OUT 2015, publicada no BCA Ostensivo nº 202, de 04 NOV 2015.

Art. 2º Homologar a matrícula do militar abaixo relacionado:

- 3S SIN BRUNO BELFORT MELO DE AZEVEDO, do CCA-BR.

Art. 3º Desligar os militares abaixo relacionados, conforme especificado:

a) Em decorrência da letra “a”, do item 4.9.1, da ICA 37-563/2014, do COMGAP:

- 1º TEN QOENG ISABELLE CECÍLIA DE ANDRADE, do CCA-BR;

b) Em decorrência da letra “e”, do item 4.9.1, da ICA 37-563/2014, do COMGAP:

- 1º TEN QOENG JOÃO MÁRIO PEREIRA DE SANTANA, do CCA-RJ;

- 1º TEN QOAV LEANDRO VIEIRA DOS SANTOS, do 5º ETA;

- 1º TEN QOENG SAULLO CARVALHO CASTELO BRANCO, do CONDABRA; e

- 3S SIN LEON DO NASCIMENTO, do COMGEP.

c) Em decorrência da letra “g”, do item 4.9.1, da ICA 37-563/2014, do COMGAP:

- CAP QOINF LUCAS RODRIGUES NOGUEIRA LEMOS, do 1º BDAAE;

Art. 4º Aprovar, por terem concluído com aproveitamento, os militares abaixo relacionados:

	PT/GD	ESP	NOME	SARAM	OM
1	1º Ten	QOENG	ANDRÉ LUIZ ELIAS MELO	674.471-0	CCA-BR
2	1º Ten	QOINF	THIAGO DE SOUZA	445.305-0	BINF AE-MN
3	1º Ten	QOENG	THIAGO RAMOS TRIGO	626.791-2	CCA-BR
4	2º Ten	QOAV	HEITOR XAVIER GUIMARÃES	625.294-0	2º/8º GAV
5	2º Ten	QOEASVI	KLEBER FERNANDO DOS SANTOS	202.004-1	CENCIAR
6	2º Ten	QOCON	PAULO SERGIO RIBEIRO DE SOUZA	672.769-7	CCA-BR

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

7	2º Ten	QOCON	SABRINA SUIÃ SEGURO CAVALCANTE	664.654-9	DIRAP
8	2S	SAD	EDENILSON DE ALMEIDA PASSARINI	282.701-8	EPCAR
9	3S	SIN	ALLISON KUNZEL BARRETO	418.032-1	COMGEP
10	3S	SIN	ARY DE SOUZA E AZEVEDO	666.857-7	CCA-BR
11	3S	SIN	BRUNO BELFORT MELO DE AZEVEDO	447.024-9	CCA-BR
12	3S	BET	FAGNE TOLENTINO REGES	632.461-4	CINDACTA I
13	3S	SIN	FERNANDO CESAR MOTTA	412.860-5	CCA-SJ
14	3S	SIN	GLEYSON MARQUES DE SOUZA	441.193-5	PAMA-GL
15	3S	BET	LUÍS FELIPE OLIVEIRA	666.955-7	CCA-SJ
16	3S	SIN	ROBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO	438.449-0	CPOR-SJ
17	3S	QSCON	THIAGO MARINHO DA SILVA CAMPOS	665.865-2	SEFA
18	3S	SIN	TIAGODEL VECCHIO SILVA ZANDONELLA	447.230-6	CCA-BR
19	3S	SIN	YURI DE MELO SILVA	666.933-6	CCA-BR

Parágrafo único. As OM dos militares listados neste artigo deverão orientar seus militares a inserirem dados de conclusão do referido curso (Cód 70085) no SIGPES (utilizando as senhas pessoais), além de ratificar as respectivas alterações por meio das Seções de Pessoal (campo cadastro de pessoal menu Cursos).

Maj Brig Ar RICARDO CESAR MANGRICH
ChEM do COMGAP

REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO NO BCA Nº 217, DE 27 DEZ 2016.

3 – CURSO DE MANUTENÇÃO GERAL DA AERONAVE T-25 (CMGT25) – ORDEM DE MATRÍCULA

Seja dada Ordem de Matrícula, aos militares abaixo relacionados, no Curso de Manutenção Geral da Aeronave T-25 (CMGT25), a ser realizado no formato presencial, no período de 09 a 27 JAN 2017, na AFA, sob responsabilidade do PAMA LS e do ILA.

	PT/GD	ESP	NOME	SARAM	OM
1	3S	BMA	ÍCARO FREITAS DA SILVA	666.650-7	AFA
2	3S	BEP	JOÃO MATEUS DE OLIVEIRA DA SILVA	440.693-1	AFA
3	3S	BEP	MICHEL ALEXANDRE COUTINHO DE ALMEIDA	666.823-2	AFA
4	3S	BEI	PAMELA APARECIDA BERNARDINO	666.949-2	AFA
5	3S	BEI	RAFAEL MILICIO BERNARDES	440.429-7	AFA
6	3S	BEP	RAFAEL RAQUEL DA SILVA	422.293-8	AFA
7	3S	BMA	REINALDO LIMA DE PAULA	662.702-1	AFA
8	3S	BEV	SHAIANE LIMA DOS SANTOS	637.940-0	AFA
9	3S	BET	VANESSA MARINHO RICARDO	672.961-4	AFA
10	3S	BMA	VÍCTOR HUGO MARTINS	669.094-7	AFA
11	3S	BMA	WESLY RAMON DOS SANTOS	669.098-0	AFA

(Item 182/1EM/COMGAP/2016)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

SEÇÃO III - COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS
(Sem alteração)

SEÇÃO IV – COMANDO-GERAL DO PESSOAL

1 – COMISSÕES - DESIGNA

PORTARIA COMGEP Nº 2.179/DCS, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Designa e publica as Comissões de Apoio Técnico para elaboração dos termos de referência e assessoramento em todas as fases das licitações a serem realizadas pelo GAPS para o exercício de 2017.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no inciso VII do art. 9º do Regulamento do Comando-Geral do Pessoal, aprovado pela Portaria nº 1738/GC3, de 12 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar e publicar Comissões de Apoio Técnico, conforme a alínea "a", inciso I, art. 4º da Portaria COMGEP nº 2.147-T/DOR, de 20 de dezembro de 2016, para elaboração dos termos de referência e assessoramento em todas as fases das licitações a serem realizadas pelo GAPS, para o exercício de 2017.

Art. 2º As Comissões de Apoio Técnico terão as seguintes composições:

a) Medicamentos Comuns, Termolábeis e Afins:

Maj QOFARM IND Marcílio Xavier Furtado (HFAG) - Presidente;

Cap QOFARM HOS Ricardo Felipe Soares (HAAF) - Membro;

1º Ten QOFARM FAR Camila Carvalho Lopes (HCA) - Membro;

1º Ten QOFARM IND Laura Maria Fontes Prado Moraes (NuHFASP) - Membro; e

1º Ten QOCON FARM Fernanda de Souza Fiorini Travaglia (HFAG) - Membro.

b) Medicamentos Específicos (quimioterápicos, oncológicos e radiofármacos):

Maj QOMED HEM Kellen Soares Blanco (HFAG) - Presidente;

Cap QOMED ONC Alexandra Boiteux (HFAG) - Membro;

1º Ten QOMED REU Dayani Regina de Barros Freitas dos Santos (HCA) - Membro;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

1º Ten QOFARM HOS Marcele Lima Monte Gonçalves (HFAG) - Membro; e

1º Ten QOCONFARM José Augusto Bordim de Carvalho Júnior (HFAG) - Membro.

c) Dietas Enterais, Parenterais e Suplementos Nutricionais:

1º Ten QOMED ITS Fernanda Brandão Abrantes Portela (HFAG) - Presidente;

1º Ten QCOA NUT Liliane Rodrigues da Silva (HCA) - Membro;

1º Ten QOCON NUT Fabiana Felix Cavalcante Martins (HAAF) - Membro; e

1º Ten QOCON FARM Luciane de Oliveira Viana (HFAG) - Membro.

d) Material Médico-Hospitalar Comum:

Ten Cel R1 ENF Edna Maria de Freitas Filhote (HCA) - Presidente;

Ten Cel R1 ENF Sílvia Montenegro Siqueira (HAAF) - Membro;

Ten Cel R1 ENF Rubia Pereira Carneiro (HFAG) - Membro;

1º Ten QOCON ENF Lizandra Chicarone Ferreira (NUHFASP) - Membro;

1º Ten QOCON ENF Patrícia de Oliveira Souza (HFAG) - Membro; e

1º Ten QOCON FARM Fernanda Gamelheira de Andrade (HFAG) - Membro.

e) Material Médico-Hospitalar Cirúrgico:

e.1) Cirurgia Geral / Proctologia:

Cap QOMED CGE Eduardo Costa Beltrame (HCA) - Presidente; e

1º Ten QOMED CGE Glauco dos Santos Monteiro (HFAG) - Membro; e

1º Ten QOMED CGE Igor de Almeida Melo (NuHFASP) - Membro.

e.2) Cirurgia Cardíaca:

Cap QOMED CCA Vanessa Carvalho Duarte (HFAG) - Presidente; e

Cap QOMED CCA Eleonora Dias Galheigo (HFAG) - Membro.

e.3) Cirurgia Vascular / Endovascular:

Maj QOMED CVP Marco Carneiro Teixeira (HFAG) - Presidente;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

Cap QOMED CAR João Luiz Frighetto (HFAG) - Membro;

Cap QOMED CVP Fernando Morés (NuHFASP) - Membro; e

1º Ten QOMED CVP Maria Rafaela Rabello Chaves (HFAG) - Membro.

e.4) Ortopedia:

Maj QOMED ORT Marcos Norberto Giordano (HFAG) - Presidente;

Cap QOMED ORT Fernando Ruben de Ranieri da Silva Pereira (HFAG) - Membro; e

Cap QOMED ORT Aluizio Paiva Gonçalves (HFAG) - Membro.

e.5) Neurocirurgia:

Cap QOMED NEC João Klescoski Júnior (HFAG) - Presidente; e

1º Ten QOCON MED NEC Luiz Adriano Esteves (NuHFASP) - Membro.

e.6) Cirurgia Plástica:

Cap QOMED CPS Fernando Alves Esbérard Leite (HFAG) - Presidente; e

Cap QOMED CPS Cláudio Davi Nigri (HFAG) - Membro.

e.7) Cirurgia Buco Maxilo Facial:

Maj QODENT CBM Mauricio Saraiva Meirelles (HFAG) - Presidente;

Maj QODENT CBM Amauri Ribeiro Destri Júnior (HCA) - Membro e

Cap QODENT CBM Luis Augusto Collicchio (NuHFASP) - Membro.

e.8) Cirurgia de Cabeça e Pescoço:

Cap QOMED CCP Fladwmyr Barros Emilio (HCA) - Presidente; e

1º Ten QOMED CCP Bruno Albuquerque Sousa (HCA) - Membro.

e.9) Oftalmologia:

Maj QOMED OFT Norton Fernandes Lima (HCA) - Presidente; e

Cap QOMED OFT João Ricardo Tinoco de Brito (HCA) - Membro.

e.10) Otorrinolaringologia:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

Maj QOMED ORL Antônio Augusto Freitas Junqueira (HCA) - Presidente; e

Maj QOMED ORL Simone Lema de Carvalho (HCA) - Membro.

e.11) Ginecologia / Obstetrícia / Mastologia:

Cap QOMED GOB Liliane Saldanha Rocha (HCA) - Presidente;

Cap QOMED GOB Carla Peralta Mathias (HCA) - Membro; e

Cap QOMED MAS Luciana Jandre Boechat Alves (HCA) - Membro.

e.12) Urologia:

Maj QOMED URO Carlos Alberto Carvalhal Rainho (HCA) - Presidente;

Maj QOMED URO Sandro Ribeiro Gomes (HCA) - Membro; e

Cap QOMED URO Gustavo Cuck (NuHFASP) - Membro.

f) Material Médico-Hospitalar / Hemodiálise:

Cap QOMED NEF Elisabeth Oliveira de Araújo (HCA) - Presidente; e

1º Ten QOCON ENF Débora Auxiliadora da Silva (HCA) - Membro.

g) Material Odontológico:

Ten Cel QODENT PER Célia Meth (HFAG) - Presidente;

Maj QODENT PER Maria Cláudia Brandão de Souza (HCA) - Membro;

Maj QODENT CGO Ana Paula Storino Bastos Tavares (HAAF) - Membro;

Maj QODENT CBM Maurício Saraiva Meirelles (HFAG) - Membro;

Maj QODENT ORD Rodrigo André Tavares dos Santos (HCA) - Membro;

Maj QODENT CGO Mônica Dal Pian Nobre (OASD) - Membro;

Cap QODENT PDN Marcela Ferraz Catramby (OASD) - Membro;

Cap QODENT ONE Josiane Costa Rodrigues de Sá (HCA) - Membro;

1º Ten QODENT OPE Patrícia Fernanda Barros Pereira Dias (HAAF) - Membro; e

1º Ten QODENT PER Roberta Braga Leonardo Pinhel do Valle (NuHFASP) - Membro.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

h) Material de Laboratório para Análises Clínicas:

Cel QOFARM BIO João Vicente de Oliveira (NuHFASP) - Presidente;

Maj QOFARM BIO Rute Carvalho Vieira (HCA) - Membro;

Cap QOFARM BIO Rita de Cassia Barreto dos Santos (HAAF) - Membro;

1º Ten QOFARM BIO Orlando Carlos da Conceição Neto (HCA) - Membro; e

1º Ten QOFARM BIO Marjorie Moura de Araújo (HFAG) - Membro.

i) Material de Laboratório para Hemoterapia:

Maj QOMED HET Carlos Henrique Stagi Hossman (HFAG) - Presidente;

1º Ten QOCON FARM Priscila da Fonseca Rios (HAAF) - Membro; e

Cv Carla Edel (HCA) - Membro.

j) Gases Medicinais:

Ten Cel QOMED ANE Ericka Rabello Galhardi (HFAG) - Presidente;

Ten Cel QOMED ANE Alexandre Bessa Roale (HAAF) - Membro; e

Maj QOMED ANE Sérgio Arias Rodrigues de Oliveira (HCA) - Membro.

l) Material para Indústria Farmacêutica / LAQFA:

Maj QOFARM IND Eric de Figueiredo Albertassi (LAQFA) - Presidente;

1º Ten QOFARM IND Laura Maria Fontes Prado Moraes (LAQFA) - Membro;

1º Ten QOFARM IND Hemiliano de Lemos (LAQFA) - Membro; e

2º Ten QOCON FARM IND Marcos Leite de Sousa Filho (LAQFA) - Membro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ
Comandante-Geral do Pessoal

2 – DESPACHO DECISÓRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2726/DCP/14502, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67270.006607/2016-60 - Ref Req. do 3S QSCON TAD VINÍCIUS SILVA DE OLIVEIRA, de 09 JUN 2016, do V COMAR)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2727/DCP/14518, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67220.010867/2016-25 - Ref Req. da 2º TEN QOCON PSC VIVIANE FELIX DA SILVA, de 09 JUN 2016, do II COMAR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 09 de outubro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2728/DCP/14519, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67440.005640/2016-73 - Ref Req. da 1º TEN QOCON ENF CHRISTIANE CUNHA MACHADO, de 12 AGO 2016, do HFAB)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 16 de dezembro de 2011, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2729/DCP/14520, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67440.003255/2016-91 - Ref Req. da 3S QSCON TBL KAMYLLI CHAGAS DE MEDEIROS, de 29 MAR 2016, do HFAB)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2730/DCP/14521, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67440.005831/2016-35 - Ref Req. da 1º TEN QOCON FARM RAÍZA YANELLI ALVES DA SILVA, do HFAB)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 26 de março de 2010, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2731/DCP/14522, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.005310/2016-51 - Ref Req. do 3S QSCON TMT WELLIGTON AQUILLES SANTOS DE CASTRO, de 20 MAIO 2016, do CLA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2732/DCP/14523, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.005791/2016-02 - Ref Req. do 3S QSCON TMT DARLAN COELHO RODRIGUÊS, de 16 JUN 2016, do CLA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2733/DCP/14524, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.005809/2016-68 - Ref Req. da 3S QSCON TAD ANA LUIZA DA CONCEIÇÃO FRAZÃO, de 18 ABR 2016, do CLA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2734/DCP/14525, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67561.000754/2016-51 - Ref Req. da 2º TEN QOCON PED MONICA CRISTINA DA SILVA PEREZ, de 27 ABR 2016, do CIEAR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 23 de dezembro de 2013, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2735/DCP/14527, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67561.000746/2016-12 - Ref Req. da 2º TEN QOCON PED DIONE LIS SILVA BRITO RODRIGUES, de 09 JUN 2016, do CIEAR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 23 de dezembro de 2013, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2736/DCP/14528, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.004116/2016-58 - Ref Req. da 2º TEN QOCON ANS ARIADNE SILVA RUY, de 06 MAIO 2016, do CLA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 09 de outubro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2737/DCP/14529, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.004928/2016-01 - Ref Req. do 3S QSCON TOB CLEÔNIDAS MATOS BEZERRA, de 31 MAIO 2016, da CLA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2738/DCP/14533, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67222.010987/2016-11 - Ref Req. da 3S QSCON TAD JARCILEY DA SILVA LIMA, de 20 ABR 2016, do 1º/5º GAV)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2739/DCP/14534, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67270.006709/2016-85 - Ref Req. da 2º Ten QOCON REP DANIELA ETCHART MALUF, de 2 JUN 2016, do V COMAR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 10 OUT 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2740/DCP/14536, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.005907/2016-03 - Ref Req. da 3S QSCON TOB SUELMA SERRA SOARES, de 25 MAIO 2016, do CLA)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2741/DCP/14537, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67270.006553/2016-32 - Ref Req. da 2º Ten QOCON CCO PATRICIA JAQUELINE DE ARAUJO RICHTER, de 9 JUN 2016, do V COMAR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 10 OUT 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2742/DCP/14538, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.005826/2016-03 - Ref Req. do 3S QSCON TOB FÁBIO DE SOUZA COSTA, de 22 JUN 2016, do CLA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2743/DCP/14539, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67270.006105/2016-39 - Ref Req. do 1º Ten QOCON CIV FABRÍCIO DE SOUZA RAMIRO, de 24 MAIO 2016, do V COMAR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 10 OUT 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2744/DCP/14540, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.005133/2016-11 - Ref Req. do 3S QSCON TMT ROGERIO CARVALHO SOARES, de 20 MAIO 2016, da CLA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2745/DCP/14541, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67290.006232/2016-08 - Ref Req. do 2º Ten QOCON MEC LINDENBERG DE SOUSA LIMA, de 18 MAIO 2016, do VII COMAR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 23 DEZ 2013, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2746/DCP/14542, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67290.006201/2016-49 - Ref Req. do 2º Ten QOCON ADM KARAN SIMÃO MARTINS, de 5 MAIO 2016, do VII COMAR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 23 MAR 2015, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2747/DCP/14543, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.005311/2016-03 - Ref Req. do 3S QSCON TMT JAKSON DOUGLAS VIEIRA DA SILVA, de 30 MAIO 2016, do CLA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2748/DCP/14544, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67760.005385/2016-46 - Ref Req. do 2º TEN QOCON ELT HERNANDEZ DA SILVA DIEGUEZ, de 12 JUL 2016, do IAE)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 22 de outubro de 2015, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2749/DCP/14548, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67438.003763/2016-19 - Ref Req. da 3S QSCON TEF VANIA MARIA DA SILVA BARBOSA SALVADOR, de 28 ABR 2016, do NuHFASP)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2750/DCP/14549, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67760.003681/2016-11 - Ref Req. do 2º TEN QOCON STB BRUNO GUIMARÃES BOMFIM, de 31 MAIO 2016, do IAE)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 22 de outubro de 2015, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2751/DCP/14550, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67290.006337/2016-59 - Ref Req. do 2º Ten QOCON SJU NEWTON PAULO DA SILVA JUNIOR, de 23 MAIO 2016, do VII COMAR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 22 OUT 2015, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2752/DCP/14551, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67432.003155/2016-64 - Ref Req. da 2º Ten QOCON FARM CARLA DE JESUS VIEIRA, de 26 ABR 2016, do CEMAL)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2753/DCP/14552, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.005574/2016-12 - Ref Req. do 2º TEN QOCON CIV SANDO GOMES BARROS, de 14 MAR 2016, do CLA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 09 de outubro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2754/DCP/14553, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.004767/2016-48 - Ref Req. do 2º TEN QOCON ENF RICARDO COSTA CARVALHO, de 11 MAIO 2016, do CLA)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 23 de março de 2015, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2755/DCP/14554, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67730.000948/2016-67 - Ref Req. da 2º TEN QOCON EFI ROBERTA SANT'ANNA TEIXEIRA, de 12 JUL 2016, do CPORAER-SJ)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 23 de dezembro de 2013, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2688/DCP/14328, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67223.004199/2016-77 - Ref Req. do 3S QSCON TRR ALMIR NICÁCIO DE BARROS JUNIOR, de 09 MAIO 2016, da BARF)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 DEZ 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2689/DCP/14329, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67223.004206/2016-31 - Ref Req. do 3S QSCON TRR HUGO ROBERTO BEZERRA DOS SANTOS, de 09 MAIO 2016, da BARF)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 DEZ 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2690/DCP/14330, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67223.003965/2016-86 - Ref Req. da 3S QSCON TAD ADRIENE SINARA OLIVEIRA VASCONCELOS PASCOAL, de 05 MAIO 2016, da BARF)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 DEZ 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2691/DCP/14331, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67433.005403/2016-00 - Ref Req. da 2º Ten QOCON DENT RENATA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, de 06 JUL 2016, do HAAF)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 01 ABR 2015, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 MAR 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2692/DCP/14332, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67433.005431/2016-19 - Ref Req. do 2º Ten QOCON DENT FÁBIO AMARAL VASCONCELLOS, de 06 JUL 2016, do HAAF)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 01 ABR 2015, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 MAR 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2693/DCP/14333, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67760.003566/2016-38 - Ref Req. do 2º Ten QOCON MEC RODNEY APARECIDO DOMENE SURH, de 25 MAIO 2016, do IAE)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 22 OUT 2015, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 MAR 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2694/DCP/14334, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67433.005594/2016-00 - Ref Req. da 1º Ten QOCON DENT MANUELA GONZALEZ PIMENTEL, de 06 JUL 2016, do HAAF)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 27 MAR 2009, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 MAR 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2695/DCP/14335, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67433.005548/2016-01 - Ref Req. do 1º Ten QOCON DENT WILLIAM SIMÕES OLIVEIRA, de 12 JUL 2016, do HAAF)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 24 MAR 2011, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 MAR 2016.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2696/DCP/14337, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67436.004341/2016-81 - Ref Req. da 3S QSCON TEF MARA CILENE SILVA BRAGA, de 06 ABR 2016, do HAMN)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 DEZ 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2697/DCP/14338, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67201.000795/2016-36 - Ref Req. da 1º Ten QOCON ENG ELLEN CRISTINA MONTEIRO ABRAMIDES, de 20 ABR 2016, do COMDABRA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 11 NOV 2011, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 MAR 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2698/DCP/14339, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67436.004352/2016-61 - Ref Req. da 3S QSCON TEF NILCILENE PEIXOTO DE ARAUJO, de 20 ABR 2016, do HAMN)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 DEZ 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2756/DCP/14569, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67438.003724/2016-11 - Ref Req. da 3S QSCON TRD SINARA SOUZA RICCIARDELLI, de 2 MAIO 2016, do NuHFASP)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2757/DCP/14570, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67438.003855/2016-07 - Ref Req. da 3S QSCON TEF ANDREZA CRISTINA FONTOURA SILVA, de 2 MAIO 2016, do NuHFASP)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2758/DCP/14571, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.004640/2016-29 - Ref Req. do 1º TEN QOCON ENG ELT RICARDO HENRIQUE BULÇÃO DA SILVA, de 09 JUN 2016, do CLA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 29 de outubro de 2010, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2759/DCP/14572, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.006802/2016-63 - Ref Req. do 3S QSCON TEE JÚLIO CESAR SILVA NEVES, de 12 JUL 2016, do CLA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2760/DCP/14573, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.004999/2016-04 - Ref Req. da 3S QSCON TAD LUCIANA DO AMARAL E CASTRO, de 04 ABR 2016, do CLA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2761/DCP/14574, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.005110/2016-06 - Ref Req. da 3S QSCON TAD ADRIANA MOREIRA DE OLIVEIRA, de 25 MAIO 2016, do CLA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2762/DCP/14575, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.004847/2016-01 - Ref Req. da 3S QSCON TAD LUCIANY CRISTINY SILVA DE MORAES RIBEIRO, de 25 MAIO 2016, do CLA)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2763/DCP/14576, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.005080/2016-20 - Ref Req. do 2º TEN QOCON ANS JOSE ALANO PERES DE ABREU JUNIOR, de 02 MAIO 2016, do CLA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 22 de outubro de 2015, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2764/DCP/14577, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67720.008459/2016-72 - Ref Req. da 3S QSCON TIN MIRIAN DANIELLE DINIZ ESCOBAR, de 26 ABR 2016, do GIA-SJ)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2765/DCP/14578, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67710.005062/2016-48 - Ref Req. do 3S QSCON TAD GLEIDSON VIEIRA OSCAR, de 31 MAIO 2016, do CLA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2766/DCP/14579, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67444.002824/2016-41 - Ref Req. da 2º TEN QOCON DENT DENISE DE JESUS SOUSA DE CAMPOS, de 01 JUN 2016, da OABR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 24 de março de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2767/DCP/14580, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67246.004278/2016-10 - Ref Req. da 2º TEN QOCON SSO IVONAIDE TELES LIMA PEREIRA, de 14 JUN 2016, do GAP-RJ)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 09 de outubro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2768/DCP/14581, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67550.012195/2016-51 - Ref Req. da 2º TEN QOCON MED SIMONE AMANDA RUSSO, de 11 AGO 2016, da EPCAR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 23 de março de 2015, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2769/DCP/14585, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67444.003717/2016-31 - Ref Req. da 1º TEN QOCON DENT ROSA MARIA ALVES PEREIRA FORGAÇA, de 22 JUL 2016, da OABR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 27 de março de 2009, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2770/DCP/14586, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67444.003765/2016-29 - Ref Req. da 1º TEN QOCON DENT BRUNA CAMPOS DE FREITAS, de 26 JUL 2016, da OABR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 27 de março de 2009, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2771/DCP/14587, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67444.003097/2016-30 - Ref Req. da 2º TEN QOCON DENT ROSEANE DOS SANTOS MOTTA MOREIRA, de 16 JUN 2016, da OABR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 24 de março de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2772/DCP/14588, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67444.004050/2016-93 - Ref Req. da 2º TEN QOCON DENT LUCIANE MAGALHÃES ANTONINI, de 10 AGO 2016, da OABR)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 24 de março de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2773/DCP/14589, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67444.003909/2016-47 - Ref Req. do 2º TEN QOCON DENT GUILHERME CAIADO SOBRAL, de 29 JUL 2016, da OABR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 24 de março de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2774/DCP/14590, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67444.002840/2016-34 - Ref Req. do 2º TEN QOCON DENT CONRADO BRITES KRONHARDT, de 01 JUN 2016, da OABR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 22 de março de 2013, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2775/DCP/14592, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67290.004503/2016-82 - Ref Req. da 2º TEN QOCON VET CINTHIA FAUSTINI, de 11 MAIO 2016, da FAYS)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 22 de março de 2013, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2776/DCP/14593, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67560.002619/2016-50 - Ref Req. da 2º TEN QOCON PED VANESSA BARROS DA SILVEIRA, de 22 JUN 2016, da UNIFA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 23 de dezembro de 2013, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2777/DCP/14594, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67550.012068/2016-51 - Ref Req. do 2º TEN QOCON ADM MARCELO COELHO DOS SANTOS, de 09 AGO 2016, da EPCAR)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 09 de outubro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2778/DCP/14595, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67550.010127/2016-57 - Ref Req. da 1º TEN QOCON ELT ANA PAULA RIBEIRO, de 29 JUN 2016, da EPCAR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 29 de setembro de 2011, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2779/DCP/14596, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67510.005450/2016-85 - Ref Req. do 2º TEN QOCON MDS GABRIEL GUIDORIZZI ZANETTI, de 12 MAIO 2016, da AFA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 20 de dezembro de 2013, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2780/DCP/14597, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67511.001439/2016-36 - Ref Req. da 2º TEN QOCON ZOT ANA LUISA LOPES DA COSTA DE CONTI, de 14 JUL 2016, da FAYS)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 20 de dezembro de 2013, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2781/DCP/14599, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67510.005115/2016-87 - Ref Req. do 2º TEN QOCON MDS ÁQUILA DENÓFRIO, de 04 MAIO 2016, da AFA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 10 de outubro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2782/DCP/14600, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67513.005086/2016-23 - Ref Req. do 3S QSCON TAD ED CARLOS PEREIRA DA SILVA, de 08 JUN 2016, do GAP-YS)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2783/DCP/14601, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67201.002445/2016-12 - Ref Req. da 1º TEN QOCON ENG ELN ELLEN CRISTINA MONTEIRO ABRAMIDES, de 20 OUT 2016, do COMDABRA)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 26 de setembro de 2011, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2784/DCP/14602, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67211.003271/2016-88 - Ref Req. do 3S QSCON TIN ANTÔNIO VALBINHODA SILVA BORGES, de 15 ABR 2016, da BABE)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2785/DCP/14603, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67211.003269/2016-17 - Ref Req. da 3S QSCON TAD RAQUEL PEREIRA CARVALHO, de 15 ABR 2016, da BABE)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2786/DCP/14604, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67211.003294/2016-92 - Ref Req. da 3S QSCON TOB TIFANY NAZARÉ SILVA DE MORAES, de 15 ABR 2016, da BABE)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2787/DCP/14607, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67223.004315/2016-58 - Ref Req. da 2º Ten QOCON SJU ADRIANA BEZERRA DE OLIVEIRA, de 17 MAIO 2016, da BARF)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 09 OUT 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2788/DCP/14608, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67223.004529/2016-24 - Ref Req. da 1º Ten QOCON FARM CRISTIANE DE AZEVEDO ARRUDA, de 19 MAIO 2016, da BARF)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 25 MAR 2011, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2789/DCP/14609, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67223.003476/2016-24 - Ref Req. da 3S QSCON TIN BRUNA DOS SANTOS PEREIRA, de 28 ABR 2016, da BARF)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2790/DCP/14610, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67223.004201/2016-16 - Ref Req. do 3S QSCON TRR THIAGO HENRIQUE DANTAS DE ALBUQUERQUE GALINDO, de 9 MAIO 2016, da BARF)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2791/DCP/14612, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67223.004514/2016-66 - Ref Req. da 2º Ten QOCON ADM PATRÍCIA MARIA CARNEIRO BASTOS, de 23 MAIO 2016, da BARF)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação Técnico (EAT), concluído em 09 OUT 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2792/DCP/14614, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67438.003780/2016-56 - Ref Req. do 3S QSCON TAD WEBERSON THOMAZ TEIXEIRA, de 28 ABR 2016, do NuHFASP)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação para Praças (EAP), concluído em 19 de dezembro de 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2793/DCP/14615, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67444.002178/2016-12 - Ref Req. do 2º Ten QOCON DENT RODRIGO GONÇALVES MENDONÇA, de 5 MAIO 2016, da OABR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 22 de MAR 2013, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2794/DCP/14617, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67444.002224/2016-83 - Ref Req. do 1º Ten QOCON DENT JULIANO MATHEUS TADDEO DE OLIVEIRA, de 3 MAIO 2016, da OABR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 21 MAR 2012, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2795/DCP/14618, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67444.002469/2016-19 - Ref Req. do 2º Ten QOCON DENT LUCAS MONTEIRO DE VASCONCELOS ALVES DE SOUZA, de 13 MAIO 2016, da OABR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 23 MAR 2015, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2796/DCP/14620, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67444.002194/2016-13 - Ref Req. do 1º Ten QOCON DENT MARCOS DE LUCA WERNECK, de 5 MAIO 2016, da OABR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 21 MAR 2012, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2797/DCP/14621, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67444.002730/2016-72 - Ref Req. da 1º Ten QOCON DENT ALZIRA MARÇAL DE SILVEIRA, de 25 MAIO 2016, da OABR)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 21 MAR 2012, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2798/DCP/14622, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67444.002825/2016-96 - Ref Req. da 1º Ten QOCON DENT ANA RAFAELLA DOS SANTOS MACEDO, de 1 JUN 2016, da OABR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 26 MAR 2010, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2799/DCP/14637, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67444.003154/2016-81 - Ref Req. da 2º Ten QOCON DENT LOYANNE MORAIS DE OLIVEIRA GUERRA, de 20 JUN 2016, da OABR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 24 MAR 2014, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2800/DCP/14638, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67444.003258/2016-95 - Ref Req. da 2º Ten QOCON DENT ANA TEREZA TORRES SILVÉRIO DE ALMEIDA, de 27 JUN 2016, da OABR)

DEFERIDO, a alteração do Adicional de Habilitação Militar, referente ao Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), concluído em 23 MAR 2013, a contar da data de publicação da Portaria nº 227/GC4, de 09 de março de 2016.

Maj Brig Ar ROGÉRIO GAMMERDINGER VERAS
ChEM do COMGEP

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1/2GAB/15, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67280.008265/2016-01 - Ref Req do 2S QSS SDE WILSON CALIXTO DOS REIS, datado de 21 set. 2016, do efetivo do VI COMAR)

INDEFERIDO, Licença para Tratar de Interesse Particular, por não convir à Administração, de acordo com o art. 265 e inciso II do art. 267 do Regulamento aprovado pela Portaria nº 1.270/GC3, de 03 nov. 2005 (RISAER).

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ
Comandante-Geral do Pessoal

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

3 – DISPENSA

PORTARIA COMGEP Nº 2.124/DPM, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, em conformidade com o previsto no inciso VIII do Art 2º da Portaria nº 1.430/GC3, de 21 de setembro de 2015, por Delegação de Competência, e considerando o que consta no Processo nº 67200.012679/2016-70, resolve:

Dispensar a Terceiro-Sargento QSCON TAD TANISE ALMEIDA PORTO (6651763), *ex officio*, por necessidade do serviço, de ficar à disposição do Comando do Exército e de prestar serviço no Colégio Militar de Santa Maria.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ
Comandante-Geral do Pessoal

4 – MILITAR À DISPOSIÇÃO DO COMANDO DO EXÉRCITO

PORTARIA COMGEP Nº 2.123/DPM, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, em conformidade com o previsto no inciso VIII do Art. 2º da Portaria nº 1.430/GC3, de 21 de setembro de 2015, por Delegação de Competência, e considerando o que consta no Processo nº 67200.012679/2016-70, resolve:

Colocar o Suboficial QSS SMU ANDRE LUIZ MARTINS CHIAPPA (2331888), *ex officio*, por necessidade do serviço, à disposição do Comando do Exército, a fim de prestar serviço no Colégio Militar de Santa Maria, sem prejuízo da remuneração a que faz jus pelo Comando da Aeronáutica.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ
Comandante-Geral do Pessoal

SEÇÃO V – DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

1 – GRUPO DE TRABALHO - INSTITUI

PORTARIA Nº 238-T/DGCEA, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Institui Grupo de Trabalho para coordenar a concentração, no DECEA, de atividades administrativas específicas das Organizações Militares subordinadas a este Departamento localizadas na área do Rio de Janeiro.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, no uso das suas atribuições, em conformidade com o previsto no art. 19, inciso I, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

2009, considerando o disposto no art. 10, inciso I, do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria nº 1.668/GC3, de 16 de setembro de 2013, e ainda o disposto no item 4.3 do PCA 11-110/2015, resolve:

Art.1º Instituir Grupo de Trabalho (GT) destinado a coordenar a concentração, no DECEA, de atividades administrativas específicas das Organizações Militares subordinadas a este Departamento localizadas na área do Rio de Janeiro, composto pelos militares a seguir relacionados:

- I – Cel Int LUIZ HENRIQUE **CARRILHO** CHAVES (DECEA/155.578-2)
- II – Cel Int **FERNANDO** DE SOUZA CHAVES (DECEA/250.649-1)
- III – Cel Int **DELMO** SIFRÔNIO FREIRE (PAME-RJ/185.647-2)
- IV – Cel Int SÉRGIO ROBERTO MARQUES **SILVA JUNIOR** (CISCEA/185.857-2)
- V – Cel Int R/1 **JAILTON** PORTO DE FARIA (DECEA/095.478-0)
- VI – Cel R/1 **GILSON** OLIVEIRA DE **LIMA** (DECEA/052.722-0)
- VII – Ten Cel Eng **EDUARDO** ALBERTO DO NASCIMENTO FONTES (DECEA/259.612-1)
- VIII – Ten Cel MET **ROBSON** RESSUREIÇÃO (CGNA/175.507-2)
- IX – Ten Cel ANS R/1 **MÔNICA** SARAIVA SÁ COUTO (ICA/267.866-7)
- X – Maj Int **JORGE** RODRIGO SILVA (DECEA/305.155-2)
- XI – Maj Int **EMANUEL** ROSA DOS SANTOS JUNIOR (PAME-RJ/364.972-5)
- XII – Maj Inf R/1 **FLÁVIO** ANTÔNIO DOS SANTOS (DECEA/121.248-6)
- XIII – Cap Av RAFAEL DE SOUZA **ARMSTRONG** (GEIV/368.594-2)

Art. 2º As atividades administrativas específicas a serem consideradas para efeito da condução dos trabalhos do GT são as seguintes: Tecnologia da Informação; Transportes de Superfície; e Protocolo e Arquivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ten Brig Ar CARLOS VUYK DE AQUINO
Diretor-Geral do DECEA

SECÃO VI - DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

1 – CILE/2016 – CONCLUSÃO

Concluíram o Curso Intensivo de Língua Espanhola (CILE/2016), do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), em 02 de dezembro de 2016, os militares abaixo relacionados.

A presente conclusão está de acordo com o inciso X do Art. 8º do Cap. IV do Regulamento do CIEAR, aprovado pela Portaria nº 868/GC3, de 21 de dezembro de 2007.

CEL AV	LUIZ GUILHERME DA SILVA MAGARÃO	CIAAR
CEL AV	SERGIO MOURÃO MELLO	EAOAR
CEL AV	ALOÍSIO SECCHIN SANTOS	EMAER
TEN CEL AV	EDUARDO VIEIRA DE CARVALHO	CTLA
TEN CEL INF	ROGERIO AYRES VASCONCELLOS	2 GDAAE

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

MAJ	INF	FERNANDO MAURICIO GOMES	1 BDAAE
MAJ	AV	RODRIGO FONSECA DA SILVA ROSA	CIAAR
MAJ	AV	RAFAEL DE ALMEIDA DUQUE	1/4 GAV
CAP	INT	RODRIGO ALVES DE NOVAES	BASC
CAP	AV	JOYCE DE SOUZA CONCEIÇÃO	1/1 GT
CAP	AV	JOEL ELOI BELO JUNIOR	AFA
1T	AV	BORIS VILLENA BISPO	7 ETA
1T	ENG	ANDRÉ FELIPE PEREIRA DE MELO	CIAAR
2T	QOCON VET	RAQUEL TOME DA SILVA	BINFAE MN
2T	QOCON PSC	CAMILA MACHADO ORÇAY	IPA
2T	AV	CAIO DUARTE PENNA DE CARVALHO	7 ETA
2T	AV	GUSTAVO HENRIQUE MONTENEGRO DUQUE	7 ETA
2T	INF	BRUNO CÉSAR BASTOS	BINFAE MN
2T	INF	GUSTAVO HENRIQUE PESTANA REIS	BINFAE MN
SO	SEF	GILDOBERTO FREIRE DE OLIVEIRA	2/10 GAV
SO	BET	ADRIANO GERALDO ANTUNES LIMA	PAMA LS
1S	BMA	WAGNER BRIZOLA	2/10 GAV
2S	SLB	ELIVANIA VILARDO DA SILVA OLIVEIRA	BASC
2S	BEI	EVA LUCIA FREITAS DA R. DO NASCIMENTO	BASC
3S	SGS	SIVAL CANARIO DA SILVA	BINFAE MN
3S	SAD	THIAGO SILVEIRA RAMOS	DIRSA
3S	SIN	CÉSAR AUGUSTO FERNANDES	CIAER
3S	SAD	SEVERINA RODRIGUES DOS SANTOS	COMGAR
3S	QSCON TET	EDMILSON DOS REIS MOREIRA	PAMA LS
3S	QSCON TAD	RODRIGO GOMES DA SILVA	GAPRJ
3S	BSP	JÉSSICA DA SILVA MACHADO	CECAT
CB	SAD	LEANDRO DUARTE DOS SANTOS ARAUJO	COMGAR

Item 40/CIEAR/2016)

2 – CILI/2016 – CONCLUSÃO

Concluíram o Curso Intensivo de Língua Inglesa (CILI/2016), do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), em 02 de dezembro de 2016, os militares abaixo relacionados.

A presente conclusão está de acordo com o inciso X do Art. 8º do Cap. IV do Regulamento do CIEAR, aprovado pela Portaria nº 868/GC3, de 21 de dezembro de 2007.

CEL	INF	IDNAR CAPANEMA DA CUNHA	EMAER
CEL	INF	CLAUDIO BENTO NASCIMENTO DA SILVA	CIAER
CEL	MED	MARCIA DEA SOARES DE CARVALHO	DIRSA
CEL	INF	SERGIO ROBERTO RIPP	COMGAR
TEN	CEL MED	JAEI DAMARIS BRAGA	CIAAR
TEN	CEL AV	ADALBERTO SANCHEZ Y SANCHES	CIAER
MAJ	AV	JOÃO VICENTE FERREIRA DE OLIVEIRA	COMGAR
MAJ	INF	DIOGO DA SILVA SOARES	CIAER

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

MAJ	FARM	ANA CRISTINA BATISTA DA SILVA CORVELER	LAQFA
CAP	MED	ROBERTA ROSAS PETROCINIO	IMAE
CAP	INF	LUCAS RODRIGUES NOGUEIRA LEMOS	1 BDAAE
1T	ENG	LARISSA DE CASTRO BARROS	PAMA AF
1T	ENG	MARIANE CAMARGOS DE FIGUEIREDO	PAME RJ
1T	QCOA PSO	SIMONE TEIXEIRA VINHOSA PINTO	IPA
2T	QOCON MTL	LUANA RODRIGUES KOJUCH	PAMA LS
2T	QOCON MIM	SHEILLA CRISTINA P.ROCHA DE SOUSA SILVA	EEAR
2T	QOCON ELN	CONRADO AUGUSTO ABRAHÃO DA MATTA	PAMA LS
SO	BET	JOSÉ MARCELO TOFOLI	PAMA LS
SO	BMA	RICARDO DE OLIVEIRA ROCHA	2/10 GAV
SO	BMA	LEANDRO BINDER SILVA	PAMA AF
1S	BCT	ALEXANDRO DA SILVA PINTO	EEAR
1S	BMA	CLÁUDIO WILSON MARTINELI	2/10 GAV
1S	SAD	INGRID DA SILVA SANTOS	IPA
1S	BMA	VICENTE OLIVEIRA QUINTELA	PAMA GL
2S	SAD	RENATA CORREIA CAMPELLO PRUDENTE	HAAF
2S	SAD	MARCELO FELICIO RIBEIRO	DIRAP
2S	SEF	THAÍS DE ARAUJO PACHECO CARVALHO	CIAAR
2S	BEI	DIEGO CARVALHO DE SA	PAMA LS
2S	BCO	JOÃO PAULO DE ANDRADE RANGEL	EEAR
2S	BEP	VITOR BARBOSA CORRÊA	PAMA LS
3S	SEM	DANIEL PEÇANHA DOS SANTOS	PAMA GL

(Item 41/CIEAR/2016)

3 – DESIGNAÇÃO

PORTARIA DEPENS Nº 611-T/DCR, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, tendo em vista o disposto no Art. 11, da Portaria nº 980/GC3, de 11 de agosto de 2016, e considerando o que consta no Processo nº 67700.008483/2016-40, resolve:

Designar os militares abaixo relacionados, para a realização do Curso de Engenharia do ITA, no nível de graduação, para o ano de 2017, nas seguintes especialidades:

- ENGENHARIA AERONÁUTICA:

a) 1º Ten Av BRUNO CÂNDIDO DE PAULA, do efetivo do 2º/6º GAv.

- ENGENHARIA MECÂNICA:

a) 1º Ten Av CEZAR AUGUSTO KUZAVA FRANCO, do efetivo do 2º/3º GAv.

- ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO:

a) 1º Ten Av MILON DE CASTRO ALVES, do efetivo do 1º/8º GAv;

b) 1º Ten Av RAPHAEL DE VASCONCELLOS NASCIMENTO, do efetivo do 3º/7º GAv.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

PORTARIA DEPENS Nº 612-T/DCR, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA, no uso das atribuições que lhe conferem o item 3.1.6 **AERONÁUTICA** da ICA 37-109, aprovada pela Portaria nº R-689/GC3, de 28 dez. 2001; o art. 1º da Portaria nº 612/GC3, de 13 ago. 2002; o art. 20, anexo I do Decreto 6.834, de 30 abr. 2009, e o que consta do Processo nº 67770.004591/2016-10, resolve:

Designar o CEL AV CÉSAR AUGUSTO O'DONNELL ALVÁN, do efetivo do IFI, para cumprir a missão nº 1/DEPENS/PARTE III/PLAMENS BR 2016 - Curso de Idioma Inglês, no BRASAS *English Course*, localizado na cidade de São José dos Campos - SP, no período de 7 de dezembro de 2016 a 7 de agosto de 2017, sem prejuízo do serviço, por ter sido indicado para exercer o cargo de Assessor do Departamento de Estudos do Colégio Interamericano de Defesa (CID).

No Imp Ten Brig Ar DIRCEU TONDOLO NÔRO
Diretor-Geral do DEPENS

Maj Brig Ar CARLOS AUGUSTO AMARAL OLIVEIRA

4 – EQUIPE DE GERÊNCIA - INSTITUI

PORTARIA DEPENS Nº 26-T/ATE, DE 3 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a estrutura, atribuições e composição da equipe de Gerência do Projeto “Rede de Bibliotecas Integradas do DEPENS”.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III, do art. 4º, do Regulamento do Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 297/GC3, de 5 de maio de 2008 e considerando o inciso XII, do art. 115, do Regimento Interno do Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 540-T/DE-6, de 7 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Instituir a equipe de Gerência do Projeto “Rede de Bibliotecas Integradas do DEPENS”, com a finalidade de realizar as ações necessárias ao cumprimento do Objeto constante do Termo de Contrato nº 23/2016/GAP-BR, firmado entre o DEPENS e a Empresa PRIMASOFT INFORMÁTICA LTDA, tendo a seguinte estrutura e atribuições:

I - Coordenador do Projeto: É o responsável pela supervisão das tarefas realizadas pelo Gerente de Projeto.

II – Gerente de Projeto: É o agente da Administração, cuja finalidade é garantir a aplicação dos aspectos relacionados à atividade de biblioteconomia durante a execução do Projeto, acompanhar as atividades desenvolvidas pela Contratada, bem como atuar como ponto de contato junto à Contratada.

III – Gerente de Negócio: É o agente da Administração responsável em realizar a coordenação e executar as atividades necessárias ao Projeto, relativas à biblioteca de sua OM.

IV – Gerente de Infraestrutura: É o agente da Administração responsável por prever todo o envolvimento tecnológico necessário à hospedagem do Sistema na infraestrutura de TI designada.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

V – Gerente de contrato: É o agente da Administração responsável por garantir o cumprimento do contrato com a Empresa fornecedora do serviço, no que se refere ao aspecto financeiro.

§ 1º O Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro (CCA-RJ) será a Organização Militar designada para hospedar o Projeto “Rede de Bibliotecas Integradas do DEPENS” e pelo monitoramento do funcionamento do Sistema após a sua implantação.

§ 2º O aplicativo a ser utilizado no DEPENS para o acompanhamento do Projeto será o GPAer, sendo utilizada a estrutura de projetos implantada pelo Departamento de Ensino da Aeronáutica no referido *software*.

Art. 2º A Equipe de Gerência do Projeto “Rede de Bibliotecas Integradas do DEPENS” passa a ser composta pelos seguintes militares:

I – Coordenador do Projeto:

Cel Av R/1 GILSON GOMES DE SENA (DEPENS).

II – Gerente de Projeto:

2º Ten QOCON BIB THIAGO ROBERTO DOS SANTOS (CENDOC).

III – Gerente de Negócio da AFA:

2º Ten BIB FERNANDA PEREIRA SANTIAGO (AFA).

IV – Gerente de Negócio da EPCAR:

2º Ten QOCON BIB KAREN CRISTINA DE OLIVEIRA (EPCAR).

V – Gerente de Negócio da EEAR:

2º Ten QOCON BIB ANA ELIZA GRIGÓRIO RODRIGUES (EEAR).

VI – Gerente de Negócio do CIAAR:

2º Ten QOCON BIB JOICE RODRIGUES TEIXEIRA (CIAAR).

VII - Gerente de Infraestrutura:

Cap QOEA SVI ANDRÉA CRISTINA PEREIRA NASCIMENTO (CCA-RJ).

VIII – Gerente de contrato:

2º Ten BIB PALOMA LELES DE MOURA (DEPENS).

Art. 3º A Equipe de Gerência do Projeto “Rede de Bibliotecas Integradas do DEPENS” terá como metas:

I – estabelecer, juntamente com a Contratada, o cronograma de atividades;

II – acompanhar o cumprimento das metas do Projeto, tendo como base o cronograma estabelecido;

III – lançar o cronograma de atividades no GPAer do DEPENS e atualizá-lo, conforme o andamento do Projeto;

IV – acompanhar e realizar a conferência dos pagamentos, conforme os produtos entregues pela Contratada, de acordo com o cronograma estabelecido;

V – fornecer os dados necessários à Contratada para o cumprimento do Projeto; e

VI – identificar a necessidade de expansão da infraestrutura de TI necessária à implantação do Projeto.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar DIRCEU TONDOLO NÔRO
Diretor-Geral do DEPENS

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

5 – ICA 19-77 - APROVA A REEDIÇÃO

PORTARIA Nº 1-T / SDTP, DE 3 DE JANEIRO DE 2016.

Aprova a reedição do Programa de Trabalho Anual do Departamento de Ensino da Aeronáutica para o ano de 2017.

ODIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 4º, inciso II e artigo 15º, incisos I, V e XII do Regulamento do Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº297/GC3, de 5 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 19-77 “Programa de Trabalho Anual do Departamento de Ensino da Aeronáutica” para o ano de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar a Portaria DEPENS Nº 80-T/DE-6, de 02 de fevereiro de 2016, Publicado no BCA nº 024, de 16 de fevereiro de 2016.

Ten Brig Ar DIRCEU TONDOLO NÔRO
Diretor-Geral do DEPENS

Obs.: A Instrução de que trata a presente Portaria encontra-se anexada a este Boletim e será disponibilizada no BLAER e no SISPUBLIC.

6 – ORDEM DE MATRÍCULA

1. O Diretor-Geral do DEPENS, em conformidade com o disposto no artigo 43 da Portaria nº 345/DE-2, de 30 de novembro de 2009, e de acordo com o item 8.2 da ICA 37-281 “Normas Reguladoras para o Curso Preparatório de Cadetes do Ar”, aprovada pela Portaria DEPENS nº 217/DE-1, de 18 de abril de 2016, determina que os Alunos concludentes do Curso Preparatório de Cadetes do Ar (CPCAR), abaixo relacionados, sejam matriculados no Curso de Formação de Oficiais Aviadores do ano de 2017 (CFOAV 2017).

NOME

SAMUEL DE ALMEIDA ANDRADE
GIOVANNI MONTEIRO FRANZINI
BRUNO SANTOS LUIZ
KAIO DE CARVALHO PEREIRA
BRUNO BATISTA BOTELHO LASCHI
AYRTON DE FIGUEIREDO MIRANDA
PEDRO HENRIQUE DE PAULA *
MARIO LOPES CARNEIRO JUNIOR *
GUILHERME LUCAS DE MENEZES ARAUJO
DAVI SOMBRA ALMEIDA

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

RENAN BARROS DE MORAES
GUSTAVO FERREIRA MAZONAVE
MATEUS MARTINS DA SILVA
WENDELL MARCELO FERNANDES SANTOS SILVA
RENNAN MATHEUS GONCALVES ALVES
CAIQUE SOARES FIALHO RODRIGUES
GUILHERME RIBEIRO DE ARAGAO GONCALVES
SIRO AUGUSTO ALVIM REIS
JOAO PAULO CARRARINI QUINTANILHA
IGOR SCHROTER SALVIATTO
LEONARDO MATHEUS DA SILVA
PEDRO HENRIQUE BRUNELLI DEVITTO
ARUA VITOR CAVALHEIRO DOMACOSKI
YAGO FELIPE RODRIGUES SCHWENCK *
ELISSANDRO DA SILVA TORQUATO
WILLIAM DA SILVA KOLZENTI
WELBERT WENDER DE OLIVEIRA
LUIZ EDUARDO FERREIRA
MARCO AURELIO RODRIGUES DA CUNHA
GUILHERME ASSIS DO LIVRAMENTO
DOUGLAS FELIX BRAZ
LUCAS ALVES EVARISTO
HENRIQUE DUQUE MAGALHAES
GUSTAVO TADEU BONFIM
FILIPE FERREIRA DA VEIGA
GABRIEL SCARIN DE OLIVEIRA VAZ
JOAO VICTOR DE SOUZA SOLIS
MARCELO DE MOURA SILVA JUNIOR
FERNANDO MOREIRA DOS SANTOS
LUCAS DOS SANTOS RAMALHO
DANIEL BUERY DE MELO CAMPELO
MATHEUS CREMM DE OLIVEIRA
RAYAN FRANCISCO DE OLIVEIRA PINTO
JOAO PEDRO FERREIRA ARAUJO LUNA
GUILHERME BEMVENHO GUGISCH
ANTONIO HENRIQUE MAUES ALVES
IGOR CARDOSO DA SILVA MARINS
FELIPE DUARTE SANTANA
ARTHUR JOSE FONSECA VIANA
WILLIAM POLINATI DA SILVA LAMAS VECCHI
MARCIO ROBERTO TEIXEIRA DA SILVA FILHO
FABRICIO SALLES SILVA
SERGIO AUGUSTO MOURA GOMES
JOAO HENRIQUE FREITAS LOPES
CARLOS EDUARDO GONCALVES SOARES
VINICIUS BATISTA VASCONCELLOS CUNHA
SYLVIO FROES PIRES
MATHEUS SILVA DA CUNHA

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

VITOR LOSCHI MANEGGATI CARNEIRO *
ITALO BRUNO MENDES DOS SANTOS
DANIEL CRETTON CARVALHO
ROBERTO DOS SANTOS NERY
CLAUDIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR
VITOR SALES BARBOSA
PYTERSON DA SILVA BRANDAO
GABRIEL DOS SANTOS VERNEC
IURI DE MIRANDA FERNANDES
SAMUEL DA SILVA LIA
JERONIMO CAMILO SOARES VENTURA
LUCAS PORTUGAL DE SOUZA
VINICIUS DOS REIS GONCALVES
EDUARDO CAXERO DA SILVA COELHO
SAMUEL FABRIS DE CARVALHO SANTOS
LINCOLN EXPEDITO CONCON PRANA
RODRIGO REDIGOLO COSTA
JOAO MARCELO NUNES DOS SANTOS
MARCOS PAULO HILARIO DE SOUZA FILHO
YURI DOS SANTOS RODRIGUES
AUGUSTO MADUREIRA MARTINS ALVES
WILLIAM CESAR HORST LAURITO
GABRIEL BARA GOMES
LUIZ FELIPE FONSECA TEIXEIRA
JOSE HENRIQUE SANDY COELHO
GUILHERME HENRIQUE DE OLIVEIRA BILONIA
VINICIUS ASSARONI DUTRA
ELISEU RIGHETTI BOTURA
MARCIO DE ALMEIDA TRINDADE ZANONI
JOAO MARCOS DE OLIVEIRA MELLO
GABRIEL DA SILVA CORREA
MATHEUS DA COSTA FONSECA
ANTONIO GUEDES FREIRE JUNIOR
LEONARDO COSTA LORETI LOPES
LUCAS MOREIRA VIDAL
MATHEUS DA SILVA DE SOUZA
RENAN HENRIQUE VAZ BORGES
DAVID DO NASCIMENTO PEREIRA
TADEU SILVA TIMOTE
MATHEUS MAGNO UCHÔA RAMALHO *
VITOR HUGO DE SA VALENTE
EDMO MIGUEL OLIVEIRA TORRES
GUILHERME RODRIGO DE ARAUJO ESTEVAM
GABRIEL SALLE CORREA
MATHEUS FONSECA FERNANDES PEREIRA
EWERTON VIEIRA DE SILLES
MATHEUS CONVERTITO DE ARAUJO
DANIEL MENDONCA DANTAS DE MATOS

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

PABLO MOREIRA MOTA LIMA
GABRIEL FARIA DA COSTA
GABRIEL MARTINS SILVA
VICTOR GABRIEL ALVES RADAEL
DOUGLAS DE PAULA GOBI
BRUNO ALVAREZ DE REZENDE VARGAS
ABNER FERREIRA DE SOUZA
FELIPE RODRIGUES FABRETTI
ISRAEL MARINHO BAPTISTA
FILIPE DOS SANTOS PIRES
MATHEUS SOMMER DA SILVA TRINDADE
DANIEL FONSECA FRAGA
MATHEUS HENRIQUE EUGENIO DO NASCIMENTO
PATRICK MARQUES DE BARROS COSTA
MARCUS VINICIUS GUSMÃO DE LIMA
JOAO VICTOR DA FONSECA LOPES GOMES

*Alunos concludentes do CPCAR que recebem ordem de matrícula no CFOAV 2017 por força de decisões judiciais.

(Item 03/DCR/2017)

7 – ORDEM DE MATRÍCULA DEFINITIVA

1. Considerando o trânsito em julgado da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 2010.51.01.010956-3, que tramitou perante a 8ª Vara Federal do Rio de Janeiro, torno definitiva a ordem de matrícula de VANESSA SANTOS VIANA no Curso de Formação de Sargentos – Turma 2/2010 (CFS-B 2/2010), anteriormente dada pelo Item nº 163/DE-2, de 21 de julho de 2010, publicado no BCA nº 135, de 23 de julho de 2010.

(Item 01/DCR/2017)

1. Considerando o trânsito em julgado da decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 0018838-12.2006.4.02.5101, que tramitou na 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro, torno definitiva a ordem de matrícula de GISELLE FRAUCHES CAMPOS no Curso de Adaptação de Médicos da Aeronáutica do ano de 2007 (CAMAR 2007) constante no Item nº 105/DE-2, de 26 de abril de 2007, publicado no BCA nº 082, de 30 de abril de 2007.

(Item 10/DCR/2017)

8 – ORDEM DE MATRÍCULA DE OFICIAIS PARA O CURSO APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS (CAP), TURMA 1/2017 – INCLUSÃO

1 EXCLUSÃO

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, tendo em vista o disposto na letra “g” do item 1.4.1, da ICA 37-14 – ‘NOREG-

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

EAOAR', de 8 de março de 2016 e considerando o que consta na Mensagem Telegráfica nº 15/EAD-RH, de 06/12/2016, do IPEV, resolve:

Excluir o CAP MED AGOSTINHO MARTINS DE OLIVEIRA NETO SEGUNDO, Nr Ord (401842-7), do efetivo do IPEV, do item 1.2, da Relação de Oficiais que não receberam Ordem de Matrícula para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAP), turma 1/2017, publicada no BCA nº 191, de 08 de novembro de 2016

2 INCLUSÃO'

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, tendo em vista o disposto na alínea “g” do item 1.4.1, da ICA 37-14 – ‘NOREG-EAOAR’, de 8 de março de 2016, resolve:

Incluir o CAP MED AGOSTINHO MARTINS DE OLIVEIRA NETO SEGUNDO no item 1, da Relação de Oficiais que receberam Ordem de Matrícula para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAP), turma 1/2017, publicada no BCA nº 187, de 31 de outubro de 2016.

(Item 182 /DPL/2016)

9 – ORDEM DE MATRÍCULA DE OFICIAIS PARA O CURSO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR PRESENCIAL (CCEM-P), TURMA 2017 – EXCLUSÃO

1 EXCLUSÃO

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, tendo em vista o disposto na letra “F”, do item 1.4.1, da ICA 37-305 – ‘NOREG-ECEMAR’, aprovada pela Portaria DEPENS nº 136/DE-1, de 8 de março de 2016, e considerando o que consta na Mensagem Fac Símile nº 77/DPL/14511, **do COMGEP**, resolve:

Excluir o **MAJ AV ISAIAS LOPES DOS SANTOS JUNIOR** Nr Ord (304916-7), do efetivo do COMGEP, do item 1, da Relação de Oficiais que receberam Ordem de Matrícula para o Curso de Comando e Estado-Maior **Presencial (CCEM-P)**, turma **2017**, publicada no BCA nº **112**, de **07 de julho** de **2016**.

2 INCLUSÃO

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, tendo em vista o disposto na letra “F”, do item 1.4.1, da ICA 37-305 – “NOREG/ECEMAR”, aprovada pela Portaria DEPENS nº 136/DE-1, de 8 de março de 2016, resolve:

Incluir o **MAJ AV ISAIAS LOPES DOS SANTOS JUNIOR**, no item **1.5**, da Relação de Oficiais que não receberam Ordem de Matrícula para o Curso de Comando e Estado-Maior Presencial (CCEM-P) e Semipresencial (CCEM-SP), turma 2017, publicada no BCA nº **112**, de **7 de julho** de **2016**.

(Item 181/DPL 2016)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

10 – ORDEM DE MATRÍCULA DE OFICIAIS PARA O ESTÁGIO EM POLÍTICA E ESTRATÉGIA AEROESPACIAIS (EPEA), TURMA 2017 – TORNO SEM EFEITO

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, tendo em vista as publicações da Ordem de Matrícula para o Estágio em Política e Estratégia Aeroespaciais (EPEA), resolve:

Tornar sem efeito a ordem de matrícula de oficiais para o Estágio em Política e Estratégia Aeroespaciais (EPEA), turma 2017, publicada nos BCA nº 164 de 26 de setembro de 2016, BCA nº 191 de 8 de novembro de 2016, BCA nº 198 de 21 de novembro de 2016 e no BCA nº 204 de 30 de novembro de 2016, em virtude de o Curso de Altos Estudos Militares (CAEM), instituído pela Portaria nº 1660/GC3, de 21 de dezembro de 2016, publicada no BCA nº 216 de 22 de dezembro de 2016, absorver o referido Estágio e, ainda, por ter sido publicada a Ordem de Matrícula para o CAEM no BCA nº 219, 29 de dezembro de 2016.

(Item 180/DPL/2016)

11 – REQUERIMENTO DESPACHADO PELO EXMO. SR. DIRETOR-GERAL DO DEPENDS

No requerimento em que o 1º Ten Av PEDRO ALBERTO RIBEIRO SANTOS, do efetivo do 1º/15º GAv, solicita inscrição para realização do Curso de Engenharia do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), no nível de Graduação, na especialidade de Engenharia Aeronáutica, para o ano de 2017, o Exmo. Sr. Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica exarou o seguinte despacho:

“INDEFERIDO, por não ter alcançado os critérios estabelecidos que permitissem a sua indicação para matrícula no Curso de Graduação em Engenharia do ITA, conforme previsto no Item II, do Art. 6º, da Portaria nº 1.675/GC3, de 21 de dezembro de 2016 (Processo nº 67750.004219/2016-41).

(Item 05/DCR/2017)

No requerimento em que o 1º Ten Av RICARDO HENRIQUE RABELO AMORIM, do efetivo da AFA, solicita inscrição para realização do Curso de Engenharia do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), no nível de Graduação, na especialidade de Engenharia Civil Aeronáutica, para o ano de 2017, o Exmo. Sr. Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica exarou o seguinte despacho:

“INDEFERIDO, por não ter alcançado os critérios estabelecidos que permitissem a sua indicação para matrícula no Curso de Graduação em Engenharia do ITA, conforme previsto no Item II, do Art. 6º, da Portaria nº 1.675/GC3, de 21 de dezembro de 2016 (Processo nº 67750.004222/2016-65).

(Item04/DCR/2017)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

No requerimento em que o 1º Ten Av BRUNO CÂNDIDO DE PAULA, do efetivo do 2º/6º GAv, solicita inscrição para realização do Curso de Engenharia do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), no nível de Graduação, na especialidade de Engenharia Aeronáutica, para o ano de 2017, o Exmo. Sr. Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica exarou o seguinte despacho:

“DEFERIDO, conforme disposto no Art. 11, da Portaria nº 1.675/GC3, de 21 de dezembro de 2016 (Processo nº 67700.008483/2016-40)”.

(Item 06/DCR/2017)

No requerimento em que o 1º Ten Av MILON DE CASTRO ALVES, do efetivo do 1º/8º GAv, solicita inscrição para realização do Curso de Engenharia do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), no nível de Graduação, na especialidade de Engenharia da Computação, para o ano de 2017, o Exmo. Sr. Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica exarou o seguinte despacho:

“DEFERIDO, conforme disposto no Art. 11, da Portaria nº 1.675/GC3, de 21 de dezembro de 2016 (Processo nº 67700.008483/2016-40).”

(Item 07/DCR/2017)

No requerimento em que o 1º Ten Av RAPHAEL DE VASCONCELOS NASCIMENTO, do efetivo do 3º/7º GAv, solicita inscrição para realização do Curso de Engenharia do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), no nível de Graduação, na especialidade de Engenharia da Computação, para o ano de 2017, o Exmo. Sr. Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica exarou o seguinte despacho:

“DEFERIDO, conforme disposto no Art. 11, da Portaria nº 1.675/GC3, de 21 de dezembro de 2016 (Processo nº 67700.008483/2016-40).”

(Item 08/DCR/2017)

No requerimento em que o 1º Ten Av CEZAR AUGUSTO KUZAVA FRANCO, do efetivo do 2º/3º GAv, solicita inscrição para realização do Curso de Engenharia do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), no nível de Graduação, na especialidade de Engenharia Mecânica Aeronáutica, para o ano de 2017, o Exmo. Sr. Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica exarou o seguinte despacho:

“DEFERIDO, conforme disposto no Art. 11, da Portaria nº 1.675/GC3, de 21 de dezembro de 2016 (Processo nº 67700.008483/2016-40).”

(Item 09/DCR/2017)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

12 – ORDEM DE MATRÍCULA - TORNA SEM EFEITO

1. Em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0805996-08.2016.4.05.0000, em curso no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, torno sem efeito a Ordem de Matrícula de MARIA CAROLINA PÉRES TEIXEIRA SEABRA no Curso de Adaptação de Dentistas da Aeronáutica do ano de 2017 (CADAR 2017), constante do Item nº 168/1DCR, de 29 de novembro de 2016, publicado no BCA nº 205, de 1º de dezembro de 2016.

(Item 02/DCR/2017)

SECÃO VII - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL (Sem alteração)

SECÃO VIII - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA (Sem alteração)

QUINTA PARTE

ATOS DOS TITULARES DE DIRETORIAS

SECÃO I - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

MILITAR

1 – ADIÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 1/1CM1, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, alínea "a", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 JUL 2016, resolve:

Adir ao EMAER, de acordo com o art. 2º, inciso VI da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, o Brig Ar PAULO ROBERTO MOREIRA DE OLIVEIRA (Nr Ord 0554715), do efetivo da DTI, para fins administrativos e de justiça, por ter sido nomeado para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Gestão e Ensino do Comando de Defesa Cibernética, a partir de 11 JAN 2017, conforme o Decreto de 23 NOV 2016.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

PORTARIA DIRAP Nº 17/1CM1, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, alínea "a", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 JUL 2016, resolve:

Adir ao EMAER, de acordo com o art. 2º, inciso I, alínea "d" da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, o Ten Cel Av EVANDRO GONZALEZ MASCARENHAS (Nr Ord 2216159), para fins administrativos, de justiça e de disciplina, por ter sido designado para exercer função de natureza militar na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), no período de 16 DEZ 2016 a 15 DEZ 2017, conforme a Portaria nº 2.563/GM/MD, de 06 DEZ 2016 .

JOSÉ DE REZENDE QUEIROZ Cel Av Refm
Ch Int da DCM

2 – AGREGAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 2/2CM2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "b", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 de julho de 2016, resolve:

Agregar ao seu quadro o Maj Av DELCIO CLAUDIO SANTAREM JUNIOR (Nr Ord 3051218), a contar de 2 de janeiro de 2017, de acordo com o art. 81, inciso I, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido designado, por necessidade do serviço, para cumprir a missão nº 20/DEPENS/PARTE III/PLAMENS EXT 2017 - Curso de Comando e Estado-Maior da Academia de Guerra Aérea, no Chile, com sede em Santiago, e exercer o cargo de Instrutor no Curso de Comando e Estado-Maior em 2018, considerando a Portaria nº 1.532/GC1, de 23 de novembro de 2016.

PORTARIA DIRAP Nº 3/2CM2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "b", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 de julho de 2016, resolve:

Agregar ao seu quadro o Maj Av CASSIO DE SOUZA NETO GONÇALVES (Nr Ord 3051137), a contar de 2 de janeiro de 2017, de acordo com o art. 81, inciso I, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido designado, por necessidade do serviço, para, na Escola Superior de Guerra Aérea da Força Aérea do Peru (ESFAP), na cidade de Lima, Peru, cumprir a missão nº 16/DEPENS/PARTE III/PLAMENS EXT 2017 - Curso de Comando e Estado-Maior Conjunto, considerando a Portaria nº 1.531/GC1, de 23 de novembro de 2016.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

PORTARIA DIRAP Nº 6/2CM2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "b", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 de julho de 2016, resolve:

Agregar ao seu quadro o Ten Cel Av JOSÉ ALBERTO DOS SANTOS BEZERRA (Nr Ord 2939479), a contar de 2 de janeiro de 2017, de acordo com o art. 81, inciso I, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido designado, por necessidade do serviço, para cumprir a missão nº 26/DEPENS/PARTE III/PLAMENS EXT 2017- Curso de Estado-Maior da Escola Superior de Guerra (ESDEGUE), na Colômbia, com sede em Bogotá, e exercer o cargo de Instrutor no Curso de Estado-Maior em 2018, considerando a Portaria nº 1.529/GC1, de 23 de novembro de 2016.

PORTARIA DIRAP Nº 7/2CM2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "b", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 de julho de 2016, resolve:

Agregar ao seu quadro o Cel Av LEONARDO CHAVES RODRIGUES (Nr Ord 1707191), a contar de 2 de janeiro de 2017, de acordo com o art. 81, inciso I, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido designado, por necessidade do serviço, para, no Centro Superior de Estudos do Ministério da Defesa, na cidade de Lima, Peru, cumprir a missão nº 34/DEPENS/PARTE III/PLAMENS EXT 2017 – Mestrado em Desenvolvimento e Defesa Nacional, considerando a Portaria nº 1.527/GC1, de 23 de novembro de 2016.

PORTARIA DIRAP Nº 9/2CM2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "b", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 de julho de 2016, resolve:

Agregar ao seu quadro o Maj Inf MARCOS VINICIUS PIRES BRANT (Nr Ord 3325059), a contar de 1º de janeiro de 2017, de acordo com o art. 81, inciso I, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido designado, por necessidade do serviço, para desempenhar a função de Instrutor de Paraquedismo, na Confederación Deportiva de la Defensa Nacional (CODEFEN), Chile, considerando a Portaria nº 1.471/GC1, de 14 de novembro de 2016.

JOSÉ DE REZENDE QUEIROZ Cel Av Refm
Ch Int da DCM

3 – DESPACHO DECISÓRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2/1CM2/92, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

(Proc nº 67223.005442/2016-74 - Ref Req de movimentação por interesse próprio do 1S SST FABRÍCIO FEITOSA ALCANFOR, Nr Ord 3325393, do efetivo da BARF, e demais processos listados abaixo)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

INDEFERIDO, por não ser do interesse da Administração, de acordo com o art. 177, inciso I, do RISAER, combinado com os itens 2.3.6.1 e 2.3.6.12 da ICA 30-4, de 04 DEZ 2014.

1S SST FABRÍCIO FEITOSA ALCANFOR (Nr Ord 3325393), da BARF (Proc. nº 67223.005442/2016-74);

1S BMA GILSON FERREIRA DA SILVA (Nr Ord 2165244), do 2/8 GAV (Proc. nº 67293.011089/2016-38);

3S SAD JACKSON LUIZ SILVA (Nr Ord 4413962), do COMGAR (Proc. nº 67200.009937/2016-31);

3S TCO CARLOS VICTOR GONÇALVES BEZERRA (Nr Ord 6371248), do NuGAP GL (Proc. nº 67242.014757/2016-84);

3S SEL JOSÉ AUGUSTO SANTOS CORNÉLIO (Nr Ord 6450679), da PAAN (Proc. nº 67281.006672/2016-66);

3S BEI TAYANA BARBOSA DE LIMA (Nr Ord 6132960), do PAMA SP (Proc. nº 67115.004941/2016-71);

3S SAD RICARDO DA SILVA ANDRADE (Nr Ord 4458885), do PAMB RJ (Proc. nº 67116.003449/2016-79);

3S SEF ANDRIELI DO NASCIMENTO NOVAES (Nr Ord 6579345), do NuHFASP, (Proc. nº 67438.008188/2016-41);

3S BMB JONATHAN DE SOUZA MENDES BEZERRA (Nr Ord 6239013), da BASP, (Proc. nº 67263.004013/2016-11); e

3S SIN MARCUS VINÍCIUS LIBERATO FACCION (Nr Ord 6255418), do CGNA (Proc. nº 67605.001581/2016-34).

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2677/1HI3/30847, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67115.009359/2016-00 - Ref Req de Averbação de Tempo de Serviço Privado do 3S QESA BSP DENI CARLO VIEIRA DE LAURENTIS, Nr Ord 2092883, de 01 DEZ 2016, do PAMA SP)

DEFERIDO, averbe-se para os fins previstos no art. 93, § 1º, do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, observado o art. 1º, inciso II, letra "e", da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, regulamentado pelo art. 10 do supramencionado Decreto, o tempo líquido de zero ano, seis meses e zero dia de serviço prestado em atividade privada nos períodos de 02 FEV 1987 a 31 JUL 1987, véspera da sua inclusão na FAB, constantes da certidão do INSS apresentada.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2678/1HI3/30853, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 60583.004448/2015-13 - Ref Req de Averbação de Tempo de Serviço prestado na condição de aluno-aprendiz do então 2S QSS SAD LUCAS JOSÉ DA SILVA, Nr Ord 1993666, de 04 NOV 2015, do MDEFESA)

INDEFERIDO, por não atender ao disposto na Súmula 96, de 25 NOV 1976 e nos itens 9.3.1. e 9.3.2. do Acórdão nº 2.024, de 23 NOV 2005, ambos do Tribunal de Contas da União.

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS
Subdiretor de Pessoal Militar da DIRAP

DESPACHO DECISÓRIO Nº 3/1PG/121, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

(Proc nº 67291.009341/2016-69 - Ref ao Req Ext do militar Nr Ord 3088545, datado de 30 de agosto de 2016, do DTCEA-BV)

DEFERIDO, seja expedida a reprodução fiel das Fichas de Avaliação de Graduados do militar Nr Ord 3088545, referente aos anos de 2010 a 2015, na forma do previsto no art. 7º parágrafo 3º combinado com o art. 13 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 15, parágrafo 3º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

ANDRÉ DA SILVA FERREIRA Cel Av
Secretário Interino da CPG

4 – INATIVIDADE - ALTERA

PORTARIA DIRAP Nº 6.958/3HI1, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 4º, inciso V, da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 JUL 2016, e considerando o processo nº 67422.008375/2016-01, resolve:

ALTERAR a situação de inatividade do SO BCO Refm LUIZ JOSE VIEIRA (Nr Ord 0887676), a contar de 21 JUN 2016, a fim de considerá-lo reformado de acordo com art. 106, inciso II, art. 108, inciso V, § 2º, art. 110, § 1º e § 2º, alínea "a", da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, e de acordo com a Informação nº 548/COJAER/2002, em virtude de ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 039, de 27 OUT 2016.

PORTARIA DIRAP Nº 6.960/3HI1, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 2º, inciso V, da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 JUL 2016, e considerando o processo nº 67550.001832/2016-63, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

ALTERAR a situação de inatividade do SO QTA TBA Refm SILVIO CESÁRIO ROSA (Nr Ord 0664677), a contar de 06 JAN 2016, a fim de considerá-lo reformado de acordo com art. 106, inciso II, art. 107, parágrafo único, art. 108, inciso V, § 2º, art. 110, § 1º e § 2º, alínea "c", da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, em virtude do estabelecido nos Pareceres nº 548/COJAER, de 1º OUT 2002 e nº 418/2012/COJAER/CGU/AGU, de 28 SET 2012, uma vez que possuía a graduação de Taifeiro-Mor na ativa, tendo obtido o acesso à atual graduação, na inatividade, nos termos da Lei nº 12.158, de 28 DEZ 2009, e por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 39, de 27 OUT 2016.

PORTARIA DIRAP Nº 6.961/3HI1, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 4º, inciso V, da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 JUL 2016, e considerando o processo nº 67720.001947/2016-59, resolve:

ALTERAR a situação de inatividade do SO BMA Refm ARLINDO PEREIRA DA SILVA (Nr Ord 0790877), a contar de 11 NOV 2015, a fim de considerá-lo reformado de acordo com art. 106, inciso II, art. 108, inciso V, § 2º, art. 110, § 1º e § 2º, alínea "a", da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, e de acordo com a Informação nº 548/COJAER/2002, em virtude de ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 039, de 27 OUT 2016.

Assegurar a seus beneficiários a melhoria de pensão militar a que fizerem jus, a contar da data do seu falecimento.

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS
Subdiretor de Pessoal Militar da DIRAP

PORTARIA DIRAP Nº 6739/3HI1, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 4º, inciso VIII, da Portaria COMGEP nº 1.395/DLE, de 08 JUL 2016, e considerando o processo nº 67430.006725/2016-98, resolve:

ALTERAR a situação de inatividade do Cel Méd Refm PAULO DE TARSO COELHO DE ARAUJO (Nr Ord 0521124), a contar de 04 JAN 2016, a fim de considerá-lo reformado de acordo com o art. 106, inciso II, art. 108, inciso V, art. 110, § 1º, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, e de acordo com a Informação nº 548/COJAER/2002, em virtude de ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 0037, de 14 OUT 2016

No Imp Maj Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Diretor de Administração do Pessoal

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS
(DOU nº 246, de 23 de dezembro de 2016)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

5 – MOVIMENTAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 18/1CM1, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em conformidade com o art. 178, inciso III, letras "a", e "b" do RISAER, e considerando o BCA nº 209, de 08 DEZ 2016, resolve:

Transferir *ex officio*, por necessidade do serviço, de acordo com o item 2.3.2.2 da ICA 30-4, de 04 DEZ 2014, os oficiais relacionados a seguir, do efetivo de suas OM ao lado declaradas para o CPORAER SJ (São José dos Campos - SP), por terem sido designados para realizar o Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu do ITA, no nível Mestrado, conforme a Portaria DEPENS nº 571-T/DCR, de 05 DEZ 2016:

Maj Av BRENO RICARDO DE ARAUJO LEITE (Nr Ord 3148653), do efetivo do IEAV (São José dos Campos - SP); e
1º Ten Eng (CIV) RAMON NUNES DE OLIVEIRA (Nr Ord 6123023), do efetivo do CLA (Alcântara - MA).

PORTARIA DIRAP Nº 20/1CM1, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "b" do RISAER, e considerando o BCA nº 208, de 07 DEZ 2016, resolve:

Transferir *ex officio*, por necessidade do serviço, de acordo com o item 2.3.2.2 da ICA 30-4, de 04 DEZ 2014, os oficiais relacionados a seguir, do efetivo de suas OM ao lado declaradas para o CPORAER SJ (São José dos Campos - SP), por terem sido designados para a realização do Curso de Engenharia do ITA, no nível de graduação, no ano de 2017, nas seguintes especialidades, conforme a Portaria DEPENS nº 563-T/DCR, de 02 DEZ 2016:

ENGENHARIA AERONÁUTICA:

1º Ten Av RODRIGO MENDES CORDEIRO (Nr Ord 4200101), do efetivo do 7/8 GAV (Manaus - AM);
1º Ten Av GIOVANNI BASTIANI (Nr Ord 4311655), do efetivo do 4 ETA (Guarulhos - SP); e
ENGENHARIA MECÂNICA-AERONÁUTICA: 1º Ten Av GUSTAVO MULLER HAUCK (Nr Ord 4452771), do efetivo da AFA (Pirassununga-SP).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

PORTARIA DIRAP Nº 21/ICM1, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em conformidade com o art. 178, inciso III, letras "a", e "b" do RISAER, e considerando o BCA nº 215, de 21 DEZ 2016, resolve:

Transferir *ex officio*, por necessidade do serviço, de acordo com o item 2.3.2.2 da ICA 30-4, de 04 DEZ 2014, os oficiais relacionados a seguir, do efetivo de suas OM ao lado declaradas para o CPORAER SJ (São José dos Campos - SP), por terem sido designados para realizarem o Programa de Pós-Graduação em Aplicações Operacionais (PPGAO), no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), no ano de 2017, nas seguintes especialidades, conforme a Portaria DEPENDS nº 595-T/DCR, de 15 DEZ 2016:

Doutorado em Análise Operacional:
Maj Av DANIEL ALBERTO PAMPLONA (Nr Ord 3257037), do efetivo do COMGAR (Brasília - DF);
Mestrado em Análise Operacional:
Maj Eng (ELN) JOSÉ TADEU MEDEIROS DO VALE (Nr Ord 4020294), e
Cap Av THIAGO DE GODOI DIAS (Nr Ord 4016114), ambos do efetivo do PAMA LS (Lagoa Santa - MG);
Mestrado em Guerra Eletrônica:
Cap Av EDUARDO MENDES MARCONDES (Nr Ord 3489469), do efetivo do 1 GAVCA (Rio de Janeiro - RJ);
Cap Av RAPHAEL EFISIO DA SILVA (Nr Ord 3324524), do efetivo do 1/14 GAV (Canoas - RS); e
1º Ten Av CAIO AUGUSTO DE MELO SILVESTRE (Nr Ord 4452739), do efetivo do 1/9 GAV (Manaus - AM);
Mestrado em Sistema de Armas:
Cap Eng (ELN) JORGE FERNANDO LEITE MONTEIRO JÚNIOR (Nr Ord 3989631), do efetivo do 2/6 GAV (Anápolis - GO);
Cap Av BILLY EDY MENDES (Nr Ord 3410404), e
Cap Av LEONAN ENTRINGER FALQUETO (Nr Ord 3834468), ambos do efetivo do 2/7 GAV (Florianópolis - SC); e
1º Ten Int ÂNGELO DE CARVALHO PAULINO (Nr Ord 4453123), do efetivo do GAP AN (Anápolis - GO).

PORTARIA DIRAP Nº 22/ICM1, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "b", do RISAER, e considerando o Processo nº 67400.005606/2016-75, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

Transferir *ex officio*, por necessidade do serviço, de acordo com o item 2.3.12.1 da ICA 30-4, de 04 DEZ 2014, os militares a seguir, do efetivo do 1/8 GAV (Belém - PA), para as seguintes OM listadas com suas respectivas localidades.

INSTITUTO DE APLICAÇÕES OPERACIONAIS (São José dos Campos – SP)
1º Ten Av MILON DE CASTRO ALVES (Nr Ord 4391853)
PRIMEIRO ESQUADRÃO DO DÉCIMO PRIMEIRO GRUPO DE AVIAÇÃO (Parnamirim – RN)
1º Ten Av LEANDRO DECCACHE PACHECO (Nr Ord 4110064)

PORTARIA DIRAP Nº 23/1CM1, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "b", do RISAER, e considerando o Processo nº 67510.011258/2016-28, resolve:

Conceder transferência, por interesse próprio e sem ônus para a União, de acordo com o art. 177, inciso VIII, do RISAER, combinado com o item 2.3.6.6 da ICA 30-4, de 04 DEZ 2014, para o HFAB (Brasília - DF) à Cap Med (CLM) VANESSA WOLFF MACHADO (Nr Ord 6015131), do efetivo da AFA (Pirassununga - SP).

No Imp Maj Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Diretor de Administração do Pessoal

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS

6 – OM DE DESTINO - RETIFICA

PORTARIA DIRAP Nº 24/1CM1, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "b", do RISAER, e considerando o Processo nº 67400.005678/2016-12, resolve:

Retificar a OM de destino do Cap Esp Av ARISTÓTELES ALVES DE MORAES (Nr Ord 2022117), do efetivo do 1/6 GAV (Recife - PE), constante da Portaria nº 5.859/1CM2, de 26 OUT 2016, publicada no BCA nº 186, de 28 OUT 2016, de BARF (Recife - PE) para 1/6 GAV (Anápolis - GO).

No Imp Maj Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Diretor de Administração do Pessoal

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

7 – REFORMA

PORTARIA DIRAP Nº 6.959/3HI1, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

O SUBDIRETOR DE PESSOAL MILITAR, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 2º, inciso III, da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 de julho de 2016, e considerando o processo nº 67422.024021/2015-15, resolve:

Reformar o 3S QESA SAD R/1 CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA (Nr Ord 1294040), nos termos do art. 104, inciso II, do art. 106, inciso II, do art. 108, inciso V, §2º e do art. 110, § 1º e § 2º, alínea “b”, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, a contar de 17 DEZ 2015, em virtude de ter, naquela data, sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar e impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, conforme parecer da Junta Superior de Saúde do Comando da Aeronáutica, Sessão nº 039, de 27 OUT 2016.

Brig Ar MARCOS AURÉLIO SANTOS MARTINS
Subdiretor de Pessoal Militar da DIRAP

8 – REVERSÃO

PORTARIA DIRAP Nº 5/2CM2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "c", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 de julho de 2016, resolve:

Reverter ao seu quadro o 2º Ten Esp Aer SVA MÁRIO JORGE DOS SANTOS LIMA (Nr Ord 3586693), a contar de 31 de dezembro de 2016, de acordo com o art. 86, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido dispensado de ficar à disposição da administração central do Ministério da Defesa, considerando a Portaria nº 2.799/SEORI/MD, de 27 de dezembro de 2016.

PORTARIA DIRAP Nº 8/2CM2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "c", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 de julho de 2016, resolve:

Reverter ao seu quadro o Cel Av MARCO ANTONIO GONÇALVES (Nr Ord 1562924), a contar de 2 de janeiro de 2017, de acordo com o art. 86, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por término da missão nº 4 EXTRA-PLAMENS EXT 2015 - Curso de Idioma Coreano e Curso Oficial na Universidade Nacional de Defesa, no "KOREAN DEFENSE LANGUAGE INSTITUTE" e Universidade Nacional de Defesa, nas cidades de Icheon e Seul, Coréia do Sul, considerando a Portaria nº 2.710/MD, de 20 de outubro de 2014.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

PORTARIA DIRAP Nº 10/2CM2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "c", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 de julho de 2016, resolve:

Reverter aos seus respectivos quadros os militares abaixo relacionados, a contar de 2 de janeiro de 2017, de acordo com o art. 86, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por término da missão nº 6/DEPENS/PARTE III/PLAMENS EXT 2016 - Curso de Estratégia e Condução Superior, na Escola Superior de Guerra Conjunta das Forças Armadas, na cidade de Buenos Aires, Argentina, considerando a Portaria nº 1.796/GC1, de 3 de dezembro de 2015.

POSTO/GRADUAÇÃO/NOME	(Nr Ordem)
Cel Av JOSÉ STUMBO NETO	1482033
Cel Int SAMUEL DE MATTOS BARROSO JUNIOR	1353063

PORTARIA DIRAP Nº 11/2CM2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "c", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 de julho de 2016, resolve:

Reverter aos seus respectivos quadros os militares abaixo relacionados, a contar de 2 de janeiro de 2017, de acordo com o art. 86, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por término da missão nº 8/DEPENS/PARTE III/PLAMENS EXT 2016 – Mestrado em Defesa Nacional, na Escola de Defesa Nacional, na cidade de Buenos Aires, Argentina, considerando a Portaria nº 1.795/GC1, de 3 de dezembro de 2015.

POSTO/GRADUAÇÃO/NOME	(Nr Ordem)
Cel Av MAURO CEZAR DE AZEVEDO PEREIRA	1709003
Cel Int MARCELO ANTENUZZI DE ALMEIDA	0464937

PORTARIA DIRAP Nº 12/2CM2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "c", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 de julho de 2016, resolve:

Reverter ao seu quadro o Ten Cel Av ALEXANDRO PEREIRA DE OLIVEIRA (Nr Ord 2490773), a contar de 2 de janeiro de 2017, de acordo com o art. 86, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por término da missão nº 20/DEPENS/PARTE III/PLAMENS EXT 2015 - Curso de Idioma Coreano e Curso de ESTADO-MAIOR, no "KOREAN DEFENSE LANGUAGE INSTITUTE" e ESCOLA SUPERIOR DA FORÇA AÉREA, nas cidades de Icheon e Daejeon, Coréia do Sul, considerando a Portaria nº 2.712/MD, de 20 de outubro de 2014.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

PORTARIA DIRAP Nº 13/2CM2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "c", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 de julho de 2016, resolve:

Reverter ao seu quadro o Cel Av ALEXANDRE MENDES DE OLIVEIRA (Nr Ord 1855778), a contar de 29 de dezembro de 2016, de acordo com o art. 86, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por ter sido dispensado de ficar à disposição da administração central do Ministério da Defesa, considerando a Portaria nº 2.751/SEORI/MD, de 22 de dezembro de 2016.

PORTARIA DIRAP Nº 19/2CM2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE EFETIVO E MOVIMENTAÇÃO, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, letra "c", da Portaria DIRAP nº 4.082/SCI, de 12 de julho de 2016, resolve:

Reverter ao seu quadro a 1º Ten Farm ARACÉLLI GNATTA DORNELES (Nr Ord 6575870), a contar de 28 de dezembro de 2016, de acordo com o art. 86, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por término de Licença para Tratar de Interesse Particular, conforme determinado no processo nº 5000237-72.2016.4.04.7102, da Advocacia Geral da União, considerando a Mensagem Telegráfica nº 2/SPM/030117, da BASM.

JOSÉ DE REZENDE QUEIROZ Cel Av Refm
Ch Int da DCM

CIVIL

1 – AVALIAÇÃO - HOMOLOGA O RESULTADO FINAL

PORTARIA DIRAP Nº 15/1PC2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso de suas atribuições previstas no art. 17, da Portaria nº 447/GC3, de 31 de março de 2014, publicada no DOU nº 62, de 1º de abril de 2014, Seção I, considerando o previsto na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e tendo em vista o que consta do Processo nº 67210.017751/2016-36, do I COMAR, resolve:

Homologar o resultado final da avaliação do Comitê Especial do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar do Primeiro Comando Aéreo Regional, instituído de acordo com o art. 13, da Portaria nº 447/GC3, de 31 de março de 2014, conforme a Ata da reunião realizada no dia 5 de setembro de 2016, que reconheceu a qualificação profissional do servidor ANTÔNIO GILBERTO CORRÊA COUTO (Nr Ord 4515714), SIAPE nº 0213675, Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia, CTMOC 444019, do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, Classe "S", Padrão III.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

Em consequência, seja concedida, a contar de 26 de agosto de 2016, de acordo com a Lei nº 11.907/2009, e os artigos 9, 18, § 2º e 19, item II, da Portaria nº 447/GC3, de 31 de março de 2014, Gratificação de Qualificação de Nível II (GQ-II), correspondente à homologação do resultado final da avaliação do Comitê Especial do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar do Primeiro Comando Aéreo Regional.

No Imp Maj Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Diretor de Administração do Pessoal

CELSO ANDRÉ DA SILVA Cel Av

2 – DESPACHO DECISÓRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 1/5PC2/66, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

(Proc nº 67760.008639/2016-88 - Ref Req de Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do servidor FERNANDO LUIZ FERREIRA DE AZEVEDO (Nr Ord 4723210), SIAPE 0209557, do IAE)

DEFERIDO, averbe-se na forma da Lei o tempo de serviço/contribuição sob o regime da CLT, prestado a empresa privada, na qualidade de contribuinte do INSS, nos períodos de: 15 JAN 1976 a 09 MAIO 1977; 01 OUT 1982 a 07 NOV 1984 e 08 NOV 1984 a 02 NOV 1986, totalizando 1.972 dias de efetivo exercício, convertidos em cinco anos, quatro meses e 27 dias, na base de 365 dias anuais e trinta mensais, na forma do art. 103, inciso V, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 1990, para fins de aposentadoria e disponibilidade. Desprezado: o período de 03 NOV 1986 a 23 AGO 1990, concomitante com o tempo de serviço prestado ao COMAER. De acordo com certidão datada de 03 NOV 2016, expedida pelo INSS/SP.

No Imp Maj Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Diretor de Administração do Pessoal

CELSO ANDRÉ DA SILVA Cel Av

DESPACHO DECISÓRIO Nº 4/5PC1/134, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

(Proc nº 67612.027810/2016-51 - Ref Req de concessão de horário especial à servidora REGINA SOARES CARVALHO FERRAREZI (Nr Ord 4543629), SIAPE nº 0197854, do CINDACTA I)

DEFERIDO, para o segundo semestre letivo de 2016, de acordo com o art. 98, § 1º, da Lei nº 8.112/90, ficando o controle da compensação horária a cargo do CINDACTA I.

CELSO ANDRÉ DA SILVA Cel Av
Subdiretor Interino de Pessoal Civil da DIRAP

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2661/4PC2/30654, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67222.021785/2016-96 - Ref Req. de Pensão Civil de MARIA DO SOCORRO DA CONCEIÇÃO, na condição de companheira do instituidor CÍCERO COSTA, SIAPE nº 193093, de 17 de agosto de 2016, da BANT)

INDEFERIDO, tendo em vista a não comprovação de união estável em relação ao instituidor, conforme previsto no Art. 217, inciso III, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação da Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015.

Maj Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Diretor de Administração do Pessoal

3 – PENSÃO - CONCEDE

PORTARIA DIRAP 6906/4PC2, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando os Processos nºs 67215.001544/2016-10 e 67215.001548/2016-06, do NUGAP-BE, resolve:

Conceder pensão aos beneficiários do instituidor RAUL JOSÉ MARQUES DE NAZARETH (Nr Ord 4593057), SIAPE nº 0198138, falecido em 15 de setembro de 2016 aposentado no cargo de Odontólogo, código ODONT 480271, no regime de 30 horas semanais, equivalente a 100% (cem por cento) da classe “S”, padrão III, NS, com acréscimo de 20% (vinte por cento), por força do art. 184, inciso II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a contar da data do óbito, conforme discriminado abaixo:

BENEFICIÁRIOS	COTA-PARTE	NATUREZA	FUNDAMENTO
CARMEM DOLORES SIMÕES DE NAZARETH	1/2	VITALÍCIA	Artigos 215 e 217, inciso I, da Lei nº 8.112/90, com redação da Lei nº 13.135/15, combinado com o art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887/04.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

JORGE RENATO SIMÕES DE NAZARETH	1/2	-----	Artigos 215 e 217, inciso IV, alínea “b”, da Lei nº 8.112/90, com redação da Lei nº 13.135/15, combinado com o art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887/04.
------------------------------------	-----	-------	---

PORTARIA DIRAP 6907/4PC2, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67422.021353/2016-29, da PIPAR, resolve:

Conceder pensão vitalícia a JACY DO NASCIMENTO SILVA, divorciada de JOSÉ ERNESTO DA SILVEIRA (Nr Ord 4634705), SIAPE nº 0193744, falecido em 28 de julho de 2016, aposentado no cargo de Agente Administrativo código AGADM 481004, equivalente a 100% (cem por cento) da classe “S”, padrão III, NI, com o acréscimo de 20% (vinte por cento), por força do art. 184, inciso II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, considerando o disposto nos artigos 215 e 217, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação da Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, combinado com o art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, a contar da data do óbito.

PORTARIA DIRAP 6913/4PC2, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67210.016932/2016-45, do NuGap-BE, resolve:

Conceder pensão vitalícia a ANTONIA SOUZA DE CASTRO, viúva de MELCHIADES FERREIRA DE CASTRO (Nr Ord 4594649), SIAPE nº 0189005, falecido em 3 de junho de 2016, aposentado no cargo de Artífice de Carpintaria e Marcenaria, código 444017, equivalente a 100% (cem por cento) da classe “B”, padrão II, NI, com os proventos da classe “C”, padrão II, NI, por força do art. 184, inciso I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, considerando o disposto nos artigos 215 e 217, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação da Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, combinado com o art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, a contar da data do óbito.

PORTARIA DIRAP 6914/4PC2, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando o Processo nº 67422.025336/2016-61, da PIPAR, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

Alterar a Portaria DIRAP nº 6.560/4PC2, de 8 de dezembro de 2016, publicada no DOU nº 236, de 9 de dezembro de 2016, Seção 2, referente à concessão de pensão civil do instituidor PAULO SILVEIRA REBELLO (Nr Ord 4652258), SIAPE nº 0203413, com a finalidade de excluir o art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e incluir a E.C. nº 70, de 29 de março de 2012, permanecendo inalterados os demais termos daquela portaria.

PORTARIA DIRAP 6915/4PC2, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, art. 1º, inciso VI, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, e considerando os Processos nºs 67215.001457/2016-62 e 67215.001461/2016-21, do NUGAP-BE, resolve:

Conceder pensão às beneficiárias do instituidor MANOEL BEZERRA DA SILVA (Nr Ord 4670736), SIAPE nº 0189369, falecido em 24 de maio de 2016, aposentado no cargo de Agente de Portaria, código AGPOR 481026, equivalente a 100% (cem por cento) da classe “S”, padrão III, NI, com os proventos acrescidos da diferença entre a classe “S”, padrão III, NI, e a classe “C”, padrão III, NI, por força do artigo 192, inciso II, da Lei nº 8.112/90, a contar da data do óbito, conforme discriminado abaixo:

BENEFICIÁRIAS	COTA-PARTE	NATUREZA	FUNDAMENTO
LEICIANE MARIA DA SILVA	1/2	-----	Arts. 215 e 217, inciso IV, alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, c/ redação da Lei nº 13.135/2015, combinado com o art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887/2004.
DEUZARINA DA SILVA	1/2	VITALÍCIA	Arts. 215 e 217, inciso III, da Lei nº 8.112/90, c/ redação da Lei nº 13.135/2015, combinado com o art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887/2004.

Maj Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
(DOU nº 251 de 30 DEZ 2016)

4 – PROGRESSÃO VERTICAL

PORTARIA DIRAP Nº 4/1PC2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

11.357, de 19 de outubro de 2006, o art. 145, § 3º, da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo nº 67247.003508/2016-13, da PAAF, resolve:

Conceder Progressão Vertical, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 5º, 7º e 25 do Decreto nº 84.669/1980, a contar de 1º de setembro de 2016, à servidora ANDREIA FERNANDES DA FONSECA REIS (Nr Ord 4654919), SIAPE 1486090, Assistente Social - Código 480/061, Da Classe "B", Padrão VI, para a Classe "C", Padrão I – NS, do Quadro Permanente, lotada na Prefeitura de Aeronáutica dos Afonsos.

No Imp Maj Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Diretor de Administração do Pessoal

CELSO ANDRÉ DA SILVA Cel Av

5 – RETIFICAÇÃO - PROGRESSÃO MAGISTÉRIO

NOTA DIRAP Nº 1/1PC2, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Na Portaria DIRAP nº 6.833/1PC2, de 22 de dezembro de 2016, publicada no BCA nº 218, de 28 de dezembro de 2016, na parte referente a progressão funcional do professor FREDSON LUIS DE PAIVA BRITO E LIMA, a contar de 29 de dezembro de 2016, onde se lê: "...na Classe "D-IV", do Nível 2 para o Nível 3...", leia-se: "...na classe "D-III", do Nível 2 para o Nível 3...", permanecendo inalterados os demais termos da Portaria citada (Processo nº 67500.005161/2016-03, do DEPENDS).

No Imp Maj Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI
Diretor de Administração do Pessoal

CELSO ANDRÉ DA SILVA Cel Av

SEÇÃO II - DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA (Sem alteração)

SEÇÃO III - DIRETORIA DE INTENDÊNCIA

1 – DESPACHO DECISÓRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 60/AJUR-1/32687, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67422.006199/2016-65 - Ref Recurso Administrativo, datado de 13 de abril de 2016, do Sr. LUIZ FABIANO RIBEIRO DE SOUZA)

DEFERIDO, no Recurso Administrativo, datado de 13 de abril de 2016, através do qual o Sr. LUIZ FABIANO RIBEIRO DE SOUZA recorre da decisão exarada no Processo

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

Administrativo instaurado na Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica - PIPAR, por intermédio da Portaria nº 45/SINT, de 09 de março de 2016, em cumprimento ao 3º Despacho nº 261/IPES-1/9212 da Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - SDIP, que visa à análise acerca da reposição ao Erário do montante recebido pelo autor a título de tutela antecipada deferida nos autos do Processo Judicial nº 2005.51.01.018486-3, que condenou a União a restabelecer, a partir de março de 2005, a pensão instituída por Luiz Celso Pereira de Souza, que posteriormente foi suspensa no processo judicial. Em sede de pedido de reconsideração, a PIPAR manteve a decisão já proferida.

A pretensão recursal merece prosperar. A atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende que é descabida a restituição de valores de índole alimentar, recebidos de boa-fé, por força de sentença de mérito, confirmada em segundo grau e posteriormente alterada, em sede de Recurso Especial. Tal fenômeno é denominado de "dupla conformidade", verificando-se quando há conformidade entre sentença e acórdão, gerando estabilização da decisão da Primeira Instância. A relação jurídica submetida a julgamento torna-se estável com o provimento de segundo grau, gerando no vencedor a legítima expectativa de que é titular do direito reconhecido na sentença e confirmado pelo Tribunal de Segunda Instância. Essa expectativa legítima de titularidade do direito, advinda de ordem judicial com força definitiva, é suficiente para caracterizar a boa-fé exigida de quem recebe a verba de natureza alimentar posteriormente cassada, porque, no mínimo, confia-se no acerto do duplo julgamento (AARESP 201402035735, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJE 24/06/2016). No mesmo sentido: STJ, AgRg no AREsp 405.924/CE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 14/12/2015. Com igual compreensão, em decisão monocrática: STJ, REsp 1.421.530/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 28/04/2014.

Entende-se, portanto, que é o caso verificado no situação do autor, que teve a antecipação de tutela acerca do pedido de recebimento de pensão militar deferida em 09 de setembro de 2005, tendo a sentença julgado procedente o pedido e o Tribunal dado provimento para manter o pagamento da pensão ao autor até que esse completasse 24 anos. Em sede de Recurso Especial, foi reconhecida a improcedência do pedido e revogada a tutela antecipada, quase dez anos após a concessão da tutela antecipada. Diante disso, a AGU entendeu devida a instauração de processo administrativo para verificar o cabimento ou não da reposição do montante ao erário. Depreende-se, pois, que se verificou ao requerente o fenômeno da "dupla conformidade", tendo em vista que obteve provimentos jurisdicionais em Primeira e Segunda Instância, gerando legítima expectativa de ser titular do direito pleiteado. Configurada está, pois, a boa-fé apta a afastar a devolução dos valores ao erário.

Pelos fundamentos acima expostos, esta Instância Administrativa, baseada no Estudo Preparatório nº 97/AJUR-DIRINT/2016, de 22 de dezembro de 2016, resolve prover o recurso do autor, entendendo pelo descabimento de restituição dos valores percebidos de boa-fé.

DESPACHO DECISÓRIO Nº 4/GAB-2/31371, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Proc nº 67564.010277/2016-10 - Ref Req. Cel Int WAGNER SOARES MATHEUS, de 24 nov. 2016, do efetivo do GAP-AF)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

DEFERIDO, de acordo com o §1º do art. 287 e o inciso III do parágrafo único do art. 292 do RISAER, aprovado pela Portaria nº 1.270/GC3, de 3 de novembro de 2005.

Maj Brig Int VILMAR GARGALHONE CORRÊA
Diretor de Intendência

2 – EPAINT - MATRÍCULA

PORTARIA DIRINT Nº 216/EE5-1, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a matrícula no Estágio Prático para Aspirante-a-Oficial Intendente (EPAINT), realizado no período de 13 de fevereiro a 11 de agosto de 2017.

O DIRETOR DE INTENDÊNCIA DA AERONÁUTICA, usando da atribuição que lhe confere o Inciso III do Art. 11, do Regulamento da DIRINT, aprovado pela Portaria nº 317/GC3, de 16 de março de 2005, resolve:

Art. 1º Matricular os seguintes militares no Estágio Prático para Aspirante-a-Oficial Intendente do ano de 2017 (EPAINT 2017), a ser realizado no período de 13 de fevereiro a 11 de agosto de 2017:

Asp Int VINICIUS SILVA CARDOSO

Asp Int ANDRÉ JORGE DIAS DE MOURA JUNIOR

Asp Int PEDRO AUAD SCALDINI

Asp Int LUCAS DAMASCENO RIBEIRO CALIXTO

Asp Int EDUARDO SOARES DE OLIVEIRA

Asp Int LUCAS SPONCHIADO OLIVEIRA

Asp Int WELLINGTON TAVEIRA DA CUNHA

Asp Int RAFAEL SENA PARRACHO

Asp Int ULISSES LOPES DA SILVA

Asp Int GUILHERME PIMENTA DA SILVA

Asp Int DANIEL PEPE ALBERTINI

Asp Int DANIELA COVOLO CANABARRO

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

Asp Int CAIO ANTONIO ALMEIDA DA SILVA PEREIRA

Asp Int JULIANA ARAUJO FORTE

Asp Int JONATAN HENRIQUES MONTEIRO

Asp Int SANDRO LUIS PAUFERRO DE SOUSA

Asp Int PEDRO RICARDO SILVA RIBEIRO

Asp Int PALOMA BEAL

Asp Int LUIZ FELIPE FREDERICO

Asp Int IAGO SALLES DA COSTA

Asp Int TAMER CARVALHO CUNHA

Asp Int KARINE BUZOLINI DE LIMA

Asp Int RENAN FLORES

Asp Int JESSYKA FERNANDA ALVES FLORENTINO

Asp Int BRUNA BARROZO DALCIN

Asp Int LARISSA SCHNEIDER BLUME

Asp Int MAÍRA NUNES COSTA

Asp Int IAGO VIEIRA DE OLIVEIRA

Asp Int GUILHERME DE SOUZA GALHARDO

Asp Int MARCOS GOMES DA FRANÇA

Asp Int EDUARDO XAVIER GALVÃO

Asp Int EZEQUIEL GOMES TEIXEIRA

Asp Int NATASHA DA SILVA TERRES

Asp Int LUCAS PEREIRA DA ROCHA

Asp Int RAFAEL PEDROSA ALVES BRAGA

Asp Int MARIA CAROLINA DOS SANTOS MARTINS

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

Asp Int BRUNO OLIVEIRA LIMA SANTOS

Asp Int THÔMAZ FELIPE MENDES

Asp Int MARCUS PAULO VIEIRA BISPO

Asp Int MATHEUS AUGUSTO DE ANDRADE

Asp Int VITOR PINHEIRO DE ARAÚJO COSTA

Asp Int RAPHAEL MAMEDE CORRÊA DE PAULA

Asp Int MARCELO ALVES DE MATOS TELLES

Asp Int JEFTE DE SOUZA TARGINO

Maj Brig Int VILMAR GARGALHONE CORRÊA
Diretor de Intendência

SEÇÃO IV - DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO
(Sem alteração)

SEÇÃO V - DIRETORIA DE SAÚDE
(Sem alteração)

SEÇÃO VI – DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA

1 – NOTA TÉCNICA

Encontra-se anexada a este Boletim a NOTA TÉCNICA Nº 002/DTI/2016, DE 28 DE DEZEMBRO DE . 2016

2 – ORDEM TÉCNICA

Encontra-se anexada a este Boletim a ORDEM TÉCNICA Nº 006/DTI/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

SEXTA PARTE

ATOS DAS DEMAIS AUTORIDADES

SEÇÃO I - DEMAIS MINISTÉRIOS
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 003, de 05 JAN 2017)

SEÇÃO II - SECRETARIAS DE ESTADO

(Sem alteração)

SEÇÃO III - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

(Sem alteração)

SEÇÃO IV - SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

(Sem alteração)

SEÇÃO V - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

(Sem alteração)

SEÇÃO VI - COMANDOS DA MARINHA E DO EXÉRCITO

(Sem alteração)

SEÇÃO VII - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

(Sem alteração)

**No Imp Cel Int CARLOS ALBERTO LEITE DA SILVA
Diretor do CENDOC**

TCel Refm ANTONIO CARLOS CEZAR

<div>MINISTÉRIO DA DEFESA</div> <div>COMANDO DA AERONÁUTICA</div> <div>DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA</div> <div>NOTA TÉCNICA DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO COMAER</div>			
<div>DOCUMENTO Nº</div> <div>NT 002/DTI/2016</div>	<div>GRAU DE SIGILO</div> <div>OSTENSIVO</div>	<div>EMIÇÃO</div> <div>28 DEZ 2016</div>	<div>VALIDADE</div> <div>PERMANENTE</div>
<div>ASSUNTO</div> <div>ELABORAÇÃO, PADRONIZAÇÃO E</div> <div>CONTROLE DAS NOTAS TÉCNICAS DO</div> <div>SISTEMA DE TECNOLOGIA DA</div> <div>INFORMAÇÃO DO COMAER - STI</div>		<div>DISTRIBUIÇÃO</div> <div>ÓRGÃO CENTRAL DO STI</div> <div>ELOS DO STI</div>	
<div>ANEXOS</div> <div>NÃO HÁ</div>			

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Nota Técnica do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER – STI tem por finalidade orientar a elaboração, a composição, a classificação, a distribuição e o controle das Notas Técnicas do STI.

1.2 ÂMBITO

Esta Nota Técnica do STI aplica-se ao Órgão Central do STI - Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (DTI) e aos demais Elos do STI.

1.3 CONCEITUAÇÕES

Para os efeitos desta NT aplicam-se os termos e expressões com os significados constantes no Glossário das Forças Armadas (MD-35-G-01: 5ª edição/2015), no Glossário do Comando da Aeronáutica (MCA 10-4/2001), na legislação do Sistema de Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica (STI) em vigor e, quando aplicável, na legislação da Administração Pública Federal (APF) em vigor, bem como nas normas ABNT recomendadas pela APF.

1.3.1 NOTA TÉCNICA

1.3.1.1 Nota técnica é um documento elaborado por técnicos especializados em determinado assunto e difere do Parecer pela análise completa de todo o contexto, devendo conter histórico e fundamento legal, baseados em informações relevantes. É formal e impessoal, não podendo ser utilizada a primeira pessoa. Oferece alternativas para tomada de decisão. [Fonte: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/notas-tecnicas>]

1.3.1.2 A Nota Técnica é, por excelência, instrumento de manifestação do Consultor Legislativo, do seu entendimento sobre questão específica ou assunto de caráter geral. Serve, fundamentalmente, para registrar, perante o solicitante do trabalho, dúvidas, sugestões e

pontos de vista de natureza técnica. Destina-se, também, a ressalvar a responsabilidade da Consultora ou do Consultor sobre o trabalho elaborado, quando houver divergência entre a sua posição e a do demandante do trabalho. [Fonte: Manual de Redação Parlamentar e Legislativa]

1.3.1.3 A Nota Técnica é um trabalho de responsabilidade do consultor legislativo. Trata-se de uma criação própria da Consultoria Legislativa, originada da necessidade de o consultor expor ao solicitante do trabalho opinião técnica acerca da forma ou do conteúdo (mérito) do trabalho demandado. Posteriormente, passou também a ser utilizada na prestação de informações técnicas adicionais às solicitações. [Fonte: Técnica legislativa: orientação para a padronização de trabalhos]

1.3.1.4 Nota Técnica é o documento criado internamente à Agência cuja finalidade é analisar, constatar e expor tecnicamente determinado assunto e, quando for necessário, propor solução e/ou encaminhamento a ele pertinente. [Fonte: ANAC - MANUAL DE PROCEDIMENTOS SIA MPR/SIA-006-R01: Procedimentos para produção de nota técnica no âmbito da superintendência de infraestrutura aeroportuária]

1.3.2 NOTA TÉCNICA DO STI (NT do STI)

É um documento elaborado por técnicos especializados em determinado assunto de interesse para o STI, e difere do Parecer pela análise completa de todo o contexto, devendo conter histórico e fundamento legal, baseados em informações relevantes. É formal e impessoal, não podendo ser utilizada a primeira pessoa.

2 DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 No âmbito do STI, as NT do STI têm a finalidade de analisar todo o contexto envolvendo assuntos especializados em Tecnologia da Informação (TI), constatar e apresentar o histórico e a fundamentação legal, expor determinado assunto da área de TI, cuja competência e aplicação for pertinente ao STI, seja do ponto de vista técnico, quanto da legislação em vigor, bem como em relação aos aspectos jurídicos aplicáveis ao tema tratado, a fim de oferecer alternativas e propor soluções, recomendações e/ou o encaminhamento a ele pertinente.

2.2 É instrumento de divulgação, pela DTI, de normas, legislações, ordens, instruções, orientações, informações e conhecimentos.

2.3 COMPOSIÇÃO DA NOTA TÉCNICA DO STI

A Nota Técnica do STI, para fins de composição é constituída, no mínimo, de:

- a) Quadro Descritivo;
- b) Dos Objetivos;
- c) Da Motivação;
- d) Das Orientações;
- e) Referências;
- f) Disposições Finais; e
- g) Ato de Aprovação.

2.3.1 QUADRO DESCRITIVO

Conjunto de informações resumidas, apresentadas no topo da primeira folha da NT do STI, contendo a nominata, número do documento, grau de sigilo, as datas de emissão e validade, a forma de distribuição, o assunto abordado, além dos títulos dos anexos, se houver.

Exemplo:

<div>MINISTÉRIO DA DEFESA</div> <div>COMANDO DA AERONÁUTICA</div> <div>DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA</div> <div>NOTA TÉCNICA DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO COMAER</div>			
<div>DOCUMENTO Nº</div> <div>NT 002/DTI/2016</div>	<div>GRAU DE SIGILO</div> <div>OSTENSIVO</div>	<div>EMIÇÃO</div> <div>26 DEZ 2016</div>	<div>VALIDADE</div> <div>PERMANENTE</div>
<div>ASSUNTO</div> <div>ELABORAÇÃO, PADRONIZAÇÃO E</div> <div>CONTROLE DE PUBLICAÇÕES</div>		<div>DISTRIBUIÇÃO</div> <div>ÓRGÃO CENTRAL DO STI</div> <div>ELOS DO STI</div>	
<div>ANEXOS</div> <div>NÃO HÁ</div>			

2.3.2 DOS OBJETIVOS

Os objetivos da Nota Técnica do STI devem ser apresentados neste item.

2.3.3 DA MOTIVAÇÃO

Neste item, deve ser exposto o(s) motivo(s) que levou(aram) à emissão da Nota Técnica do STI, a importância e o valor do assunto, contendo o embasamento do ponto de vista de legislação e/ou jurídico.

2.3.4 DAS ORIENTAÇÕES

O contexto do tema na atualidade, as legislações e normas vigentes que abordam a questão, e os resultados de pesquisas ou estudos produzidos na APF, e que sejam necessários para desenvolver a Nota Técnica do STI, devem estar contido neste item. Para maior clareza, pode ser subdividido em: Análise, Orientações, Entendimentos propostos, Fundamentação jurídica, entre outros.

2.3.5 REFERÊNCIAS

Enumerar todas as referências e as fontes bibliográficas utilizadas na NT do STI. Devem ser listadas ao final do texto, em ordem alfabética, fonte tamanho 12, espaço simples, seguindo as regras da ABNT.

2.3.6 DISPOSIÇÕES FINAIS

Item onde se aborda a atualização da Nota Técnica do STI, a Organização autorizada a emitir NT do STI e a regra para entrada em vigor da NT do STI.

2.3.7 ATO DE APROVAÇÃO

Ao final da NT do STI será aposta a assinatura da autoridade responsável pela direção do Órgão Central do STI.

2.4 TEXTO

É a parte da publicação em que é exposta a matéria. Em geral, compõe-se de introdução, desenvolvimento e conclusão.

2.4.1 APRESENTAÇÃO GRÁFICA

Conforme o item 3.9.1 da NSCA 5-1/2011.

2.4.2 DIVISÕES E SUBDIVISÕES DO TEXTO

Conforme o item 3.9.2 da NSCA 5-1/2011.

2.4.3 NUMERAÇÃO DAS SEÇÕES DO TEXTO

Conforme o item 3.9.1 da NSCA 5-1/2011.

Exemplo:

1 SEÇÃO PRIMÁRIA: maiúscula e negrito.

1.1 SEÇÃO SECUNDÁRIA: maiúscula e sublinhada.

1.1.1 SEÇÃO TERCIÁRIA: maiúscula.

1.1.1.1 Seção quaternária: maiúscula e minúscula sublinhadas.

1.1.1.1.1 Seção quinária: maiúscula e minúscula.

2.4.4 DISPOSIÇÕES GRÁFICAS E COMPOSIÇÃO DO TEXTO

Conforme o item 3.9.4.2 da NSCA 5-1/2011.

2.4.5 CAPÍTULOS PADRONIZADOS

Conforme o item 3.9.6 da NSCA 5-1/2011.

2.4.6 FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Conforme o item 3.9.7 da NSCA 5-1/2011.

2.4.7 CITAÇÕES DE INDICATIVOS DE SEÇÃO, FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Conforme o item 3.9.8 da NSCA 5-1/2011.

2.4.8 REFERÊNCIAS

Conforme o item 3.10 da NSCA 5-1/2011.

2.4.9 ANEXOS

2.4.9.1 Conforme o item 3.12 da NSCA 5-1/2011.

2.4.9.2 Quando houver necessidade de “anexos”, estes virão após as Disposições Finais.

2.5 PAGINAÇÃO

2.5.1 DAS FOLHAS

Conforme o item 3.13.1 da NSCA 5-1/2011.

2.5.2 NUMERAÇÃO DAS PÁGINAS

2.5.2.1 A numeração começa a ser colocada a partir da primeira página da parte textual em algarismos arábicos, no canto superior esquerdo das páginas pares, ficando o primeiro algarismo a 2 cm da borda esquerda. Nas páginas ímpares, será no canto superior direito, com o último algarismo a 2cm da borda direita da folha. Para ambas as situações a numeração ficará a 1 cm da borda superior.

Exemplo: NT 014/DTI/2016

2.5.2.2 As páginas serão numeradas seguidamente, devendo cada uma conter também, indicação do total de páginas que compõe o documento.

Exemplo: 2/40

2.6 NUMERAÇÃO DA NOTA TÉCNICA DO STI

O nome “NT” deverá ser digitado em maiúsculo, seguido de numeração contendo três dígitos seguido de barra (/) e, sem espaço a palavra DTI em maiúsculo, seguida de barra (/) e, sem espaço os quatro dígitos do ano.

Exemplo: NT 014/DTI/2016

2.7 ALTERAÇÃO

Há três tipos: modificação, reedição e revogação. Conforme item 4 da NSCA 5-1/2011.

3 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

3.1 AÇÕES RECOMENDADAS

3.1.1 DE CARÁTER IMEDIATO

Caberá às Subdiretorias, ao Gabinete do Diretor, às Assessorias e aos demais setores da DTI tomar conhecimento desta publicação e adequar as NT a serem editadas ao padrão.

3.1.2 DE CARÁTER MEDIATO

3.1.2.1 Caberá às Subdiretorias, ao Gabinete do Diretor, às Assessorias e aos demais setores da DTI, propor oficialmente à Assessoria de Normas e Apoio Jurídico em TI (ANATI) da DTI a edição, a revisão e a atualização de todas as NT elaboradas pelos respectivos segmentos, independente do ano da sua elaboração.

3.1.2.2 As NT que não forem julgadas necessárias ao cenário atual deverão ser informadas oficialmente à Assessoria de Normas e Apoio Jurídico em TI (ANATI) da DTI que providenciará ato de revogação da(s) mesma(s).

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Caso descortine-se atualização relevante para o tema abordado nesta publicação, a mesma deverá ser revisada para atualização imediata, revogando-se as disposições em contrário.

4.2 Os casos não previstos nesta publicação serão submetidos à apreciação do Diretor de Tecnologia da Informação da Aeronáutica.

4.3 Somente o Órgão Central do STI, DTI, emitirá NT de assuntos técnicos, especializados em Tecnologia da Informação, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

4.4 A presente legislação entrará em vigor após sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Brig Ar PAULO ROBERTO MOREIRA DE OLIVEIRA
Diretor de Tecnologia da Informação da Aeronáutica

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. *Correspondências e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica: ICA 10-1*. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comandante da Aeronáutica. *Regulamento da Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (DTI). ROCA 21-83*. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Glossário da Aeronáutica: MCA 10-4*. Brasília, 2001.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Confecção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica. NSCA 5-1*. Brasília, DF, 2011.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Estrutura e Competências do Sistema de Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica (STI): NSCA 7-7*. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Política do Comando da Aeronáutica para a Tecnologia da Informação: DCA 14-7*. Brasília, DF, 2013.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Política de Segurança da Informação do Comando da Aeronáutica: DCA 14-8*. Brasília, DF, 2013.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica: MCA 10-3*. Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Glossário das Forças Armadas. MD35-G-01*. 5ª edição/2015. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas. **MD33-M-02**. 3ª Edição/2008.
- Manual de Redação Parlamentar e Legislativa. — Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2006. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/documentos/institucional/SF/OAS/CONLEG/arquivos/manuais/manual-de-redacao-parlamentar-e-legislativa>. Acesso em: 29 set. 2016.
- Penna, Sérgio F. P. de O. Técnica legislativa: orientação para a padronização de trabalhos / Sérgio F. P. de O. Penna, Eliane Cruxên B. de Almeida Maciel; apresentação de. — Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2002. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/documentos/institucional/SF/OAS/CONLEG/arquivos/manuais/tecnica-legislativa>. Acesso em: 29 set.2016.
- ANAC. Manual de Procedimentos SAI - MPR/SIA-006-R01: Procedimentos para produção de nota técnica no âmbito da superintendência de infraestrutura aeroportuária. Disponível em: <http://www2.anac.gov.br/biblioteca/MPI/MPR-006.pdf>. Acesso em: 29 set.2016.

<div>MINISTÉRIO DA DEFESA</div> <div>COMANDO DA AERONÁUTICA</div> <div>DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA</div> <div>ORDEM TÉCNICA DO COMANDO DA AERONÁUTICA</div>			
<div>DOCUMENTO Nº</div> <div>OTCA 006/DTI/2017</div>	<div>GRAU DE SIGILO</div> <div>OSTENSIVO</div>	<div>EMIÇÃO</div> <div>03 JAN 2017</div>	<div>VALIDADE</div> <div>PERMANENTE</div>
<div>ASSUNTO</div> <div>RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E DOS ACORDOS DE NÍVEL OPERACIONAL DE TI NOS ELOS DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO COMAER - STI</div>		<div>DISTRIBUIÇÃO</div> <div>ÓRGÃO CENTRAL DO STI</div> <div>ELOS DO STI</div>	
<div>ANEXOS</div> <div>Anexo A. Modelo de relatório de Análise do Acordo de Nível de Serviço de TI e de Nível Operacional de TI</div> <div>Anexo B. Itens do Relatório do Acordo de Nível de Serviço de TI e de Nível Operacional de TI</div> <div>Anexo C. Lista de Verificação</div>			

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Ordem Técnica do Comando da Aeronáutica (OTCA) tem por finalidade normatizar e padronizar um modelo de relatório de análise do acordo de nível de serviço de tecnologia da informação (TI) e dos acordos de nível operacional de TI para cada serviço de TI que consta no catálogo de serviços do provedor de serviço de TI a ser adotado pelos Elos do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER – STI, como parte integrante do mecanismo da gestão de serviços de TI no STI.

1.2 ÂMBITO

Esta OTCA aplica-se ao Órgão Central do STI - Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (DTI) e aos demais Elos do STI.

1.3 CONCEITUAÇÕES

Para os efeitos desta aplicam-se os termos e expressões com os significados constantes no Glossário das Forças Armadas (MD-35-G-01: 5ª edição/2015), no Glossário do Comando da Aeronáutica (MCA 10-4/2001), na legislação do Sistema de Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica (STI) em vigor e, quando aplicável, na legislação da

Administração Pública Federal (APF) em vigor, bem como nas normas ABNT recomendadas pela APF, bem como aqueles constantes da OTCA 003/DTI/2016, de 31 de maio de 2016.

1.3.1 ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

1.3.1.1 Acordo documentado entre o provedor de serviço e o cliente, que identifica serviços e metas de serviço. [FONTE: ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:20011]

1.3.1.2 O ANS é um documento que descreve um serviço de TI, as suas metas de nível de serviço (em termos de desempenho, quantidade e qualidade) do ponto de vista do negócio da organização, características da carga de trabalho, papéis e responsabilidades dos atores envolvidos, prioridades e procedimentos de exceção, entre outros aspectos. Esse documento deve ser acordado entre os requisitantes ou interessados em um determinado serviço de TI, e o responsável pelos serviços de TI da organização, e deve ser revisado periodicamente para certificar-se de que continua adequado ao atendimento das necessidades de negócio da organização. A área de TI da instituição pública celebra acordos de nível de serviço com os seus clientes internos (áreas finalísticas, áreas administrativas etc). As normas ABNT associam o conceito de ANS à relação existente entre os clientes internos e a área provedora de serviços de TI da própria organização. [FONTE: Nota Técnica 6/2010 - Sefti/TCU – versão 1.2]

1.3.1.3 O ANS define um acordo necessariamente documentado, entre um provedor de serviço interno (no caso, a área de TI) e o cliente/usuário interno (áreas internas que utilizam os serviços de TI), no qual se define o nível de prestação do serviço necessário para sustentar adequadamente as operações da organização. O ANS é um documento que descreve o serviço e suas metas, bem como as responsabilidades do provedor de serviços e do cliente. Um ANS típico geralmente contém: breve descrição dos serviços, período de validade do ANS, breve descrição das comunicações, horário dos serviços, objetivos, indicadores, respectivas métricas e metas dos serviços, responsabilidades de ambas as partes (inclusive penalidades), garantias, medidas emergenciais, planos alternativos, definições sobre relatórios de monitoramento, dentre outras informações. Convém que o ANS cubra todos os componentes requeridos para entregar o serviço. Convém que as metas sejam definidas segundo a perspectiva do cliente. Convém que os ANS incluam apenas o subconjunto apropriado de metas, focando os aspectos mais importantes do serviço para o negócio e para o cliente. [FONTE: Levantamento de Governança de TI 2016 – Glossário]

1.3.1.4 O acordo de nível de serviço descreve o serviço de TI, documenta metas de nível de serviço e especifica as responsabilidades do provedor de serviço de TI e do cliente. Um único acordo pode cobrir múltiplos serviços de TI ou múltiplos clientes. [FONTE: Glossário e abreviações ITIL – Português do Brasil]

1.3.2 ACORDO DE NÍVEL OPERACIONAL (ANO)

1.3.2.1 O acordo de nível operacional é o acordo firmado entre o provedor de serviço de TI da organização e um fornecedor interno da mesma organização cujos serviços são essenciais para viabilizar a entrega do serviço de TI ao cliente. A estrutura do ANO é semelhante à do ANS e define os produtos ou serviços a serem fornecidos e as responsabilidades de ambas as partes. A área de TI da instituição pública firma acordos de nível operacional com outras áreas da mesma organização (fornecedores internos). [FONTE: Nota Técnica 6/2010 - Sefti/TCU – versão 1.2]

1.3.2.2 O ANO é um acordo entre um provedor de serviço de TI e outra parte da mesma organização. Ele dá apoio à entrega, pelo provedor de serviço de TI, de serviços de TI a clientes e define os produtos ou serviços a serem fornecidos e as responsabilidades de ambas as partes. Por exemplo, pode haver um acordo de nível operacional entre: A central de serviço e um grupo de suporte para fornecer resolução de incidente dentro de um prazo acordado. [FONTE: Glossário e abreviações ITIL – Português do Brasil]

1.3.3 CATÁLOGO DE SERVIÇOS

Um banco de dados ou documento estruturado com informações sobre todos os serviços de TI de produção, incluindo aqueles disponíveis para implantação. O catálogo de serviço é parte do portfólio de serviço e contém informações sobre dois tipos de serviço de TI: serviços voltados para o cliente que são visíveis para o negócio e serviços de suporte requeridos pelo provedor de serviço para entregar serviços voltados para o cliente. [FONTE: Glossário e abreviações ITIL – Português do Brasil]

1.3.4 CATÁLOGO DE SERVIÇOS DOS ELOS ESPECIALIZADOS DO STI

É o catálogo de serviços de TI dos Elos Especializados do STI, onde constam todos os serviços de TI que são providos por estes Elos para o Comando da Aeronáutica, compreendendo a administração dos serviços de TI, gerenciando-os desde a sua instalação até a sua manutenção.

1.3.5 CATÁLOGO DE SERVIÇOS DE TI

Informação estruturada sobre todos os serviços de TI disponíveis aos clientes desses serviços. Convém que o provedor de serviços defina todos os serviços em um catálogo, usando termos que estejam alinhados com a visão do cliente e seja compreensível por aqueles sem uma compreensão técnica detalhada. O catálogo de serviços é um documento-chave para estabelecer expectativas de clientes e convém que ele seja de fácil acesso e amplamente disponível para o cliente e para as equipes de suporte. Convém que o catálogo de serviços inclua informações como: a) nome e descrição do serviço; metas do serviço; pontos de contato; horários de serviço; acordos de segurança; serviços atuais; dependências entre o serviço e os serviços de apoio dos quais é dependente etc. Convém que o catálogo de serviços seja mantido e atualizado permanentemente. [FONTE: Levantamento de Governança de TI 2016 – Glossário]

1.3.6 CLIENTE

1.3.6.1 Organização ou parte de uma organização que recebe um serviço ou serviços. [FONTE: ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:20011]

1.3.6.2 O beneficiado por um produto ou um serviço proveniente do negócio. Por exemplo, se o negócio é fabricar carros, então o cliente do negócio será alguém que comprar um carro. [FONTE: Glossário e abreviações ITIL – Português do Brasil]

1.3.6.3 Pessoa ou organização que poderia receber ou recebe um produto ou um serviço destinado para, ou solicitado por essa pessoa ou organização. [FONTE: ABNT NBR ISO 9000:20015]

1.3.7 COMISSÃO

É a atribuição temporária e específica de serviço a Agente da Administração ou Agente Público, não catalogada na estrutura da OM. [ICA 174-1/2007].

1.3.8 COMISSÃO DE ANÁLISE DO ANS

1.3.8.1 É a comissão formada por técnicos especializados em TI designados por meio de documento oficial, publicado em boletim interno da organização, de no mínimo um presidente e três membros titulares e três membros substitutos para realizar a análise do(s) ANS e seus respectivos ANO, elaborados em minuta inicial por um prestador de serviços de TI pertencente ao STI e promover de maneira formal, por meio do relatório de análise do ANS, o confronto entre os requisitos do serviço de TI e seus respectivos acordos, tendo por base os itens da lista de verificação contidos no anexo C desta OTCA, acrescidos da legislação de TI vigente e específica da categoria de serviço a ser analisada.

1.3.8.2 Cada membro da comissão ficará encarregado de examinar uma área específica da TI de acordo com sua especialização.

1.3.8.3 O prazo de vigência da comissão, sua área de atuação, e de seus membros deverão constar no documento que a institui.

1.3.8.4 No caso específico da DTI, esta Comissão será representada pelo Comitê Gestor de processos da DTI, sendo nomeados como representantes de cada setor da DTI, para os papéis componentes do referido Comitê, por meio de Portaria, para cada assunto tratado.

1.3.8.5 Ao final da análise do ANS e seus respectivos ANO a comissão de análise do ANS deverá elaborar o relatório com o resultado desta análise, conforme modelo constante dos anexos A e B, encaminhando-o ao provedor de serviço de TI para pronunciamento quanto às medidas postas em prática para sanar as não conformidades apontadas.

1.3.8.6 Após pronunciamento do provedor de serviço de TI, os respectivos acordos retornarão à DTI e/ou ao Elo de Coordenação/Gerente de Projeto/demais partes interessadas para homologação e publicação oficial.

1.3.8.7 Para o caso específico dos serviços de TI prestados pelos Elos especializados do STI, os acordos serão homologados por meio de pronunciamento formal do Comitê Gestor de Processos da DTI, para homologação e publicação oficial.

1.3.9 ELOS DE COORDENAÇÃO

São os setores pertencentes aos Órgãos de Direção-Geral, de Direção Setorial e aos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODGSA), responsáveis pela coordenação de suas atividades de TI junto ao Órgão Central do STI.

1.3.10 ELOS DE SERVIÇO

São os setores de TI das OM do Comando da Aeronáutica (COMAER) que executam atividades rotineiras de manutenção de TI, reportando-se aos seus respectivos Elos de Coordenação.

1.3.10.1 Os Elos de Serviço do STI podem ser classificados por níveis, da seguinte forma:

- a) Nível “1”: quando o Elo apoia as atividades de TI de apenas uma OM; e
- b) Nível “2”: quando o Elo apoia as atividades de TI de várias OM com localização próxima.

1.3.11 ELOS ESPECIALIZADOS

São aqueles que, por atribuições regimentais ou por terem sido instituídos em ato específico, executam atividades ou serviços especializados de TI de interesse do COMAER. As atividades dos Elos Especializados serão coordenadas pelo Órgão Central do STI.

1.3.12 FORNECEDOR

Organização ou parte de uma organização que é externa à organização do provedor do serviço e regida em um contrato com o provedor de serviço para contribuir com o desenho, transição, entrega e melhoria de um serviço ou serviços ou processos. [FONTE: ABNT NBR ISO 20000-1:2011]

Nota: fornecedores incluem fornecedores-líderes designados, mas não seus fornecedores subcontratados. [FONTE: ABNT NBR ISO 20000-1:2011]

1.3.13 GRUPO INTERNO

Parte da organização do provedor de serviço que tem um acordo documentado com o provedor de serviço para contribuir com o desenho, transição, entrega e melhoria de um ou mais serviços. [FONTE: ABNT NBR ISO 20000-1:2011]

Nota: O grupo interno está fora do escopo do SGS do provedor de serviço. [FONTE: ABNT NBR ISO 20000-1:2011]

1.3.14 NEGÓCIO

Uma entidade corporativa em geral ou organização constituída por um determinado número de unidades de negócio. No contexto do GSTI, o termo inclui o setor público e organizações sem fins lucrativos, bem como empresas. Um provedor de serviço de TI provê serviços de TI para um cliente que é parte de um negócio. O provedor de serviço de TI pode fazer parte do mesmo negócio que seu cliente (provedor de serviço interno) ou fazer parte de outro negócio (provedor de serviço externo). [FONTE: Glossário e abreviações ITIL – Português do Brasil]

1.3.15 PARTE INTERESSADA

Pessoa ou grupo que tem um interesse específico no desempenho ou no sucesso da atividade ou atividades do provedor de serviço. [FONTE: ABNT NBR ISO 20000-1:2011]

Exemplo: Clientes, proprietários, gerência, pessoas na organização do provedor de serviço, fornecedores, banqueiros, sindicatos ou parceiros. [FONTE: ABNT NBR ISO 20000-1:2011]

1.3.16 PROCEDIMENTO

Forma especificada de executar uma atividade ou um processo. [FONTE: ABNT NBR ISO 20000-1:2011]

Nota: Procedimentos podem ser documentados ou não. [FONTE: ABNT NBR ISO 20000-1:2011]

1.3.17 PRODUTO

Saída de uma organização que pode ser produzida sem transação alguma ocorrendo entre a organização e o cliente. [FONTE: ABNT NBR ISO 9000-2:2015]

Nota: O elemento dominante de um produto é que ele geralmente é tangível. [FONTE: ABNT NBR ISO 9000-2:2015]

1.3.18 PROVEDOR DE SERVIÇO

Organização ou parte de uma organização que gerencia e entrega um serviço ou serviços para o cliente. [FONTE: ABNT NBR ISO 20000-1:2011]

Nota: Um cliente pode ser interno ou externo à organização provedora de serviço. [FONTE: ABNT NBR ISO 20000-1:2011]

1.3.19 PROVEDOR DE SERVIÇO DE TI

Um provedor de serviço que fornece serviços de TI para clientes internos ou externos. [FONTE: Glossário e abreviações ITIL – Português do Brasil]

1.3.20 RELATÓRIO

1.3.20.1 É a exposição escrita, circunstanciada, dirigida à autoridade competente para expor atividades, acontecimentos e fatos, na qual se narra uma ocorrência ou expõe -se a execução de uma missão ou de um serviço. [ICA 10-1/2015]

1.3.20.2 O Relatório não tem periodicidade pré-determinada, sendo que a autoridade que determinar a sua elaboração definirá a disposição do conteúdo, os assuntos a serem tratados e a sua periodicidade. [ICA 10-1/2015]

1.3.21 RELATÓRIO TÉCNICO

Segundo a Norma ABNT NBR 10719: 2015, relatório técnico e/ou científico é um documento que descreve formalmente o progresso ou resultado de uma pesquisa científica e/ou técnica.

Em relação à estrutura, o Relatório Técnico compreende: parte externa e parte interna. A parte externa, de caráter opcional, consiste em capa e lombada. A parte interna é composta de três tipos de elementos: elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais.

Assim sendo, a presente OTCA tem como base a referida NBR, bem como as demais Normas ABNT que tratam de regras para elaboração de documentação, em especial, quanto à formatação de textos e apresenta os princípios gerais para elaboração de relatórios técnicos para análise de acordos ANS e ANO.

1.3.22 RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE DO ANS

É o relatório que reflete os resultados da análise do ANS e do ANO do serviço de TI prestado pelo provedor de serviço de TI realizada por meio da comissão de análise do ANS designada para esta análise, observando os itens da lista de verificação contidos no anexo C desta OTCA, acrescidos da legislação de TI vigente e específica da categoria de serviço de TI a ser analisada.

1.3.23 REQUISITOS DO SERVIÇO

Necessidade de um cliente e de usuários do serviço, incluindo requisitos do nível de serviço e as necessidades do provedor de serviço. [FONTE: ABNT NBR ISO 20000-1:2011]

1.3.24 SERVIÇO

Meios de entregar valor para o cliente, facilitando os resultados que o cliente quer atingir. [FONTE: ABNT NBR ISO 20000-1:2011]

Nota 1: O serviço é geralmente intangível. [FONTE: ABNT NBR ISO 20000-1:2011]

Nota 2: Um serviço também pode ser entregue para um provedor de serviço por um fornecedor, um grupo interno ou um cliente atuando como um fornecedor. [FONTE: ABNT NBR ISO 20000-1:2011]

1.3.25 SERVIÇO DE TI

Um serviço fornecido por um provedor de serviço de TI. Um serviço de TI é composto de uma combinação de tecnologia da informação, pessoas e processos. Um serviço de TI voltado para o cliente suporta diretamente os processos de negócio de um ou mais clientes e convém que as suas metas de nível de serviço sejam definidas em um acordo de nível de serviço. Outros serviços de TI, incidente/problema/requisição de serviços de apoio, não são diretamente usados pelo negócio, porém são exigidos pelo provedor de serviço para entregar serviços voltados ao cliente. [FONTE: Glossário e abreviações ITIL – Português do Brasil]

1.3.26 SISTEMA DE GESTÃO DE SERVIÇOS (SGS)

Sistema de gestão para dirigir e controlar as atividades de gerenciamento de serviço do provedor de serviço. [FONTE: ABNT NBR ISO 20000-1:20011]

1.3.26.1 Um sistema de gestão é um conjunto de elementos inter-relacionados ou interagindo para estabelecer a política e os objetivos e para atingir aqueles objetivos.

1.3.26.2 O SGS inclui todas as políticas, objetivos, planos, processos, documentos e recursos de gerenciamento de serviço requeridos para o desenho, transição, entrega e melhoria dos serviços e para atingir os requisitos da Gestão de Serviços de TI.

1.3.27 USUÁRIO

Uma pessoa que usa o serviço de TI no dia-a-dia. Usuários são diferentes de clientes, pois alguns clientes não usam o serviço de TI diretamente. [FONTE: glossário e abreviações ITIL – Português do Brasil].

2 DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1.1 A fundamentação teórica desta OTCA se baseia nas boas práticas da Norma ABNT NBR ISO/IEC 20000 e do “*Information Technology Infrastructure Library*” (ITIL).

2.1.2 A gestão de serviços de TI tem por objetivo prover serviços de TI com qualidade e alinhados às necessidades dos clientes e do negócio.

2.2 COMPONENTES DA GESTÃO DE SERVIÇOS DE TI (GSTI)

2.2.1 A Coordenação geral da GSTI é realizada pelo Órgão Central do STI (DTI), a quem compete instituir as diretrizes e emitir a legislação para seu funcionamento, bem como orientar os demais Elos do STI na sua execução.

2.2.2 A Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação (GSTI) é tratada, respectivamente, na ICA 7-4/2016 para os Elos Especializados do STI e na ICA 7-6/2016 para os Elos de serviço de TI de “nível 2”.

2.2.3 No âmbito do STI, a composição do Catálogo de Serviços está prevista nas seguintes legislações: ICA 7-4/2016 para os Elos Especializados do STI e na ICA 7-6/2016 para os Elos de serviço de TI de “Nível 2” e OTCA 003/DTI/2016 Catálogo de serviços de Tecnologia de Informação nos Elos do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER - STI.

2.2.4 No âmbito do STI, a composição do ANS está prevista nas seguintes legislações ICA 7-4/2016 para os Elos Especializados do STI e na ICA 7-6/2016 para os Elos de serviço de TI de “Nível 2” e OTCA 004/DTI/2016 Acordo de Nível de Serviços de Tecnologia de Informação nos Elos do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER - STI.

2.2.5 No âmbito do STI, a composição do ANO está prevista nas seguintes legislações ICA 7-4/2016 para os Elos Especializados do STI e na ICA 7-6/2016 para os Elos de serviço de TI de “Nível 2” e OTCA 005/DTI/2016 Acordo de Nível Operacional de Tecnologia de Informação nos Elos do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER - STI.

2.2.6 Cabe ao Órgão Central do STI analisar e homologar os ANS e respectivos ANO dos serviços de TI prestados pelos Elos Especializados do STI, tendo em vista o processo de gestão de serviços de TI do STI.

2.2.7 Cabe aos Elos de Coordenação analisar e homologar os ANS e respectivos ANO dos serviços de TI prestados pelos Elos de Serviços do STI sob sua coordenação, tendo em vista o processo de gestão de serviços de TI do STI.

2.3 ESTRUTURA DO RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE DO ANS OU ANO

2.3.1 Em acordo à Norma ABNT NBR 10719: 2015, a parte interna do Relatório Técnico de análise do ANS ou do ANO, para fins de composição, é constituída dos seguintes elementos:

2.3.1.1 ELEMENTO PÓS-TEXTUAL

Parte que sucede o texto e complementa o documento.

2.3.1.2 ELEMENTO PRÉ-TEXTUAL

Parte que antecede o texto com informações que ajudam na identificação e utilização do documento.

2.3.1.3 ELEMENTO TEXTUAL

Parte em que é exposto o conteúdo do documento. A nomenclatura dos títulos dos elementos textuais fica a critério do autor.

2.3.2 Cada um dos elementos da parte interna do Relatório Técnico de Análise do ANS se subdivide da seguinte forma:

a) Elementos pré-textuais:

- Timbre, epígrafe, preâmbulo, título e ementa (obrigatório);
- Resumo na língua vernácula (obrigatório);
- Lista de ilustrações (opcional);
- Lista de tabelas (opcional);
- Lista de abreviaturas e siglas (opcional);
- Lista de símbolos (opcional); e
- Sumário (obrigatório);

b) Elementos textuais:

- Quadro controle de versão (obrigatório);
- Finalidade (obrigatório);
- Glossário (obrigatório);
- Introdução (obrigatório);
- Desenvolvimento (obrigatório);
- Considerações finais (obrigatório);
- Ato de aprovação (obrigatório);

c) Elementos pós-textuais:

- Referências (obrigatório);
- Apêndice (opcional);
- Anexo (opcional); e
- Índice (opcional).

2.3.3 Em relação ao texto, a apresentação gráfica, as divisões e subdivisões do texto, a numeração das seções do texto, as disposições gráficas e composição do texto, os capítulos padronizados, as figuras, tabelas e quadros, as citações de indicativos de seção, figuras,

tabelas e quadros referências, os anexos, a paginação, a numeração das páginas, e a alteração do relatório deverão ser seguidas as orientações dos itens 2.3.4, 2.4, 2.5 e 2.6 desta OTCA.

2.3.4 TEXTO

É a parte da publicação em que é exposta a matéria. Em geral, compõe-se de introdução, desenvolvimento e conclusão.

2.3.4.1 APRESENTAÇÃO GRÁFICA

Conforme o item 3.9.1 da NSCA 5-1/2011.

2.3.4.2 DIVISÕES E SUBDIVISÕES DO TEXTO

Conforme o item 3.9.2 da NSCA 5-1/2011.

2.3.4.3 NUMERAÇÃO DAS SEÇÕES DO TEXTO

Conforme o item 3.9.1 da NSCA 5-1/2011.

Exemplo:

1 SEÇÃO PRIMÁRIA: maiúscula e negrito.

1.1 SEÇÃO SECUNDÁRIA: maiúscula e sublinhada.

1.1.1 SEÇÃO TERCIÁRIA: maiúscula.

1.1.1.1 Seção quaternária: maiúscula e minúscula sublinhadas.

1.1.1.1.1 Seção quinária: maiúscula e minúscula.

2.3.4.4 DISPOSIÇÕES GRÁFICAS E COMPOSIÇÃO DO TEXTO

Conforme o item 3.9.4.2 da NSCA 5-1/2011.

2.3.4.5 CAPÍTULOS PADRONIZADOS

Conforme o item 3.9.6 da NSCA 5-1/2011.

2.3.4.6 FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Conforme o item 3.9.7 da NSCA 5-1/2011.

2.3.4.7 CITAÇÕES DE INDICATIVOS DE SEÇÃO, FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Conforme o item 3.9.8 da NSCA 5-1/2011.

2.3.4.8 REFERÊNCIAS

Conforme o item 3.10 da NSCA 5-1/2011.

2.3.4.9 ANEXOS

2.3.4.9.1 Conforme o item 3.12 da NSCA 5-1/2011.

2.3.4.9.2 Quando houver necessidade de “anexos”, estes virão após as Disposições Finais.

2.4 PAGINAÇÃO

2.4.1 DAS FOLHAS

Conforme o item 3.13.1 da NSCA 5-1/2011.

2.4.2 NUMERAÇÃO DAS PÁGINAS

2.4.2.1 A numeração começa a ser colocada a partir da primeira página da parte textual em algarismos arábicos, no canto superior esquerdo das páginas pares, ficando o primeiro algarismo a 2 cm da borda esquerda. Nas páginas ímpares, será no canto superior direito, como último algarismo a 2 cm da borda direita da folha. Para ambas as situações a numeração ficará a 1 cm da borda superior.

Exemplo: REL ANS 003/DTI/2016.

2.4.2.2 As páginas serão numeradas seguidamente, devendo cada uma conter também, indicação do total de páginas que compõe o documento.

Exemplo: 2/40

2.5 NUMERAÇÃO DO RELATÓRIO

2.5.1 O nome “REL ANS ANO” deverá ser digitado em maiúsculo, seguido de numeração contendo três dígitos seguido de barra (/) e, sem espaço a sigla do Órgão Central ou do Elo de Coordenação responsável pela análise do ANS, em maiúscula, seguida de barra (/) e, sem espaço os quatro dígitos do ano.

Exemplo: REL ANS ANO 003/DTI/2016.

2.6 ALTERAÇÃO

Há três tipos: modificação, reedição e revogação. Conforme item 4 da NSCA 5-1/2011.

3 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

3.1 LEGISLAÇÃO

3.1.1 A necessidade de legislação para o STI, visando atender a presente Ordem Técnica, deverá ser analisada e elaborada e/ou atualizada, e, quando pertinente, proposta pela DTI, Órgão Central do STI, via COMGAP, ao EMAER, ou diretamente ao COMGAP, para análise e aprovação.

3.1.2 As demais OTCA decorrentes desta, previstas no decorrer do texto, estão a cargo da DTI e sua aprovação será realizada pelas instâncias aqui definidas.

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Caso descortine-se atualização relevante para o tema abordado nesta publicação, a mesma deverá ser revisada para atualização imediata, revogando-se as disposições em contrário.

4.2 Os casos não previstos nesta publicação serão submetidos à apreciação do Diretor de Tecnologia da Informação da Aeronáutica.

4.3 Somente o Órgão Central do STI, DTI, emitirá OTCA de assuntos técnicos, especializados em Tecnologia da Informação, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

4.4 A presente legislação entrará em vigor após sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Brig Ar PAULO ROBERTO MOREIRA DE OLIVEIRA
Diretor de Tecnologia da Informação da Aeronáutica

REFERÊNCIAS

ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2013. Tecnologia da informação – Gestão de serviços Parte 1: Requisitos do sistema de gestão de serviços.

ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2013. Tecnologia da informação – Gerenciamento de serviços Parte 2: Guia de aplicação do sistema de gestão de serviços.

ABNT NBR 10719: 2015. Informação e documentação — Relatório técnico e/ou científico — Apresentação. 4ª edição: 25.05.2015. Válida a partir de: 25.06.2015.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica. *Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação nos Elos Especializados do Sistema de Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica: ICA 7-4*. Rio de Janeiro, RJ, 2016.

_____. _____. Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica. *Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação nos Elos de Serviço de Tecnologia da Informação de “nível 2”*: ICA 7-6. Rio de Janeiro, RJ, 2016.

_____. _____. Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica. *Preceitos para elaboração de Ordens Técnicas do Comando da Aeronáutica no âmbito do Sistema de Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica (STI): OTCA/001/DTI/2016*. Rio de Janeiro, RJ, 2016.

_____. _____. Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica. *Atendimento ao Usuário na Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação (GSTI) nos Elos do Sistema de tecnologia da Informação do COMAER: componentes, papéis, perfis e processos: OTCA/002/DTI/2016*. Rio de Janeiro, RJ, 2016.

_____. _____. Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica. *Catálogo de serviços de Tecnologia de Informação nos Elos do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER - STI: OTCA/003/DTI/2016*. Rio de Janeiro, RJ, 2016.

_____. _____. Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica. *Acordo de Nível de Serviços de Tecnologia de Informação nos Elos do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER - STI: OTCA/004/DTI/2016*. Rio de Janeiro, RJ, 2016.

_____. _____. Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica. *Acordo de Nível Operacional de Tecnologia de Informação nos Elos do Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER - STI: OTCA/005/DTI/2016*. Rio de Janeiro, RJ, 2016.

_____. _____. Estado-Maior da Aeronáutica. *Política do Comando da Aeronáutica para a Tecnologia da Informação: DCA 14-7*. Brasília, DF, 2013.

_____. _____. Estado-Maior da Aeronáutica. *Glossário da Aeronáutica: MCA 10-4*. Brasília, 2001.

_____. _____. Estado-Maior da Aeronáutica. *Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica: MCA 10-3*. Brasília, DF, 2003.

_____. _____. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica,

Controle Interno nas Unidades Gestoras. ICA 174-1 Brasília, DF, 2007.

Anexo A – Modelo de Relatório de Análise do Acordo de Nível de Serviço de TI e de Nível Operacional de TI



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA

RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO DE TI E DO ACORDO DE NÍVEL OPERACIONAL DE TI Nº 003/DTI/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Assunto: ANS 0004/CCA-BR/2016 e ANO 004/CCA-BR/2016: Serviços de Aplicações – Sistemas de Apoio à Decisão – SAD/SIGAER.

Referência: 1.; e

2.

Apêndice: A.; e

B.

Anexo: A.; e

B.

1 RESUMO

Listar

2 SUMÁRIO

Enumerar

3 QUADRO CONTROLE DE VERSÃO

VERSÕES			
Versão	Data	Descrição da revisão	Autor

4 FINALIDADE

Em atendimento à determinação contida na Terceira Parte do Boletim Interno no, de de de, e em consonância com as disposições da ICA xxxx/xxx, foi realizado

5 GLOSSÁRIO

Relacionar....

6 INTRODUÇÃO

6.1 IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Descrever de acordo com ANS e ANO ...

Continuação do Anexo A – Modelo de Relatório de Análise do Acordo de Nível de Serviço de TI e de Nível Operacional de TI

6.2 ESCOPO DO SERVIÇO

Especificar de acordo com ANS e ANO ...

6.3 METAS DO SERVIÇO

Relacionar de acordo com ANS e ANO ...

7 DESENVOLVIMENTO

Detalhar a pesquisa ou estudo realizado...

7.1 ASPECTOS POSITIVOS A RESSALTAR

Ressaltar os aspectos positivos observados em cada item.

7.2 IMPROPRIEDADES DETECTADAS

Listar, com base na lista de verificação respectiva e outras legislações de TI vigentes, as impropriedades constatadas e as recomendações que possibilitem sanear as impropriedades apontadas.

7.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Indicar a fundamentação legal utilizada.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos exames realizados, esta Comissão é de parecer que as seguintes observações merecem especial atenção do provedor de serviços de TI.

Registrar o parecer da comissão, resumindo as observações que no entender da comissão devam ser objeto de atenção especial por parte do provedor de serviço de TI, com destaque para aqueles que reflitam falta ou insuficiência.

Apor as assinaturas do presidente da comissão e dos membros que realizaram a análise do ANS e seus respectivos ANS e ANO.

Local,

.....
Presidente da Comissão

.....
Membro

.....
Membro

.....
Membro

9 REFERÊNCIAS

Discriminar...

Anexo B – Itens de Relatório de Análise do Acordo de Nível de Serviço de TI e de Nível Operacional de TI

1 TIMBRE

Conforme o item 2.2.1 e o item 2.2.2.2 combinado com o item 2.1.7 da ICA 10-1/2015.

2 EPÍGRAFE

Apor o texto constituído por: Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, nome da OM expedidora do relatório, em letras maiúsculas, sublinhado e logo abaixo do timbre, de acordo com o item 6.1.3 da ICA 10-1/2015;

3 PREÂMBULO

De acordo com o item 6.1.4 da ICA 10-1/2015.

4 TÍTULO

Local onde constará: “RELATÓRIO DE ANÁLISE DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO DE TI E DE NÍVEL OPERACIONAL DE TI”, em letras maiúsculas, centralizado a vinte pontos/0,71 cm do nome da organização, seguido da numeração e da data do relatório.

Exemplo dos itens 1, 2, 3 e 4 do Anexo B:



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA

RELATÓRIO DE ANÁLISE DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO DE TI E DE NÍVEL OPERACIONAL DE TI Nº 003/DTI/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

5 EMENTA

Conforme item 6.1.4 da ICA 10-1/2015.

Em “Assunto”, deve ser aposto o número do ANS e do ANO, seguido dos caracteres “:” + o nome da categoria, de acordo com a OTCA 003/DTI/2016, + o carácter “-” + o nome do serviço, de acordo com a OTCA 003/DTI/2016, + o carácter “-” + o subgrupo de serviço, de acordo com o catálogo de serviços da OTCA 003/DTI/2016.

Exemplo:

Assunto: ANS 0004/CCA-BR/2016 e ANO 004/CCA-BR/2016: Serviços de Aplicações – Sistemas de Apoio à Decisão – SAD/SIGAER.

Continuação do Anexo B – Itens de Relatório de Análise do Acordo de Nível de Serviço de TI e de Nível Operacional de TI

6 RESUMO

O resumo da língua vernácula é a apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento. Elaborado conforme a ABNT NBR 6028.

7 SUMÁRIO

Enumeração das divisões, seções e outras partes do documento, na mesma ordem em que a matéria nele se sucede. Elaborado conforme a ABNT NBR 6027.

8 QUADRO CONTROLE DE VERSÃO

Conjunto de informações resumidas, contendo o número da versão, a data, uma breve descrição do conteúdo da revisão, e o autor.

Exemplo:

VERSÕES			
Versão	Data	Descrição da revisão	Autor

9 FINALIDADE

Neste item descrever a finalidade e os objetivos do relatório, e as razões de sua elaboração, além de citar o número do documento que institui a comissão formada por técnicos especializados em TI, o número e data do boletim interno da publicação deste documento, o número do ANS e seu relacionamento com o(s) ANO relacionados, a categoria, o serviço e o subgrupo do serviço de acordo com a OTCA 003/DTI/2016.

Exemplo:

Em atendimento à determinação contida na Terceira Parte do Boletim Interno no, de de de, e em consonância com as disposições da, foi realizado a análise do ANS e ANO a fim de dar conhecimento formal ao provedor de serviço de TI sobre as verificações e as recomendações feitas pela comissão, propiciando a este provedor de serviço de Ti instrumentos para o alcance da homologação dos referidos ANS e ANO .

10 GLOSSÁRIO

Relação de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro, utilizadas no texto, acompanhadas das respectivas definições, e elaborado em ordem alfabética. [ABNT NBR 10719:20-15]

11 INTRODUÇÃO

Neste item descrever as considerações iniciais sobre o serviço de TI, sua identificação, o escopo do serviço, suas metas. Este tópico será a linha basilar para a análise

dos ANS e ANO.

Continuação do Anexo B – Itens de Relatório de Análise do Acordo de Nível de Serviço de TI e de Nível Operacional de TI

11.1 IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Identificar o serviço de TI, a finalidade, a categoria do serviço de TI de acordo com a OTCA 003/DTI/2016, os requisitos do serviço, os seus usuários, os clientes, os envolvidos na prestação deste serviço (grupo interno, fornecedores, outros provedores de serviço de TI, partes interessadas), bem como os custos envolvidos no serviço de TI. Estas informações serão retiradas do ANS e do(s) ANO do serviço de TI.

11.2 ESCOPO DO SERVIÇO

Especificar os componentes do serviço, os itens de configuração, a requisição de serviço, o(s) produto(s), a disponibilidade do serviço, interrupções programadas e acordadas nos serviços, incluindo pré-aviso e números por período, paradas não planejadas, tempo médio para restauração do serviço, janelas de manutenção, performance, arquitetura do serviço, o impacto e orientações prioritárias horários dos serviços, datas de exceções, os riscos, e os períodos críticos de negócio, medidas emergenciais, planos alternativos, definições sobre relatórios de monitoramento e coberturas fora do horário comercial. Estas informações serão retiradas do ANS e do(s) ANO do serviço de TI.

11.3 METAS DO SERVIÇO

Elencar as metas do serviço em termos de desempenho, quantidade e qualidade, limites superiores e inferiores de carga de trabalho, e estabelecer os intervalos planejados para que os provedores de serviço de TI junto ao cliente analisem criticamente o desempenho dos serviços. Estas informações serão retiradas do ANS e do(s) ANO do serviço de TI.

12 DESENVOLVIMENTO

Neste item detalhar a análise, a pesquisa ou estudo realizado no(s) ANS e ANO respectivos.

12.1 ASPECTOS POSITIVOS A RESSALTAR

Ressaltar, com base na lista de verificação, Anexo C, e outras legislações de TI vigentes, os aspectos positivos observados.

12.2 IMPROPRIEDADES DETECTADAS

Listar, com base na lista de verificação, Anexo C, e outras legislações de TI vigentes, as impropriedades constatadas, além das recomendações que possibilitem sanear as impropriedades apontadas.

12.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Indicar a fundamentação legal utilizada nos itens 9.1 e 9.2 deste anexo.

Continuação do Anexo B – Itens de Relatório de Análise do Acordo de Nível de Serviço de TI e de Nível Operacional de TI

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

13.1 Resumir as observações que, no entender da Comissão, devam ser objeto de atenção especial por parte do provedor de serviços de TI, com destaque para aquelas que reflitam falta ou insuficiência de acordo com a fundamentação legal do item 9.3 deste anexo.

13.2 Devem ser estabelecidos prazos para o reenvio do ANS e ANO para nova análise.

13.3 O processo de análise dos ANS e ANO deverá ser realizado até a que haja a homologação dos referidos acordos.

13.4 O relatório deverá ser datado e assinado pelo presidente, e por pelo menos três membros, entre titulares e substitutos.

Anexo C – Lista de Verificação

- 1** Em relação ao campo “CLIENTE”, existe um setor que conste da estrutura prevista no Regimento Interno da organização ou em portaria publicada, que defina especificamente qual entidade ou pessoa representará o dito cliente?
- 2** Existe no provedor de serviço de TI correspondente um processo que trate do serviço especificado, bem como uma NPA – Norma Padrão de Ação – que discipline tal processo e demais atividades e tarefas envolvidas?
- 3** No campo “MUDANÇAS”, está explícito que é de responsabilidade do CCA prestador do serviço solicitar à DTI a alteração desejada, que, no entanto, será objeto de acordo entre a DTI e o cliente?
- 4** Está explícito se os tempos/prazos estão expressos em dias/horas úteis ou corridos (as)?
- 5** Existe algum ANS firmado para aquele ANO que está sendo construído?
- 6** Em relação ao campo “PROVEDOR DE SERVIÇO DO ANO”, existe no CCA correspondente um processo que trate do serviço especificado, bem como uma NPA – Norma Padrão de Ação – que discipline tal processo e demais atividades e tarefas envolvidas?
- 7** Existe setor que conste da estrutura prevista no Regimento Interno da organização ou em portaria publicada, que defina especificamente qual entidade ou pessoa representará o responsável pelo provedor de serviços?
- 8** Em relação ao campo “IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO” existe uma NPA especificando qual setor do CCA é responsável pelos requisitos do serviço, os seus usuários, os clientes, os envolvidos na prestação deste serviço, bem como os custos envolvidos no serviço de TI?
- 9** Em relação ao campo “ESCOPO DO SERVIÇO”, existe uma NPA especificando qual setor do respectivo CCA é responsável por especificar:
 - 9.1** Os componentes do serviço?
 - 9.2** Os itens de configuração?
 - 9.3** A requisição de serviços?
 - 9.4** Os produtos?
 - 9.5** A disponibilidade do serviço?
 - 9.6** As interrupções programadas e acordadas nos serviços?
 - 9.7** O controle do pré-aviso e dos números de interrupções por período?
 - 9.8** O controle das paradas não planejadas?
 - 9.9** A definição e o controle do tempo médio para restauração do serviço?
 - 9.10** A definição das janelas de manutenção?
 - 9.11** O controle dos índices de performance?
 - 9.12** A definição da arquitetura do serviço?
 - 9.13** O controle do impacto das paradas?

Continuação do Anexo C – Lista de Verificação

- 9.14** A definição das orientações prioritárias?
- 9.15** A definição dos horários dos serviços?
- 9.16** A definição das datas de exceções?
- 9.17** A definição e o controle dos riscos?
- 9.18** O controle dos períodos críticos de negócio?
- 9.19** A definição das medidas emergenciais e dos planos alternativos?
- 9.20** As definições sobre relatórios de monitoramento e coberturas fora do horário comercial?
- 10** Em relação às “METAS DO SERVIÇO”, existe NPA elencando as metas do serviço em termos de desempenho, quantidade e qualidade, limites superiores e inferiores de carga de trabalho, e estabelecendo os intervalos planejados para que os provedores de serviço de TI, em conjunto com o cliente, analisem criticamente o desempenho dos serviços?
- 11** Em relação às “COMUNICAÇÕES”, existe NPA especificando a periodicidade e os mecanismos de comunicação entre o provedor de serviços de TI do ANS e o provedor de serviços de TI do ANO, visando ao atendimento dos requisitos dos serviços novos ou modificados e a satisfação do cliente, incluindo os relatórios de frequência da revisão e cronogramas?
- 12** Em relação aos “PAPÉIS E RESPONSABILIDADES”, existe NPA listando papéis e responsabilidades do provedor de serviços de TI do ANS e do provedor de serviços/provedor de serviços de TI do ANO, inclusive penalidades?
- 13** Em relação ao “PROCESSO DE GERENCIAMENTO DO SERVIÇO”, existe NPA estabelecendo os processos de desenho, transição, entrega e melhoria do serviço, bem como definindo um plano de continuidade alinhado com os requisitos do serviço, prevendo as ações a serem tomadas quando da ocorrência de uma interrupção do serviço, incluindo incidentes e desastres, prognóstico de impacto, orientações prioritárias e processos de notificação e escalção?
- 14** Em relação ao “PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE INCIDENTES E REQUISICÃO DE SERVIÇOS”, existe NPA que contenha o procedimento indicado para se identificar os problemas, de modo a possibilitar a solução de um incidente?
- 15** Em relação ao “PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE PROBLEMAS”, existe NPA especificando o provedor de serviços/provedor de serviços de TI do ANO, onde deverá ser registrado o procedimento para a identificação e a solução de problemas junto ao respectivo provedor?
- 16** Em relação à “SATISFAÇÃO DE CLIENTE”, existe um processo publicado especificando a metodologia para mensuração da satisfação com o provedor de serviços de TI do ANS, em intervalos planejados, com base em uma amostra representativa dos usuários dos serviços e dos requisitos dos serviços?
- 17** Em relação à “RECLAMAÇÃO DO SERVIÇO”, existe NPA especificando o procedimento para o registro, relato e fechamento das reclamações contra o serviço fornecido,

além do fluxo para o encaminhamento da reclamação quanto esta não for resolvida pelos canais normais?

Continuação do Anexo C – Lista de Verificação

18 Em relação ao “GLOSSÁRIO”, os termos técnicos necessários ao entendimento da ANO estão claramente definidos?

19 Em relação ao “SUPORTE E SERVIÇOS RELACIONADOS”, existe NPA especificando que o provedor de serviços do ANO deve elencar as atividades técnicas e de suporte prestadas, relacionados ao serviço?

20 Em relação aos “SERVIÇOS INTERDEPENDENTES”, existe NPA especificando que o provedor de serviços do ANO deve identificar e registrar os serviços interdependentes, com relação ao serviço prestado?

21 Em relação às “CONSIDERAÇÕES”, foram elencadas as observações sobre o serviço de TI que não estão previstas nos itens anteriores?

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PLANEJAMENTO

ICA 19-77

**PROGRAMA DE TRABALHO ANUAL DO
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA
PARA O ANO DE 2017**

2017

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA



PLANEJAMENTO

ICA 19-77

**PROGRAMA DE TRABALHO ANUAL DO
DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA
PARA O ANO DE 2017**

2017



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 1-T/SDTP, DE 3 DE JANEIRO DE 2016.

Aprova a reedição do Programa de Trabalho Anual do Departamento de Ensino da Aeronáutica para o ano de 2017.

ODIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 4º, inciso II e artigo 15º, incisos I, V e XII do Regulamento do Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº297/GC3, de 5 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 19-77 “Programa de Trabalho Anual do Departamento de Ensino da Aeronáutica” para o ano de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar a Portaria DEPENDS Nº 80-T/DE-6, de 02 de fevereiro de 2016, Publicado no BCA nº 024, de 16 de fevereiro de 2016.

Ten Brig Ar DIRCEU TONDOLO NÔRO
Diretor-Geral do DEPENDS

(Publicado no BCA nº003, de 05 de janeiro de 2017)

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	8
1.1	FINALIDADE	8
1.2	CONCEITUAÇÃO	8
1.3	COMPETÊNCIA	8
1.4	ÂMBITO	8
2	DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA	12
2.1	MISSÃO	12
2.2	COMPETÊNCIAS	12
2.3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	12
2.4	VISÃO	12
2.5	VALORES	12
3	DIRETRIZES SUPERIORES	13
3.1	EMANADAS DO DIRETOR-GERAL DO DEPENDS	13
4	METAS E TAREFAS	18
4.1	METAS/TAREFAS DECORRENTES DE PROJETOS ESTRATÉGICOS	18
4.2	METAS/TAREFAS DECORRENTES DO PLANO SETORIAL	19
4.3	METAS/TAREFAS DECORRENTES DE ORDEM SUPERIOR OU SISTÊMICA	26
4.4	METAS/TAREFAS PRÓPRIAS	27
5	COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA	36
5.1	DIÁRIAS - CIVIL - ND 3390.14 - AÇÃO 2000	36
5.2	DIÁRIAS - MILITAR - ND 3390.15 - AÇÃO 2000	36
5.3	MATERIAL DE CONSUMO - ND 3390.30 - AÇÃO 2000	36
5.4	PASSAGENS E LOCOMOÇÃO - ND 3390.33 - AÇÃO 2000	36
5.5	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - ND 3390.39 - AÇÃO 2000	37
5.6	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - ND 4490.52 - AÇÃO 2000	38
5.7	OBRAS E INSTALAÇÕES - ND 4590.51 - AÇÃO 2000	39
6	CALENDÁRIO ADMINISTRATIVO	40
6.1	SUBDIRETORIA DE GESTÃO DO ENSINO	40
6.2	SUBDIRETORIA TÉCNICA DE PROCESSOS	46
6.3	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAIS	49
6.4	ASSESSORIA DE RECURSOS HUMANOS	51
6.5	ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO	54
6.6	ASSESSORIA DE SEGURANÇA DE VOO	55
6.7	ASSESSORIA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL	56
6.8	SECRETARIA-GERAL	57
6.9	PLANO DE MODERNIZAÇÃO (GRUPO DE TRABALHO E-SISTENS)	61
6.10	PLANO DE MODERNIZAÇÃO (GRUPO DE TRABALHO PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DOS PROCESSOS SELETIVOS)	62
6.11	DIREÇÃO GERAL	62
6.12	ATIVIDADES OPERACIONAIS	63
6.13	APOIO A CONCURSO	63
7	INSPEÇÕES	64
7.1	INSPEÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES DE ENSINO SUBORDINADAS	64
8	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	65

ICA 19-77/2016

8.1	INSTRUÇÃO TERRESTRE	65
8.2	EVENTOS DIVERSOS A SEREM REALIZADOS PELO DEPENDENTE	65
8.3	INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DOS EXAMES DE ADMISSÃO E SELEÇÃO	65
8.4	JUNTA ESPECIAL DE AVALIAÇÃO (JEA)	66
9	DISPOSIÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	68

PREFÁCIO

O Planejamento Institucional, com a fixação de objetivos próprios, é fundamental para a orientação organizacional na busca por resultados desejados.

Neste contexto, os Objetivos Estratégicos da Aeronáutica, consolidados no Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), representam a cristalização dos interesses e aspirações da Instituição, considerados essenciais à integração e ao seu desenvolvimento.

Dentre esses objetivos, no que diz respeito à área de atuação do Departamento de Ensino da Aeronáutica, enquadram-se os seguintes:

- modernizar a Gestão de Recursos Humanos;
- racionalizar a Estrutura e a Gestão Organizacional da FAB; e
- incrementar a Governança Institucional.

Foi com esse enfoque que o Plano Setorial do DEPENS foi orientado e constituiu-se como documento basilar para a elaboração deste Programa de Trabalho Anual, na busca de excelência na execução das tarefas e atividades atribuídas.

Para tanto, modernas práticas de gestão recomendam a atenção dos gestores para a manutenção do alinhamento estratégico, a busca permanente pela melhoria dos processos internos da organização, a gestão eficiente dos nossos projetos, a minimização dos riscos e a manutenção de um bom ambiente organizacional.

Sendo assim, com a aprovação deste Programa de Trabalho, o Departamento de Ensino da Aeronáutica tem a convicção de promover de forma efetiva o aperfeiçoamento da sua gestão e o aprimoramento do ensino ministrado em suas organizações.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O presente Programa segue o alinhamento estratégico estabelecido pelo Plano Setorial do Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) (2017 a 2020), bem como das Diretrizes de Comando do Diretor-Geral do DEPENS.

1.1 FINALIDADE

Divulgar as orientações do Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica e estabelecer as atividades e tarefas que cabem ao DEPENS, para o ano de 2017.

1.2 CONCEITUAÇÃO

Os conceitos dos termos e expressões contidos nesta publicação constam no MCA 10-3 “Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica”, de 22 de abril de 2003, e no MCA 10-4 “Glossário da Aeronáutica”, de 30 de janeiro de 2001.

1.2.1 PLANO SETORIAL (PLANSET)

Plano quadrienal, revisado anualmente pelo DEPENS, com base no Plano de Direção-Geral (PDG), que detalha sua respectiva atribuição, incluindo suas Organizações Militares (OM) subordinadas.

1.2.2 PROGRAMA DE TRABALHO ANUAL (PTA)

Documento decorrente do alinhamento estratégico da Aeronáutica, no qual são definidas as metas e tarefas a serem cumpridas por uma Organização Militar, no período de um exercício financeiro, abrangendo os projetos e atividades necessários ao cumprimento de sua missão.

1.3 COMPETÊNCIA

1.3.1 Compete ao DEPENS, por intermédio da Coordenadoria de Planejamento e Gestão Institucionais (CPGI), elaborar, estruturar e produzir o Programa de Trabalho Anual (PTA).

1.3.2 Compete ao Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica, aprovar o PTA do DEPENS.

1.4 ÂMBITO

Este Programa aplica-se a todos os setores da estrutura organizacional do Quartel-General do Departamento de Ensino da Aeronáutica.

2 DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

2.1 MISSÃO

O Departamento de Ensino da Aeronáutica é o Órgão de Direção Setorial (ODS) do Comando da Aeronáutica (COMAER) que tem por missão, planejar, gerenciar e controlar as atividades de ensino, relativas à formação e à pós-formação do pessoal, a fim de preparar recursos humanos que atendam às necessidades da Força.

2.2 COMPETÊNCIAS

Ao DEPENDS, conforme Regulamento aprovado, compete:

- a) planejar, orientar, coordenar e avaliar os estudos, pesquisas e projetos na área de ensino da Aeronáutica;
- b) orientar, coordenar e controlar as organizações subordinadas;
- c) expedir diretrizes, normas, critérios, planos e demais disposições orientadoras de cursos, exames de admissão e de seleção, estágios, exames de suficiência, currículos e demais atividades;
- d) realizar pesquisa sistemática com vistas ao estabelecimento de padrões desejáveis ao desempenho ocupacional, objetivando a efetividade do ensino e a formação de recursos humanos que atendam às necessidades do COMAER; e
- e) intermediar a ligação com organizações congêneres, externas ao COMAER, nos assuntos de sua competência.

2.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Conforme RICA em vigor.

2.4 VISÃO

“Ser reconhecido pelo público interno e externo, pela excelência na gestão da capacitação de recursos humanos, pelo uso e aplicação de modernas práticas de ensino e pela qualidade do corpo docente e infraestrutura de ponta, consolidando-se como área estratégica do COMAER”.

2.5 VALORES

O DEPENDS leva em consideração todos os valores intrínsecos à vida militar, destacando-se como imprescindíveis os cinco valores do COMAER listados no PCA 11-45 (Concepção Estratégica Força Aérea 100), quais sejam: Disciplina, Patriotismo, Integridade, Comprometimento e Profissionalismo.

3 DIRETRIZES SUPERIORES

Este plano atende às diretrizes contidas nos seguintes documentos:

- a) DCA 11-53/2016 – Diretriz para Reestruturação da Força Aérea Brasileira;
- b) DCA 11-45/2016 - Concepção Estratégica Força Aérea 100;
- c) PCA 11-47/2016 - Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2016 - 2041 e seus Planos Complementares;
- d) PCA 11-34/2017 - Plano Setorial do DEPENS 2017 - 2020; e
- e) PCA 37-11/2015 - Plano de Modernização do Ensino na Aeronáutica.

3.1 EMANADAS DO DIRETOR-GERAL DO DEPENS

A finalidade dessas Diretrizes é permitir que o Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica, de maneira clara, possa externar o seu ponto de vista sobre diversos temas e o que espera de cada um dos militares e civis sob seu comando, formando uma linha mestra de conduta que todos devem seguir no cumprimento deste Programa.

3.1.1 GERAIS

Observando os objetivos estabelecidos no Plano Setorial do DEPENS, torna-se essencial cada setor adotar a sua estratégia de gestão, de maneira a atender aos anseios da Instituição e cumprir na íntegra a nossa missão. Assim, todos os gestores deverão observar os seguintes aspectos:

3.1.1.1 GESTÃO

- a) validar a nova Estrutura Básica Funcional do Ensino prevista na NSCA 37-4/2016, implementando-a conforme previsto no PCA 37-13/2016;
- b) responsabilizar-se pelo planejamento, gestão e monitoramento da execução deste PTA, coordenando e supervisionando seus subordinados;
- c) persistir na execução do planejamento estabelecido, independente da eventual movimentação dos gestores envolvidos;
- d) persistir na execução dos projetos e atividades priorizados, não permitindo alterações em seu processo de execução física e/ou financeira, exceto as de caráter emergencial, cujo gerente designado deverá manter atualizadas todas as informações pertinentes em função das correções que eventualmente possam ser efetivadas, em decorrência dos processos de avaliações e/ou controle que devem ser realizados permanentemente;
- e) observar o controle contínuo dos gastos, buscando ser criterioso na aplicação dos recursos da Administração;
- f) realizar a execução orçamentária financeira e patrimonial em consonância com a legislação e regulamentação existentes sobre o tema, a fim de:
 - garantir a integridade do patrimônio público;
 - agir em conformidade com os princípios legais estabelecidos;
 - aplicar corretamente os recursos, garantindo que os mesmos se traduzam efetivamente em bens e serviços públicos para os quais foram destinados;
 - fortalecer a gestão pública, contribuindo para evitar erros, fraudes e desperdícios; e

- conduzir a gestão administrativa com base nos Princípios da Impessoalidade, Legalidade, da Economicidade e da Legitimidade;
- g) buscar reduzir o número de pedidos individuais de aquisição e contratação endereçados à administração, planejando adequadamente suas demandas, contribuindo para a diminuição do trâmite de documentos e facilitando o atendimento das necessidades de materiais e serviços por parte daqueles agentes;
- h) exigir a efetiva aplicação dos preceitos básicos da hierarquia, da disciplina e da ética em todos os níveis;
- i) promover a participação do seu efetivo nas atividades e palestras do programa de formação de valores;
- j) perseguir a excelência nos serviços prestados;
- k) manter seus militares em atividades compatíveis com sua formação, buscando eliminar a condição de militares fora de função;
- l) buscar, continuamente, o reconhecimento do mérito e dos êxitos atingidos pelos subordinados, visando aloca-los em cargos que envolvam trabalhos de maior complexidade;
- m) utilizar critérios que destaquem os oficiais, os graduados e os praças que requeiram reengajamento, bem como restrinjam a permanência daqueles que não atingirem as competências necessárias;
- n) utilizar uma política de capacitação dos recursos humanos, de forma a adequá-los às reais necessidades da Instituição;
- o) garantir que as movimentações por interesse particular ou de serviço só se façam quando coadunarem com os interesses da administração;
- p) dar especial atenção às condições de trabalho dos recursos humanos, buscando criar um ambiente harmonioso;
- q) observar as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial à NR-5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, tendo como objetivo a identificação dos riscos presentes nos ambientes, nas condições de trabalho e na organização das tarefas, bem como a emissão e o acompanhamento das devidas ações corretivas, com vistas ao aprimoramento permanente da qualidade de vida e da segurança no trabalho;
- r) manter a segurança orgânica das instalações e equipamentos do seu setor;
- s) aplicar, na sua plenitude, sistemas de Tecnologia da Informação, buscando-se substituir o homem por instrumentos computacionais, visando reduzir a quantidade de recursos humanos e também sistematizar e agilizar os processos no âmbito do DEPENDS. Esses sistemas devem funcionar como ferramentas de planejamento, controle e execução;
- t) adequar os planejamentos para aquisição de bens e serviços e todos os projetos que envolvam a TI às legislações internas e externas, bem como às melhores práticas norteando sua execução;
- u) submeter à Assessoria de Tecnologia Educacional as iniciativas de soluções de TI em apoio à gestão do ensino, aos processos de admissão e seleção e ao gerenciamento de projetos;
- v) promover o uso de softwares livres, em todos os níveis sob sua administração;
- w) considerar as ações de Comunicação Social como estratégicas no trato dos assuntos que requeiram alta velocidade de difusão e abrangência da

informação;

- x) buscar, em todos os locais de trabalho, a cortesia, a educação e o bom atendimento ao público civil e militar, da ativa e da reserva, os quais se devem constituir em preocupação, a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados;
- y) difundir assuntos de interesse da Defesa Nacional mormente os relacionados à Aeronáutica no seu meio;
- z) colaborar para a difusão da excelência do ensino na Aeronáutica;
- aa) buscar a troca de informações com os demais Órgãos de Direção Setorial, aperfeiçoando, dessa forma, os processos administrativos;
- bb) integrar o apoio técnico, logístico e operacional entre as diversas organizações da estrutura do COMAER; e
- cc) acompanhar sistematicamente a execução local dos programas de sustentabilidade ambiental praticados.

3.1.1.2 AVALIAÇÃO

- a) ampliar o emprego de indicadores, instrumentos de gestão essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação de processos, projetos e atividades da organização;
- b) tomar como base os indicadores físicos e financeiros de execução previstos neste documento;
- c) utilizar a plataforma GPAer para o acompanhamento dos indicadores aferindo as tendências para possíveis correções de rumo;
- d) aferir as metas estipuladas, manter um permanente acompanhamento dos indicadores estabelecidos neste Programa de Trabalho;
- e) identificar problemas, falhas e erros que concorreram para desvios no planejado, com a finalidade de corrigi-los e de evitar sua reincidência;
- f) proporcionar informações gerenciais oportunas que permitam intervenções tempestivas nos processos;
- g) auxiliar, no que couber, na preparação do Relatório de Gestão do Departamento de Ensino;
- h) acompanhar permanentemente a evolução do cenário do ensino nacional de forma a antever condições favoráveis para a atualização das capacidades do SISTENS; e
- i) verificar se as políticas e as estratégias estão proporcionando os resultados esperados.

3.1.2 ESPECÍFICAS

3.1.2.1 Assessoria de Controle Interno (ACI)

- a) primar pelos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade, de acordo com a legislação específica, no que tange o assessoramento ao Diretor-Geral do DEPENS.

3.1.2.2 Assessoria de Recursos Humanos (ARH)

- a) fazer com que as movimentações por interesse particular ou de serviço atendam ao interesse da administração.

3.1.2.3 Assessoria de Segurança de Voo (ASV)

- a) promover a segurança de voo como o pilar que sustenta as atividades aéreas (AFA, CIAAR, EPCAR e EEAR).

3.1.2.4 Assessoria de Tecnologia Educacional (ATE)

- a) vincular estreitamente o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da OM aos objetivos setoriais listados no Plano Setorial do DEPENS; e
- b) promover soluções de TI em apoio à gestão do ensino, aos processos de admissão e seleção e ao gerenciamento de projetos.

3.1.2.5 Assessoria Jurídica (AJUR)

- a) considerar a evolução para a centralização das informações judiciais do DEPENS e de suas Organizações Subordinadas; e
- b) fornecer subsídios de conteúdo jurídico para as respostas do Diretor-Geral do DEPENS às consultas formuladas pelos diversos órgãos do Ministério Público e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

3.1.2.6 Coordenadoria de Planejamento e Gestão Institucionais (CPGI)

- a) adotar a Sistemática de Planejamento Institucional da Aeronáutica e seus instrumentos balizadores no encadeamento das ações necessárias para o cumprimento deste Programa;
- b) difundir e padronizar o uso da ferramenta GPAer no âmbito do DEPENS;
- c) aperfeiçoar os indicadores de gestão, com intuito de acompanhar, avaliar e apontar mudanças necessárias nas atividades em andamento;
- d) manter estreito controle sobre a quantidade de horas de voo disponíveis no SILOMS; e
- e) estabelecer critérios para a divisão dos recursos entre as Organizações subordinadas para custear missões com ajuda de custo, diárias e passagem aérea.

3.1.2.7 Secretaria Geral (SEC-G)

- a) promover a segurança orgânica das instalações do DEPENS;
- b) considerar a atividade de Comunicação Social como área estratégica nos assuntos que requeiram alta velocidade de difusão e abrangência da informação;
- c) acompanhar judiciosamente as despesas com diárias, passagens e ajudas de custo, necessárias à realização de missões fora de sede;
- d) utilizar, judiciosamente, os recursos orçamentários destinados à aquisição de materiais permanentes e de equipamentos;
- e) manter atualizado o plano de contra incêndio do Departamento, em consonância com as instruções específicas, a fim de prevenir sinistros e suas consequências; e
- f) promover ações efetivas de contenção de gastos com serviços públicos (água, energia elétrica e serviços de telefonia).

3.1.2.8 SUBDIRETORIA DE GESTÃO DO ENSINO

- a) acautelar que quaisquer propostas de alteração de currículo só devem ser feitas por motivo de realinhamento aos objetivos da Alta Administração;
- b) acompanhar permanentemente a evolução do cenário do ensino nacional de forma a antever condições favoráveis para a atualização das capacidades do SISTENS;
- c) promover a regulamentação da Lei do Ensino da Aeronáutica;
- d) incentivar a interação entre as Organizações de Ensino Subordinadas ao

- DEPENS com Instituições de Ensino militares e civis, visando uma relação harmônica e cooperativa na busca de parcerias de mútuo benefício;
- e) incentivar a interação do ensino militar entre as Forças Armadas;
 - f) promover a interação constante do DEPENS, as Organizações de Ensino, IPA, DIRSA, CDA, SERENS e demais organizações envolvidas nos Exames de Admissão e Seleção realizados pelo DEPENS, para aprimorar processos e minimizar óbices;
 - g) acautelar para que ocorra o deslocamento do pessoal estritamente necessário na aplicação dos exames de admissão, bem como o emprego do número mínimo suficiente de dias de deslocamento para o correto cumprimento da tarefa;
 - h) incentivar a utilização de bancas examinadoras com pessoal da mesma localidade da Escola, ou do curso de graduação/pós-graduação, visando à racionalização dos recursos com diárias e passagens aéreas, evitando-se gastos com deslocamentos;
 - i) buscar a equivalência de cursos ministrados nos sistemas de ensino civil com o ministrado no âmbito da Aeronáutica, no que for aplicável, resguardadas as respectivas legislações de ensino;
 - j) incentivar a utilização de instrutores da mesma localidade da Escola naquelas matérias onde se faz possível, visando à racionalização dos recursos com diárias e passagens aéreas, evitando-se gastos com deslocamentos;
 - k) incentivar a realização de arbitragens de competições internas das Escolas por pessoal da mesma localidade da Escola, visando à racionalização dos recursos com diárias e passagens aéreas, evitando-se gastos com deslocamentos; e
 - l) orientar a elaboração dos calendários escolares com previsões de atividades alternativas para o caso do cancelamento de viagens programadas.

3.1.2.9 SUBDIRETORIA TÉCNICA DE PROCESSOS

- a) avaliar a evolução para a gestão centralizada dos Exames de Admissão e de Seleção;
- b) priorizar a Avaliação Institucional tendo como objetivo alavancar o Plano de Modernização de Ensino da Aeronáutica;
- c) promover os trabalhos de pesquisa para o desenvolvimento do Ensino na Aeronáutica; e
- d) ampliar difusão das boas práticas do ensino para todos o SISTENS por intermédio do Conselho Gestor de Ensino.

4 METAS E TAREFAS

Para efeito deste Programa de Trabalho Anual, foram adotadas as seguintes codificações:

SETOR	SIGLA	CÓDIGO DAS TAREFAS (*)
Assessoria de Controle Interno	ACI	17ACI001
Assessoria de Ensino Assistencial	AEA	17AEA001
Assessoria de Recursos Humanos	ARH	17ARH001
Assessoria de Segurança de Voo	ASV	17ASV001
Assessoria de Tecnologia Educacional	ATE	17ATE001
Assessoria Jurídica	AJUR	17AJUR001
Coordenadoria de Planejamento e Gestão Institucionais	CPGI	17CPGI001
Secretaria Geral	SEC	17SEC001
Subdiretoria de Gestão do Ensino	SDGE	17SDGE001
Subdiretoria Técnica de Processos	SDTP	17SDTP001

Obs: (*) O código mencionado refere-se à 1ª tarefa do respectivo setor (sequencial 001).

4.1 METAS/TAREFAS DECORRENTES DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Não há.

4.2 METAS/TAREFAS DECORRENTES DO PLANO SETORIAL**Projeto: Modernização Gerencial****Atividade: Adotar uma estrutura básica funcional de ensino**

META	<u>INDICADOR</u>	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Adoção de estrutura básica funcional de ensino até maio de 2017.	Fatores de Planejamento para adoção da estrutura básica (FP_EBF) concluídos / Total de FP_EBF previstos na PCA 37-11 (x 100)	17SDGE001	Reestruturar o QG do DEPENDS	12/04/17
		17SDGE002	Reestruturar as OE subordinadas	31/05/17

Projeto: Modernização Gerencial**Atividade: Gerir o Ensino por Processos**

META	<u>INDICADOR</u>	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Condução da Gestão do Ensino baseado por Processos implementado até dezembro de 2018.	Fatores de Planejamento para gestão por processos (FP_GPC) concluídos	17SDTP001	Mapear os processos do DEPENS e OE subordinadas	28/07/17
	/	17SDTP002	Implantar melhorias	28/07/17
	Total de FP_GPC previstos na PCA 37-11 (x 100)	17SDGE003	Divulgação dos Processos Seletivos	14/12/18

Projeto: Modernização Gerencial**Atividade: Integração e automatização gerencial do ensino**

META	<u>INDICADOR</u>	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Integração e automatização gerencial implantados até dezembro 2019.	Fatores de Planejamento para Integração e automação gerencial (FP_IAG) concluídos/ Total de FP_IAG previstos	17ATE001	Implantar ferramentas de gerenciamento	30/12/19

	na PCA 37-11 (x 100)			
--	----------------------	--	--	--

Projeto: Modernização Gerencial**Atividade: Análise organizacional do ensino das Escolas**

META	<u>INDICADOR</u>	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Análise organizacional do ensino das Escolas implementada até maio de 2017.	Fatores de Planejamento para análise organizacional do ensino das escolas (FP_AEE) concluídos/ Total de FP_AEE previstos na PCA 37-11 (x100)	17SDGE004	Ensinar com foco na formação finalística e de Apoio	30/05/17

Projeto: Modernização Gerencial**Atividade: Gestão do Conhecimento e Gestão da Competência**

META	<u>INDICADOR</u>	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Gestão do Conhecimento e Gestão da Competência implantada até dezembro de 2018.	Fatores de Planejamento para gestão do conhecimento e competência (FP_GCC) concluídos/ Total de FP_GCC previstos na PCA 37-11 (x 100)	17SDGE005	Especializar Recursos Humanos para área do ensino	30/11/17
		17SDGE006	Capacitar o Gestor para o Ensino	30/07/17
		17SDGE007	Gestão do Conhecimento e Gestão da Competência	30/11/17
		17SDGE008	Adequação de requisitos mínimos de candidatos ao processo seletivo	15/12/18

Projeto: Modernização Pedagógica**Atividade: Normativos de alto nível**

META	INDICADOR	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Elaboração de Normativos de alto nível concluídas até maio de 2018.	Fatores de Planejamento para elaboração de Normativos de alto nível (FP_ENA) concluídos / Total de FP_ENA previstos na PCA 37-11 (x 100)	17SDTP003	Elaborar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	30/07/17
		17SDTP004	Elaborar a Diretriz de implantação do Projeto Pedagógico (PP)	30/07/17
		17SDTP005	Elaborar a Diretriz para implantação do currículo por competências	30/11/17
		17SDTP006	Mapear os currículos para estabelecer o ensino continuado.	30/05/18

Projeto: Modernização Pedagógica**Atividade: Organização do Ensino à Distância (EAD)**

META	INDICADOR	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Ensino à Distância organizado até março de 2018.	Fatores de Planejamento para ensino à distância (FP_EAD)concluídos/ Total de FP_EAD previstos na PCA 37-11 (x 100)	17SDGE009	Expandir o Ensino à Distância para o COMAER	01/03/18

Projeto: Modernização Pedagógica**Atividade: Pós-Formação**

META	<u>INDICADOR</u>	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Pós-Formação reestruturada até setembro de 2018.	Fatores de Planejamento para pós- formação reestruturada (FP_PFR) concluídos/ Total de FP_PFR previstos na PCA 37-11 (x 100)	17SDGE010	Estipular novos critérios para o PLAMENS Brasil e Exterior	15/12/17
		17SDGE011	Adequar o PLAMTAX no contexto da capacitação operacional	20/09/18

Projeto: Modernização Pedagógica**Atividade: Avaliação Institucional (AI)**

META	<u>INDICADOR</u>	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Avaliação Institucional implementada até julho de 2018.	Fatores de Planejamento para implementação da avaliação institucional (FP_IAI) concluídos / Total de FP_IAI previstos na PCA 37-11 (x 100)	17SDTP007	Planejar a Avaliação Institucional	30/04/17
		17SDTP008	Executar a Avaliação Institucional	30/05/18
		17SDTP009	Analisar os dados da Avaliação Institucional	30/07/18

Projeto: Modernização da Infraestrutura**Atividade: Práticas técnico-especializadas devido a novos projetos**

META	<u>INDICADOR</u>	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Suporte às praticas técnico-especializadas a novos projetos até julho de 2019.	Fatores de Planejamento para suporte às práticas especializadas a novos projetos (FP_PTP) concluídos / Total de FP_PTP previstos na PCA 37-11 (x 100)	17SDGE012	Adequar as tecnologias e infraestrutura especializadas da EEAR	30/07/19
		17SDGE013	Adequar os laboratórios de idiomas da EPCAR e AFA	30/04/17

Projeto: Modernização da Infraestrutura**Atividade: Plano de utilização do novo CIAAR**

META	INDICADOR	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Ocupação e distribuição das novas instalações até dezembro 2018.	Fatores de Planejamento para utilização do novo CIAAR (FP_CIA) concluídos/ Total de FP_CIA previstos na PCA 37-11 (x 100)	17SDGE014	Aprovar o Plano Interno de Desmobilização e Mobilização do CIAAR	30/03/17
		17SDGE015	Aprovar o Plano de apoio de TI e mobiliário	30/03/17
		17SDGE016	Aprovar o Plano de otimização do uso da infraestrutura do Novo CIAAR	30/03/17

4.3 METAS/TAREFAS DECORRENTES DE ORDEM SUPERIOR OU SISTÊMICA

Não há.

4.4 METAS/TAREFAS PRÓPRIAS

Atividade: Gerenciar a capacitação de recursos humanos das Organizações Militares do DEPENS

META	INDICADOR	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Analisar 100% das indicações recebidas para os cursos PLAMENS-BR, até dez 2017.	(Nº de indicações analisadas/ Nº de indicações recebidas) x 100	17SDGE017	Processar a Ficha de Proposta de Missão (FPM).	dez. 2017
		17SDGE018	Processar o Relatório Parcial de Missão (RPM).	trimestral
		17SDGE019	Processar o Relatório Final de Missão (RFM).	90 dias após o término da missão
Analisar 100% das indicações recebidas para os cursos PLAMENS-EXT, até dez. 2017.	(Nº de indicações analisadas/ Nº de indicações recebidas) x 100	17SDGE020	Processar a Ficha de Proposta de Missão (FPM).	dez. 2017
		17SDGE021	Processar o Relatório Parcial de Missão (RPM).	trimestral
		17SDGE022	Processar o Relatório Final de Missão (RFM).	90 dias após o término da missão
Analisar 100% das indicações recebidas para as missões PLAMTAX, até dez. 2017.	(Nº de indicações analisadas/ Nº de indicações recebidas) x 100	17SDGE023	Processar a Ficha de Proposta de Missão (FPM).	dez. 2017
		17SDGE024	Processar o Relatório Final de Missão (RFM).	90 dias após a missão

Atividade: Gerenciar os recursos orçamentários no DEPENS.

META	<u>INDICADOR</u>	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Processar 100% das solicitações de crédito.	(Solicitações processadas / total de solicitações) x 100	17CPGI001	Gerenciar, junto às Organizações Subordinadas, SEFA e EMAER, a fim de que sejam atendidas a maior parte das solicitações de créditos dentro da área do DEPENS e que, dos recursos a serem descentralizados, sejam contempladas as prioridades.	dez. 2017
Acompanhar 100% da aplicação dos créditos.	(créditos aplicados / Total de créditos) x 100	17CPGI002	Acompanhar sistematicamente, por meio do SIAFI, a aplicação dos créditos à disposição da Organizações Subordinadas com a finalidade da melhor aplicação dos recursos e a máxima utilização dos mesmos, adotando medidas corretivas.	dez. 2017

Atividade: Gerenciar o planejamento do DEPENS.

META	INDICADOR	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Adequar 100% dos planos organizacionais para o ano de 2017, do DEPENS e OE subordinadas, às novas diretrizes do EMAER, até jul. 2017.	(N° de documentos revisados / total de documentos) x 100	17CPGI003	Realizar reunião de instrução às OM subordinadas.	jun. 2017
		17CPGI004	Realizar reunião de instrução ao QG do DEPENS.	jul. 2017
Revisar 100% dos planos organizacionais para o ano de 2018, do DEPENS e OE subordinadas, até dez. 2017.	(N° de documentos revisados / total de documentos) x 100	17CPGI005	Revisar o PLANSET do DEPENS.	10 nov. 2017
		17CPGI006	Revisar os PTA das OE subordinadas.	09 dez. 2017

Atividade: Manter o suporte administrativo às atividades do Comando do DEPENS

META	<u>INDICADOR</u>	CÓDIGO DA TAREFA	TAREFA	PRAZO DA TAREFA
Processar 100% das solicitações de missões de PMP requeridas para o DEPENS, até dez. 2017.	Taxa de Esforço Aéreo (TEA), medida pela relação percentual entre o esforço aéreo voado (HV) e o esforço aéreo solicitado (HS). TEA = HV / HS	17CPGI007	Processar junto ao COMGAR os pedidos de PMP do DEPENS	dez. 2017
		17CPGI008	Encaminhar as solicitações de missões para o PMP até 45 dias antes do início do mês da data de cada missão proposta.	até 45 dias antes do início do mês
Prover o pagamento das diárias previstas		17SEC001	Encaminhar PAM/S/PPS ao GAP-BR.	jun. 2017

em lei para 100% das viagens fora de sede, demandadas, programadas e eventuais, até dez. 2017.	Taxa de Atendimento de Missões Demandadas (TAMD), medida pela relação percentual entre a quantidade de Missões Atendidas (MA) e a quantidade de Missões Demandadas (MD) TAMD = MA / MD	17SEC002	Controlar o pagamento das diárias de civis e militares do DEPENS.	dez. 2017
Repor 100% do valor dos níveis de estoque de material de consumo, até dez. 2017.	Taxa de Reposição dos Níveis de Estoque (TRNE), medida pela relação percentual entre o valor dos materiais de Estoque Adquiridos (EA) e valor dos materiais de Estoque Consumidos (EC). TRNE = EA / EC	17SEC003	Adquirir material de expediente.	jun. 2017
		17SEC004	Encaminhar PAM/PPS ao GAP-BR.	dez. 2017
		17SEC005	Adquirir uniformes para os motoristas e efetivo da Copa.	jun. 2017
		17SEC006	Adquirir material de uso permanente e de uso duradouro para o DEPENS.	dez. 2017
		17SEC007	Adquirir material para manutenção das instalações.	jun. 2017
Prover 100% das passagens aéreas	Taxa de Fornecimento	17SEC008	Encaminhar PAM/S/PPS ao GAP-BR.	jun. 2017

demandadas para os servidores em missões a serviço fora de sede, até dez. 2017.	de Passagens Aéreas para as missões demandadas (TFPA), medida pela relação percentual entre a quantidade de Missões Executadas (ME) e a quantidade de Missões Demandadas (MD), ambas com fornecimento de passagem aérea. TFPA = ME / MD	17SEC009	Controlar e autorizar os pedidos de aquisição de Passagens aéreas do DEPENS.	dez. 2017
Executar, nos prazos definidos na legislação vigente, 100% dos atos administrativos relativos aos militares da OM, bem como controlar o efetivo	Taxa de Conformidade de Atos Administrativos (TCAA), medida pela	17SEC010	Elaborar o Plano de Férias da OM.	out. 2017
		17SEC011	Elaborar o Plano de LESP da OM.	jun. dez. 2017
		17SEC012	Elaborar o Plano de Movimentação da OM.	maio 2017

<p>militar do DEPENS por meio do Plano de Férias, Plano de LESP, Plano de Movimentação e Plano de Avaliação.</p>	<p>relação percentual entre a quantidade de Atos Administrativos Concluídos (AAC) e a quantidade de Atos Administrativos Demandados (AAD). TCAA = AAR / AAD</p>	17SEC013	Elaborar o Plano de Avaliação de Oficiais e Graduados da OM.	maio 2017
<p>Atender 100% da demanda de militares para as diversas escalas de serviço e representação, como Serviço no GAP-BR, representação, comissões de prova, de recebimento de material, de funeral, até dez. 2017.</p>	<p>Taxa de Conformidade de Escalas (TCE), medida pela relação percentual entre a quantidade de Militares Escalados (ME) e a quantidade de Militares Demandados pelas Escalas (MD). TCE = ME / MD</p>	17SEC014	Consultar a disponibilidade dos militares.	dez. 2017
		17SEC015	Elaborar documento ao GAP-BR informando a disponibilidade.	dez. 2017
		17SEC016	Coordenar as diversas escalas de representação da OM.	dez. 2017
		17SEC017	Compor, “brifar” e publicar os componentes da Comissão de Funeral anual.	mar. 2017
<p>Aplicar o TACF a 100% dos militares do efetivo, dentro dos prazos definidos pela CDA, até dez. 2017.</p>	<p>Taxa de Aplicação do TACF (TATACF), medida</p>	17SEC018	Preparar e coordenar a instrução militar ao efetivo.	dez. 2017
		17SEC019	Coordenar a aplicação do TACF ao efetivo da OM.	abril/out. 2017

	pela relação percentual entre a quantidade de Aplicações do TACF realizadas (AR) e a quantidade de Militares do Efetivo (ME). TATACF= AR / ME	17SEC020	Preparar a documentação a ser publicada em boletim Interno e remetida à CDA.	nov. 2017
Receber e expedir 100% da documentação, no prazo de 24 horas, até dez. 2017.	Taxa de Tramitação Documental (TTD), medida pela relação percentual entre a quantidade de Documentos Tramitados Dentro do Prazo (DTDP) e a quantidade de Documentos Tramitados (DT). TTD = DTDP / DT	17SEC021	Controlar a tramitação documental da OM.	dez. 2017
		17SEC022	Receber e expedir os documentos da OM.	dez. 2017
		17SEC023	Executar o serviço de malote diário.	dez. 2017
		17SEC024	Gerenciar o ciclo de vida documental em todas as fases: corrente, intermediária e permanente.	dez. 2017
Concluir 100% dos processos relacionados a Porte de Arma, Punições	Taxa de Processos Concluídos (TPC),	17SEC025	Orientar e encaminhar os processos de aquisição e de renovação de Porte de Arma.	dez. 2017

Disciplinares, Sindicâncias, Inquéritos Policiais Militares e de natureza policial, envolvendo militares do efetivo do DEPENDS, até 30 dez. 2017.	medida pela relação percentual entre e a quantidade de Processos Concluídos (PC) e a quantidade de Processos Abertos (PA) no ano. TPC = PC / PA	17SEC026	Realizar os processos de transgressões disciplinares, desde a abertura da FATD até a publicação do resultado em BI.	dez. 2017
		17SEC027	Coordenar a execução e assessorar o Comandante nos assuntos relacionados a Punições Disciplinares, Sindicâncias, Inquéritos Policiais Militares e de natureza policial, envolvendo militares do efetivo do DEPENDS.	dez. 2017

5 COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA**5.1 DIÁRIAS - CIVIL - ND 3390.14 - AÇÃO 2000**

CÓDIGO	PERÍODO	TAREFA	TOTAL ANO (R\$)
17SEC028	ANUAL	Executar o pagamento das diárias dos civis do DEPENDS	4.000,00

5.2 DIÁRIAS - MILITAR - ND 3390.15 - AÇÃO 2000

CÓDIGO	PERÍODO	TAREFA	TOTAL ANO (R\$)
17SEC029	ANUAL	Executar o pagamento das diárias dos militares do DEPENDS.	116.000,00

5.3 MATERIAL DE CONSUMO - ND 3390.30 - AÇÃO 2000

CÓDIGO	PERÍODO	TAREFA	TOTAL ANO (R\$)
17SEC030	ANUAL	Adquirir material de expediente.	10.000,00
17SEC031	ANUAL	Adquirir material de informática.	15.000,00
17SEC032	ANUAL	Adquirir material de copa.	2.500,00
17SEC034	ANUAL	Adquirir material elétrico.	2.500,00

5.4 PASSAGENS E LOCOMOÇÃO - ND 3390.33 - AÇÃO 2000

CÓDIGO	PERÍODO	TAREFA	TOTAL ANO (R\$)
17SEC035	ANUAL	Efetuar a aquisição de passagens aéreas do DEPENDS.	120.000,00

5.5 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - ND 3390.39 - AÇÃO 2000

CÓDIGO	PERÍODO	TAREFA	TOTAL ANO (R\$)
17SEC036	ANUAL	Contratar Serviço de Adequação das instalações do DEPENS, incluindo instalação e remoção de divisórias, rede eltr/ tel/ ift.	60.000,00
17SEC037	ANUAL	Contratar serviço de confecção de carimbos.	2.500,00
17SEC038	ANUAL	Efetuar a manutenção dos filtros purificadores de água.	300,00
17SEC039	ANUAL	Efetuar a Manutenção dos aparelhos de ar condicionado.	5.000,00
17SEC040	ANUAL	Contratar Serviço de Manutenção e Troca de Persianas.	2.500,00
17SEC041	ANUAL	Contratar Serviço de Manutenção de copiadoras	22.000,00
17SEC042	ANUAL	Contratar Serviço de Manutenção da Viatura do DEPENS	4.000,00
17SEC043	ANUAL	Contratar Serviço de Correios.	15.000,00
17SEC044	ANUAL	Contratar Serviço de Manutenção e Higienização dos Dutos do Sistema de Ar Condicionado Central.	10.000,00
17SEC045	ANUAL	Contratar Serviço da Imprensa Nacional – Publicação de Editais	10.000,00
17SEC046	ANUAL	Contratar Serviço de Confecção e Manutenção de Moveis em Geral.	5.000,00
17SEC047	ANUAL	Contratar Confecção de Material Personalizado.	10.000,00
17SEC048	ANUAL	Contratar Serviço de Aluguel de Impressoras e Copiadoras.	22.170,00

CÓDIGO	PERÍODO	TAREFA	TOTAL ANO (R\$)
17SEC049	ANUAL	Contratar Serviços Gráficos.	15.000,00
17SEC050	ANUAL	Contratar Serviço de Chaveiro.	3.000,00
17SEC051	ANUAL	Contratar Serviço de Manutenção Hidráulica e Elétrica.	15.000,00
17SEC052	ANUAL	Contratar Serviço de Reforma dos Banheiros.	15.000,00
17SEC053	ANUAL	Contratar Serviço de Pintura de Paredes e Divisórias.	5.000,00
17SEC054	ANUAL	Contratar Outros Serviços de Suporte Administrativo.	3.000,00
17SEC055	ANUAL	Contratar Outros Serviços de Manutenção.	3.000,00

5.6 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - ND 4490.52 - AÇÃO 2000

CÓDIGO	PERÍODO	TAREFA	TOTAL ANO (R\$)
17SEC056	ANUAL	Cadeira tipo espaldar com rodízio	6.600,00
17SEC057	ANUAL	Eletrodomésticos para atender COPA	3.860,00
17SEC058	ANUAL	Móveis de escritório	15.500,00
17SEC059	ANUAL	Carro tipo plataforma para transporte de material	9.800,00
17SEC059	ANUAL	Rádio tipo comunicador	2.400,00
17SEC060	ANUAL	GPS automotivo	600,00
17SEC061	ANUAL	Kit som ambiente	1.000,00
17SEC062	ANUAL	Equipamento para rede sem fio	1.600,00
17SEC063	ANUAL	Armário/Arquivo deslizante (Almoxarifado)	50.000,00

5.7 OBRAS E INSTALAÇÕES - ND 4590.51 - AÇÃO 2000

CÓDIGO	PERÍODO	TAREFA	TOTAL ANO (R\$)
---	---	Não Há.	---

6 CALENDÁRIO ADMINISTRATIVO

6.1 SUBDIRETORIA DE GESTÃO DO ENSINO

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	Emissão das respectivas Ordens de Matrícula do Curso de Engenharia do ITA/IME	Anual	10/01/17	SDGE	ITA/IME	Port. Nº 980/GC3	-	-	-	-
2	Consolidação dos custos estimados do PLAMENS EXT/BR. Incluir na proposta orçamentária do DEPENS e remetê-la ao EMAER.	Anual	15/01/17	SDGE	EMAER	ICA 37-109/2001; ICA 37-3/2002	-	-	-	-
3	Emissão do parecer quanto aos resultados dos TACF realizados pelos alunos/estagiários dos diferentes cursos/estágios e OE.	Anual	29/01/17	SDGE	OM/OE	ICA 37-11	-	-	-	-
4	Divulgação do calendário de palestras referentes ao Programa de Formação de Valores (PFV), para o ano corrente.	Anual	29/01/17	SDGE	DEPENS	-	-	-	-	-
5	Implantação do MJT na EPCAR e AFA (FASE 1) - Elementos norteadores dispostos pela UNESP	Anual	Fev	SDGE	DEPENS	-	2.800,00	1.938,25	-	4.738,25
6	Publicação da Ordem de Matrícula e designação de OMAP do CAS no BCA.	Anual	19/02/17	SDGE	-	ICA 37-612/2014	-	-	-	-
7	Visita Técnica Doutrinária (EXEC CFOE)	Anual	Mar	SDGE	-	-	800,00	1.821,70	-	2.621,70
8	Publicação da cogitação do CAS (ano A + 1) no BCA.	Anual	21/03/17	SDGE	-	ICA 37-612/2014	-	-	-	-
9	Solicitação dos cursos realizados na Marinha, Exército e outras Forças (ano A - 1) PLAMENS BR.	Anual	28/03/17	SDGE	EMAER	ICA 37-109/2001	-	-	-	-
10	3ª reunião Programas de Pós Graduação das FFAA e ESG (ESG)	Anual	29/03/17	SDGE	-	-	1.400,00	993,70	-	2.393,70
SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL

11	Publicação da cogitação do CAEM e do CCEM-P/SP (ano A + 1) no BCA.	Anual	31/03/17	SDGE	-	ICA 37-305/2009	-	-	-	-
12	Elaboração do caderno de missões de ensino no exterior para estabelecimento de prioridades (ano A - 1).	Anual	31/03/17	SDGE	EMAER	ICA 37-3/2002	-	-	-	-
13	Visita Técnica / Pedagógica EPCAR	Anual	Abr	SDGE	-	-	3.000,00	2.860,00	-	5.860,00
14	Visita Técnica / Pedagógica DCTA	Anual	Abr	SDGE	-	-	3.000,00	3.814,00	-	6.814,00
15	Implantação do MJT na EPCAR e AFA (FASE 2) - brifim na Escola de como será a aplicação do projeto MJT (MCT)	Anual	Abr	SDGE	-	-	-	-	-	-
16	Implantação do Plano Didático Doutrinário (PDD) - FASE 1 - Elementos norteadores dispostos pela Cap Magalhães do EB no se que refere a um PDD, levando em consideração a Ped do Guerreiro. (IME)	Anual	Abr	SDGE	-	-	1.400,00	1.420,25	-	2.820,25
17	35ª Reunião Comitê Executivo de Interação de Ensino (ESG)	Anual	06/04/17	SDGE	-	-	2.100,00	1.490,55	-	3.590,55
18	Envio às OM dos Pedidos de Cooperação de Instrução - Interno (PCI-I), emanados pelas OE, referentes ao 2º semestre do ano corrente.	Semestral	15/04/17	SDGE	OM		-	-	-	-
19	Publicação da Ordem de Matrícula do CAP 2 no BCA.	Anual	19/04/17	SDGE	-	ICA 37-14/2014	-	-	-	-
20	Elaboração do caderno de missões de ensino no Brasil para estabelecimento de prioridades (ano A - 1).	Anual	30/04/17	SDGE	EMAER	ICA 37-109/2001	-	-	-	-
21	Visita Técnica / Pedagógica AFA	Anual	Mai	SDGE	-	-	3.000,00	2.860,00	-	5.860,00
22	Implantação do MJT (FASE 3) - aplicação dos dilemas “in loco” EPCAR	Anual	Mai	SDGE	-	-	1.600,00	1.161,25	-	2.761,25
23	Implantação do MJT (FASE 3) - aplicação dos dilemas “in loco” AFA	Anual	Mai	SDGE	-	-	-	1.161,25	-	1.161,25
24	Visita Técnica / Pedagógica UNIFA	Anual	Jun	SDGE	-	-	4.200,00	5.737,05	-	9.937,05
SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
25	Defesa de TTC (UFF)	Anual	Jun	SDGE	-	-	600,00	360,50	-	960,50
26	31ª Reunião da Comissão Permanente de Interação de Estudos Militares – CPIEM (ESG).	Anual	08/06/17	SDGE	-	-	2.100,00	1.490,55	-	3.590,55

27	Informação das vagas necessárias aos Cursos de Engenharia do ITA/IME.	Anual	10/06/17	SDGE	EMAER	Port. Nº 980/GC3	-	-	-	-
28	Publicação da Ordem de Matrícula e da Portaria de designação de OMAP do EAGTS/EAGST no BCA, derivadas das propostas enviadas pela EEAR.	Anual	14/06/17	SDGE	-	ICA 37-290/2009	-	-	-	-
29	Publicação da Cogitação do CAP 1 no BCA.	Anual	17/06/17	SDGE	-	ICA 37-14/2014	-	-	-	-
30	Avaliação das atividades realizadas no 1º semestre do ano corrente no campo doutrinário e determinação das novas linhas de ação.	Semestral	19/06/17	SDGE	OE		-	-	-	-
31	Publicação da Ordem de Matrícula do CAEM e do CCEM-P/SP no BCA.	Anual	30/06/17	SDGE	-	ICA 37-305/2009	-	-	-	-
32	Implantação do Plano Didático Doutrinário (PDD) - FASE 2 - Acertos finais do PDD levando em consideração a Ped do Guerreiro. (IME)	Anual	Jul	SDGE	-	-	1.400,00	1.420,25	-	2.820,25
33	Visita Técnica Doutrinária (EXEC 3) ou Exec 1 e 2 (AFA)/Experiência T 25/ T 27	Anual	Jul	SDGE	-	-	-	1.549,75	-	1.549,75
34	Análise do DEPENDS e indicação dos candidatos aos Cursos de Engenharia do ITA/IME, com parecer favorável, ao DCTA.	Anual	20/07/17	SDGE	-	Port. Nº 980/GC3	-	-	-	-
35	Visita Técnica / Pedagógica CIAAR	Anual	Ago	SDGE	-	-	3.000,00	3.337,00	-	6.337,00
36	VIII Encontro Pedagógico do Ensino Superior Militar – EPESM (AFA)	Anual	07/08/17	SDGE	-	-	1.200,00	2.326,75	-	3.526,75
37	XIV Congresso Acadêmico (AMAN)	Anual	07/08/17	SDGE	-	-	1.400,00	2.326,75	-	3.726,75
SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
38	Avaliação das informações contidas no Relatório de Atividades de Campanha executadas no 1º semestre do ano corrente.	Semestral	18/08/17	SDGE			-	-	-	-
39	Consolidação e validação dos Pedidos de Cooperação de Instrução (Externos) – PCI/PCE enviados pelas escolas e	Anual	18/08/17	SDGE			-	-	-	-

	posterior encaminhamento ao EMAER.									
40	Coordenação e acompanhamento do Exame de Seleção de Cadetes Estrangeiros.	Anual	31/08/17	SDGE	EMAER/ AFA		-	-	-	-
41	Coordenação e acompanhamento do Exame de Seleção de Cadetes Estrangeiros.	Anual	31/08/17	SDGE	EMAER/ AFA		-	-	-	-
42	Visita Técnica / Pedagógica EEAR	Anual	Set	SDGE	-	-	3.000,00	2.860,00	-	5.860,00
43	III Encontro Pedagógico do Ensino Técnico Militar – EPETM (EEAR)	Anual	11/09/17	SDGE	-	-	1.200,00	1.938,25	-	3.138,25
44	XI Encontro Pedagógico do Ensino Médio Militar – EPEMM (CN)	Anual	18/09/17	SDGE	-	-	1.400,00	1.938,25	-	3.338,25
45	Remessa da análise do DEPENDS e indicação dos candidatos com parecer favorável (CPG-ITA).	Anual	30/09/17	SDGE	DCTA	Port. Nº 268/GC3	-	-	-	-
46	Implantação do MJT na EPCAR e AFA (FASE 4) - Ajustes finais da 1ª avaliação do MJT nas Oes da FAB E discussão teórica dos resultados obtidos nas Escolas.	Anual	Out	SDGE	-	-	1.400,00	1.938,25	-	3.338,25
47	Visita Técnica Doutrinária (adaptação meio do ano) na EEAR	Anual	Out	SDGE	-	-	-	1.549,75	-	1.549,75
48	4ª Reunião Programas de Pós Graduação das FFAA E ESG (UNIFA)	Anual	04/10/17	SDGE	-	-	1.400,00	993,70	-	2.393,70
49	Envio de todas as FPM, PPR e PCMTAX para o ano seguinte.	Anual	15/10/17	SDGE	EMAER	-	-	-	-	-
50	36ª Reunião Comitê Executivo de Interação de Ensino (UNIFA).	Anual	19/10/17	SDGE	-	-	2.100,00	1.490,55	-	3.590,55
51	Publicação da Ordem de Matrícula do CAP 1(ano A + 1) no BCA.	Anual	25/10/17	SDGE	-	-	-	-	-	-
SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
52	Curso de Padronização de Instrutores de Doutrina Militar (CPIDM) NO CIAAR	Anual	Nov	SDGE	-	-	2.400,00	4.245,00	-	6.645,00
53	32ª Reunião da Comissão Permanente de Interação de Estudos Militares – CPIEM (UNIFA).	Anual	09/11/17	SDGE	-	-	2.100,00	1.490,55	-	3.590,55
54	Validação dos Pedidos de Cooperação de Instrução - Interno (PCI-I) emanados pelas OE para as atividades de Ensino dos Cursos e Estágios, referentes ao 1º semestre do ano subsequente.	Anual	14/11/17	SDGE	OE		-	-	-	-

55	Reenvio das FPM, PPR e PCMTAX com as alterações que atendam ao limite orçamentário estabelecido.	Anual	15/11/17	SDGE	EMAER	-	-	-	-	-
56	Publicação da cogitação do CAP 2 (A + 1) no BCA.	Anual	18/11/17	SDGE	-	-	-	-	-	-
57	Emissão de parecer sobre as atividades realizadas no campo doutrinário pelas OE e determinação das novas linhas de ação a serem desenvolvidas no âmbito das Escolas Subordinadas ao DEPENDS.	Semestral	18/11/17	SDGE	OE	-	-	-	-	-
58	Expedição da Portaria de designação (PPGAO).	Anual	21/11/17	SDGE	-	-	-	-	-	-
59	2º Seminário dos Cursos de Pós Graduação das FFAA (UNIFA)	Anual	28/11/17	SDGE	-	-	1.400,00	993,70	-	2.393,70
60	Expedição da Portaria de designação (CPG-ITA).	Anual	30/11/17	SDGE	-	-	-	-	-	-
61	Curso Básico de Direito Internacional dos Conflitos Armados (CIAAR)	Anual	Dez	SDGE	-	-	1.400,00	6.017,50	-	7.417,50
62	Avaliação das informações contidas no Relatório de Atividades de Campanha executadas no 2º semestre do ano anterior.	Semestral	21/12/17	SDGE	-	-	-	-	-	-
63	Informação das missões do PLAMTAX aprovadas para execução no ano vindouro.	Anual	27/12/17	SDGE	OE	-	-	-	-	-
64	Expedição de Portaria de designação dos candidatos selecionados para a matrícula no CEEAA, com publicação em BCA.	Anual	30/12/17	SDGE	-	-	-	-	-	-
SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
65	Informação, aos órgãos proponentes responsáveis, da relação das missões PLAMENS EXT/BR aprovadas.	Anual	31/12/17	SDGE	-	ICA 37-3/2002/ICA 37-109/2001	-	-	-	-
66	Recebimento do relatório das ações realizadas pelas OE durante o ano corrente, relacionadas ao Programa de Formação de Valores (PFV), com vistas ao planejamento de ações de melhoria.	Anual	30/12/17	SDGE	OE	-	-	-	-	-
67	Avaliação do planejamento anual de atividades doutrinárias para o ano subsequente.	Anual	31/12/17	SDGE	DEPENDS	-	-	-	-	-
68	Aprovação e publicação dos documentos de ensino (CM/PAVL/NOREG).	Anual	31/12/17	SDGE	DEPENDS	-	-	-	-	-

69	Participação das reuniões do “Security Assistance Management Review” – SAMR do Programa FMS do governo norte-americano.	Anual	ASD	SDGE	-	-	-	-	-	-
70	Controle do saldo do PLAMENS EXT/BR, confrontando-o com o relatório de despesa emitido quinzenalmente	Quinzenal	Até o dia 15	SDGE	-	-	-	-	-	-
71	Controle financeiro dos “CASES” de treinamento (USAF, ARMY e NAVY).	Mensal	-	SDGE	-	-	-	-	-	-
72	Visita técnica OMAP BAFZ / BANT	Anual	ASD	SDGE	DEPENS	-	3.600,00	2.610,10	-	6.260,10
73	Visita técnica OMAP BASM / CANOAS	Anual	ASD	SDGE	DEPENS	-	2.700,00	2.264,25	-	4.964,25
74	Visita técnica OMAP CINDACTA II / BACG	Anual	ASD	SDGE	DEPENS	-	2.700,00	2.528,15	-	5.228,15
75	Visita técnica OMAP MANAUS / BELÉM	Anual	ASD	SDGE	DEPENS	-	3.900,00	2.792,95	-	6.692,05
76	Visita técnica OMAP BAPV / BABV	Anual	ASD	SDGE	DEPENS	-	3.900,00	2.528,15	-	6.428,15
77	Visita técnica OMAP RECIFE / SALVADOR	Anual	ASD	SDGE	DEPENS	-	2.700,00	2.660,10	-	5.360,10
78	Visita Técnica Doutrinária (OP TESEU – AFA)	Anual	ASD	SDGE	DEPENS	-	-	1.549,75	-	1.549,75
							CUSTO TOTAL SDGE (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
							80.100,00	94.472,25	-	174.572,25

6.2 SUBDIRETORIA TÉCNICA DE PROCESSOS

SE Q	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	Delineamento Avaliação Institucional – 2º Semestre 2017	Semestral	Fev/Abr	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
2	Reunião de Nivelamento Conceitual da Avaliação Institucional com as OE subordinadas.(Videoconferência).	Anual	Fev	DEPEN S	OE	RICA 20-20	-	-	-	-
3	Reunião de abertura do projeto integração das bibliotecas subordinadas ao DEPENS com a adoção do software Sophia.	Anual	Fev	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
4	Instalação do Software Sophia	Anual	Fev	DEPEN	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-

				S						
5	Reunião para validação dos dados da base preliminar – Software Sophia.	Anual	Fev/Abr	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
6	Avaliação Institucional – Capacitação das equipes para AutoAvaliação nas OE - Sistema (Videoconferência).	Semestral	Fev/Mar	DEPEN S	OE	RICA 20-20	-	-	-	-
7	Capacitação Pesquisa Qualitativa – ABEP	Eventual	Mar	DEPEN S	ABEP	RICA 20-20	540,00	1.699,20	5.520,00	7.759,20
8	Visita da equipe de Avaliação Institucional à AFA (diagnóstico).	Eventual	Mar	DEPEN S	AFA	RICA 20-20	9.240,00	10.425,00	-	19.665,00
9	Participação no Congresso Brasileiro de Gestão Educacional – GEDUC 2017	Anual	Mar	DEPEN S	GEDUC	RICA 20-20	1.600,00	2797,20	10.400,00	14.797,20
10	Curso de Extensão em Análise de Processo de negócio (BPM) na UPIS	Eventual	Mar	DEPEN S	-	-	-	-	870,00	870,00
11	Avaliação Institucional – Elaboração de Parâmetros.	Semestral	Mar Abr	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
12	Avaliação Institucional – Adequação de indicadores.	Semestral	Mar/Abr	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
13	Avaliação Institucional – Inserção de instrumentos de avaliação no Sistema.	Semestral	Abr	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
14	Seminário Nacional de Documentação da Aeronáutica.	Anual	Abr	DEPEN S	CENDOC	RICA 20-20	450,00	224,20	-	674,20
SE Q	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
15	Validação dos dados realizada pelo cliente - Software Sophia	Anual	Abr	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
16	Ajustes no programa de conversão e migração da segunda base - Software Sophia	Anual	Abr	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
17	Pré-validação do suporte - Software Sophia	Anual	Abr/Mai	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
18	Reunião para validar a segunda migração - Software	Anual	Mai	DEPEN	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-

	Sophia			S						
19	Ajustes no Programa de conversão e migração da terceira base - Software Sophia (Responsável será a empresa Prima Informática com acompanhamento do DEPENS)	Anual	Mai	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
20	Pré validação da terceira migração - Software Sophia* (Responsável será a empresa Prima Informática com acompanhamento do DEPENS)	Anual	Mai/Jun	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
21	Visita da equipe de Avaliação Institucional à EPCAR (diagnóstico).	Eventual	Mai	DEPEN S	SARAM	RICA 20-20	3.960,00	10.425,00	-	14.385,00
22	Visita da equipe de Avaliação Institucional ao CIAAR (diagnóstico).	Eventual	Mai	DEPEN S	SDEE	RICA 20-20	3.960,00	12.510,00	-	16.470,00
23	Reunião para validar a terceira migração - Software Sophia	Anual	Jun	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
24	Visita da equipe de avaliação Institucional ao SERENS VI (diagnóstico)	Eventual	Jun	DEPEN S	SERENS IV	RICA 20-20	-	-	-	-
25	Envio da base origem mais recente - Software Sophia	Anual	Jun/Jul	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
26	Avaliação Institucional – Homologação de Roteiro e AutoAvaliação 2º Semestre 2017.	Anual	Jul/Nov	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
27	Migração da base definitiva - Software Sophia (Responsável será a empresa Prima Informática com acompanhamento do DEPENS)	Anual	Jul	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
28	Produção - Software Sophia (Bibliotecas das OE e Prima Informática)	Anual	Jul/Ago	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
SE Q	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
29	Avaliação Institucional – Homologação do Roteiro Pós-Curso 1º Semestre 2018	Semestral	Ago/Nov	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
30	Treinamento - Software Sophia	Anual	Ago	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	4.000,00	4.035,60	380,00	8.415,60
31	Suporte - Software Sophia	Anual	Ago/Ag o	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
32	Encontro Pedagógico do Ensino Superior Militar – EPESM	Mensal	Ago	DEPEN	AFA	RICA 20-20	900,00	1.942,50	-	2.842,50

	obs.: Local AFA			S						
33	Visita da equipe de avaliação Institucional à UNIFA e à ECEMAR (diagnóstico).	Eventual	Ago	DEPEN S	UNIFA/ ECEMAR	RICA 20-20	14.850,00	13.205,00	-	28.055,00
34	Visita da equipe de avaliação Institucional à EAOAR e ao CIEAR (diagnóstico).	Mensal	Ago	DEPEN S	EAOAR/ CIEAR	RICA 20-20	14.850,00	13.205,00	-	28.055,00
35	Encontro Pedagógico do Ensino Técnico Militar – EPETM; obs.: EEAR	Mensal	Set	DEPEN S	EEAR	RICA 20-20	3.680,00	1.554,00	-	5.234,00
36	Encontro Pedagógico do Ensino Médio Militar – EPEM; obs.: Colégio Naval – RJ	Anual	Set	DEPEN S	COLÉGIO NAVAL – RJ	RICA 20-20	2.700,00	1.968,40	-	4.668,40
37	Congresso Internacional de Educação a Distância – ABED.	Anual	Set	DEPEN S	ABED	RICA 20-20	1.200,00	4.662,00	5.400,00	11.262,00
38	Fórum Nacional de Repositório Digital.	Anual	Nov	DEPEN S	UFRN	RICA 20-20	3.000,00	601,00	350,00	3.951,00
39	Avaliação Institucional - Análise de Resultados 1º Semestre.	Semestral	Dez	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-
40	Avaliação Institucional - Análise de Resultados 2º Semestre	Semestral	Dez	DEPEN S	DEPENS	RICA 20-20	-	-	-	-

CUSTO TOTAL SDTP (R\$)			
PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
64.930,00	79.253,90	22.920,00	167.103,90

6.3 COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAIS

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	Enviar ao COMGAR os acionamentos das missões PMP, relativas às missões com início em “MÊS+1”, por meio de mensagem fac-símile.	Por demanda	31/12/17	CPGL2	COMGAR	-	-	-	-	-
2	Encaminhar, de imediato, às Organizações	Por	31/12/17	CPGL2	OE	-	-	-	-	-

	Subordinadas as informações referentes aos acionamentos de missões PMP e Extra-PMP, para providências por parte dos coordenadores de missão.	demanda								
3	Inserir no SIPLORC as previsões de despesa da Ação 2000 do QG	Anual	11/03/2017	CPGL2	EMAER	-	-	-	-	-
4	Inserir no SIPLORC as previsões de despesa da Ação 20X9 PO 0002 e 0003	Anual	11/03/2017	CPGL2	EMAER	-	-	-	-	-
5	Enviar ao EMAER, via ofício, por meio impresso e editável, o Plano Plurianual de Obras para o ano seguinte, com as obras dos próximos cinco anos A+1, A+2, A+3, A+4 e A+5 (A é o ano em curso).	Anual	28/02/2017	CPGL2	EMAER	-	-	-	-	-
6	Encaminhar ao COMGAP, com cópia ao CELOG, as programações finais dos treinamentos, incluindo cronograma de execução e a Ficha Técnica com as informações necessárias à contratação dos serviços de treinamento em simulador de voo, para o ano seguinte.	Anual	01/03/17	CPGL2	COMGAP	-	-	-	-	-
SE Q	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
7	Encaminhar ao EMAER, por meio impressos e editável, a necessidade de esforço aéreo das aeronaves orgânicas dotadas nas organizações subordinadas, para a confecção da ICA 55-66 “Programa anual de Atividades Aéreas” do exercício seguinte (ANO ATUAL+1).	Anual	15/03/2017	CPGL2	EMAER	-	-	-	-	-
8	Descentralizar ao CELOG, por intermédio da SEFA, os recursos de Serviços de Terceiros destinados à execução dos treinamentos em simuladores e informar ao COMGAP e CELOG.	Anual	25/03/17	CPGL2	CELOG	-	-	-	-	-

9	Solicitar ao CELOG o total das horas contratadas para simulador, bem como cópia do contrato celebrado.	Anual	10/04/17	CPGL2	CELOG	-	-	-	-	-
10	Agendar, junto à Empresa responsável pelo simulador, as datas para a realização dos treinamentos do ano em curso.	Anual	20/04/17	CPGL2	-	-	-	-	-	-
11	Informar à EEAR e AFA o nome e os meios de contato do Gerente de Treinamento em Simulador e qual a empresa que ganhou a licitação para prestar o serviço.	Anual	30/04/17	CPGL2	AFA/EEAR	-	-	-	-	-
12	Informar ao COMGAP e CELOG o nome e os meios de contato do Gerente do Treinamento de Simulador de C-95 designado para o ano em curso.	Anual	30/04/2017	CPGL2	COMGAP/CELOG	-	-	-	-	-
13	Preenchimento PROMOTE 1ª fase.	Anual	16/09/2017	CPGL2	EMAER	-	-	-	-	-
14	Preenchimento PROACOR 1ª fase	Anual	30/09/2017	CPGL2	EMAER	-	-	-	-	-
15	Inserir no SIPLORC o detalhamento das despesas da Ação 20X9 PO 0002 e 0003	Anual	01/09/2017	CPGL2	EMAER	-	-	-	-	-
SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
16	Reunião de Gestão com os elos de planejamento das OE.	Semestral	Mar/set	CPGL3	OE	-	-	-	-	-
17	Revisão e Homologação dos PTA das OE Subordinadas.	Anual	15/11/16	CPGL3	OE	-	-	-	-	-
18	Confecção do Programa de Trabalho Anual do DEPENDS.	Anual	30/11/16	CPGL3	DEPENDS	-	-	-	-	-
19	Enviar à DIRENG os Relatórios Anuais de Veículos das OM subordinadas, relacionando, por ordem de prioridade, as necessidades de novas viaturas e alteração de TDV para o ano seguinte.	Anual	30/11/17	CPGL2	DIRENG	-	-	-	-	-
20	Preenchimento PROMOTE 2ª fase.	Anual	31/12/201	CPGL2	EMAER	-	-	-	-	-

			7							
21	Preenchimento PROACOR 2ª fase.	Anual	15/01/2018	CPGL.2	EMAER	-	-	-	-	-

CUSTO TOTAL CPGL (R\$)			
PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
-	-	-	-

6.4 ASSESSORIA DE RECURSOS HUMANOS

SE Q	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	Enviar a proposta de progressão funcional por interstício do efetivo civil docente, pertencente ao Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, vinculados ao COMAER, das Organizações de Ensino e das Escolas Assistenciais.	Trimestral	-	ARH - 2	DIRAP	ICA 40-5/2015	-	-	-	-
SE Q	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
2	Enviar as indicações de Medalha "Mérito Santos-Dumont".	Anual	28/03/17	ARH - 1	GABAER	Instruções Reguladoras da Medalha "Mérito Santos-Dumont"	-	-	-	-
3	Enviar o Plano de Movimentação (PLAMOV) do efetivo de oficiais, suboficiais e sargentos, das Organizações de Ensino subordinadas, condicionando-o à necessidade do serviço, à progressão funcional e aos critérios estabelecidos em normas e diretrizes sobre o assunto.	Anual	30/06/17	ARH - 1	DIRAP	ICA 30-4/2014	-	-	-	-
4	Enviar as indicações de Medalha "Ordem do Mérito Aeronáutico".	Anual	30/06/17	ARH - 1	GABAER	Portaria nº 569/SC, de 16 ago. 2010 e	-	-	-	-

						Portaria nº 587/SC, de 15 set. 2000				
5	Consolidar, na página do COMGEP, a Proposta de Movimentação por Escolha de Oficiais Superiores (MPEOS)	Anual	14/07/17	ARH - 1	COMGEP	ICA 30-4/2014	-	-	-	-
6	Enviar relação impressa contendo o nome dos concluintes do CAMAR, CADAR, CAFAR, EAOEAR, EAOAP e EIAC 2017, em ordem de classificação, e o arquivo eletrônico.	Anual	22/09/17	ARH - 1	COMGEP	PCA 11-34/2016	-	-	-	-
7	Enviar a proposta de indicação de patronos e paraninfos para a formatura do CFS, CFS-ME, EAGS e EAGS-ME.	Anual	22/09/17	ARH - 1	GABAER	Aviso nº 001/GM3/001, de 04 de fevereiro de 1992	-	-	-	-
SE Q	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
8	Enviar as fichas de Avaliação de desempenho do efetivo civil docente, pertencente ao Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, vinculados ao COMAER, das Organizações de Ensino e das Escolas Assistenciais.	Anual	22/09/17	ARH - 2	COMGEP	ICA 37-96/2015	-	-	-	-
9	Enviar a relação dos concludentes do CFOAv, CFOInt e CFOInf, em ordem de classificação, contendo as Unidades escolhidas, para fins de classificação por término de curso.	Anual	22/09/17	ARH - 1	COMGEP	-	-	-	-	-
10	Enviar as indicações de Medalha “Bartolomeu de Gusmão”.	Anual	24/09/17	ARH - 1	GABAER	Instruções Reguladoras da Medalha “Bartolomeu de Gusmão”	-	-	-	-

11	Enviar a proposta de indicação de patronos e paraninfos para a formatura do CFOAv, CFOInt e CFOInf.	Anual	06/10/17	ARH - 1	GABAER	Aviso nº 001/GM3/001, de 04 de fevereiro de 1992	-	-	-	-
12	Informar o nome do primeiro colocado no CAMAR, CADAR, CAFAR, EAOEAR, EAOAP e EIAC 2017.	Anual	06/10/17	ARH - 1	GABAER	PCA 11-34/2016	-	-	-	-
13	Informar o nome do primeiro colocado no CFOAv, CFOInt e CFOInf.	Anual	06/10/17	ARH - 1	GABAER	PCA 11-34/2016	-	-	-	-
14	Enviar as declarações de acumulação e não acumulação de cargos do efetivo civil docente, pertencente ao Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, vinculados ao COMAER, das Organizações de Ensino e das Escolas Assistenciais.	Anual	13/10/17	ARH - 2	COMGEP	ICA 40-5/2010	-	-	-	-
15	Informar a necessidade de concurso público para o provimento de cargos do efetivo civil docente pertencente ao Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, vinculados ao COMAER, das Organizações de Ensino e das Escolas Assistenciais.	Anual	15/10/17	ARH - 2	COMGEP	Instruções Normativas nº 3, de 12 jan. 2010 e nº 5, de 18 mar. 2010 e Decreto nº 6944, de 21 de agosto de 2009	-	-	-	-

CUSTO TOTAL ARH (R\$)			
PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
-	-	-	-

6.5 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	Organização e divulgação da Reunião da Administração.	Mensal	Até o último dia útil do mês	ACI	-	ICA 174-1	-	-	-	-

2	Confecção da Ata da Reunião da Administração e sua transcrição em Boletim Interno.	Mensal	Até o 5º dia útil após reunião.	ACI	-	ICA 174-1	-	-	-	-
3	Verificação da conformidade dos documentos relativos à movimentação de bens patrimoniais sob responsabilidade do DEPENS.	Mensal	Até o último dia útil do mês	ACI	-	ICA 174-1	-	-	-	-
4	Assinatura dos Balancetes de Prestações de Contas mensais, observando as normas e as exigências legais.	Mensal	Até o último dia útil do mês	ACI	-	ICA 174-1	-	-	-	-

CUSTO TOTAL ACI (R\$)			
PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
-	-	-	-

6.6 ASSESSORIA DE SEGURANÇA DE VOO

SE Q	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	Remessa do Relatório Anual de Atividades (RAA)	Anual	31/03/2017	ASV	CENIPA	NSCA 3-3	3.540,00	1.987,40	-	5.527,40
2	1ª Reunião Semestral dos Elos SIPAER do DEPENS.	Semestral	15/03/2017	ASV	OE	MCA 3-3	3.540,00	1.902,80	-	5.442,80
3	Visita Técnica de Segurança de Voo na AFA	Anual	31/03/2017	ASV	AFA	NSCA 3-2	1.960,00	1.161,25	-	3.121,25
4	Visita Técnica de Segurança de Voo na EEAR	Anual	31/04/2017	ASV	EEAR	NSCA 3-2	900,00	1.161,25	-	2.061,25
5	Visita Técnica de Segurança de Voo na CIAAR	Anual	31/05/2017	ASV	CIAAR	NSCA 3-2	2.000,00	1.355,50	-	3.355,50

6	Visita Técnica de Segurança de Voo na EPCAR	Anual	31/06/2017	ASV	EPCAR	NSCA 3-2	2.220,00	1.161,25	-	3.381,25
7	2ª Reunião Semestral dos Elos SIPAER do DEPENS.	Semestral	15/08/2017	ASV	OE	MCA 3-3	-	-	-	-
8	Análise dos Indicadores de Segurança de Voo das OE	Mensal	31/12/2017	ASV	DEPENS	MCA 3-3	-	-	-	-
9	Envio ao CENIPA do Programa de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (PPAA) quando da passagem de Comando do DEPENS.	Ciclo de Comando	60 dias após a assunção ao cargo	ASV	CENIPA	NSCA 3-3	-	-	-	-

CUSTO TOTAL ASV (R\$)			
PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
14.160,00	8.729,45	-	22.889,45

6.7 ASSESSORIA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	Acompanhamento do desenvolvimento do módulo e-Acadêmico	eventual	31/12/17	ATE	SDGE	NOP PCA 37-11/2015 (PLAMOD) e 01/DEPENS/2016	-	-	-	-
2	Acompanhamento do Projeto de integração das bibliotecas da AFA, EPCAR, EEAR e CIAAR (RedeBIA)	eventual	24/07/17	ATE	SDGE	PCA 7-66/2015 (PDTI 2015-2016) e Contrato com a Empresa Contratada	-	-	-	-

3	Atualização do PDTI Setorial do ODS, após a conclusão da revisão do PLANSET	anual	31/12/17	ATE	DEPENS e OE subordinadas	Guia de Elaboração de PDTI do SISP e IN 04 do MPOG	-	-	-	-
4	Elaboração do ROP do e-SISTENS.	eventual	30/06/17	ATE	GT Ferramenta de Gerenciamento	PCA 37-11/2015 (PLAMOD)	-	-	-	-
5	Atualização dos dados da área de TI do PTA de 2018, com base na revisão do PDTI 2017-2020.	anual	31/12/17	ATE	CPGI	MCA 11-1/2014	-	-	-	-

CUSTO TOTAL ATE (R\$)			
PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
-	-	-	-

6.8 SECRETARIA-GERAL

a) SEÇÃO ADMINISTRATIVA

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	Encaminhar ao GAP-BR a previsão de necessidade de material de consumo para o ano seguinte.	anual	01/09/17	DEPENS	GAP-BR	-	-	-	-	-
2	Inventário Analítico Patrimonial.	anual	DEZ	DEPENS	GAP-BR	RCA 12-1/2015	-	-	-	-
3	Prestação de Contas (Almoxarifado/ Registro).	mensal	5º dia útil	DEPENS	GAP-BR	RCA 12-1 RADA ICA 12-15/2005	-	-	-	-

b) SEÇÃO DE APOIO

SE Q	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	Realização do 1º TACF.	Semestral	Fev/Mar	DEPEN S	-	ICA 54- 1/2011	-	-	-	-
2	Remessa dos resultados do 1º TACF à CDA.	Semestral	Abr	DEPEN S	CDA	ICA 54- 1/2011	-	-	-	-
3	Publicação do 1º TACF em boletim interno GAP-BR.	Semestral	Abr	SAP- SRH	GAP-BR	ICA 54- 1/2011	-	-	-	-
4	Realização do 2º TACF.	Semestral	Set/Out	DEPEN S	-	ICA 54- 1/2011	-	-	-	-
SE Q	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
5	Remessa dos resultados do 2º TACF à CDA.	Semestral	Nov	DEPEN S	CDA	ICA 54- 1/2011	-	-	-	-
6	Publicação do 2º TACF em boletim interno GAP-BR.	Semestral	Nov	SAP- SRH	GAP-BR	ICA 54- 1/2011	-	-	-	-
7	Controle de pagamento das contas telefônicas.	mensal	5º dia útil	DEPEN S	GAP-BR	-	-	-	-	-

c) SEÇÃO DE INVESTIGAÇÃO E JUSTIÇA

SE Q	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	Envio ao COMAR VI a relação de Oficiais do DEPENS em condições de compor os Conselhos Especial e Permanente de Justiça.	Trimestra 1	26/02/201 7	SIJ	COMAR VI	-	-	-	-	-
2	Expedição de FATD para os militares do DEPENS.	Anual	31/12/201 7	SIJ	DEPENS	ICA 35- 1/2013	-	-	-	-

d) SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SE Q	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	Confecção e controle da documentação referente às eleições do Destaque Funcional do DEPENS.	Anual	Até o quinto dia útil do mês de abril	SRH	DEPENS	NPA 06/GABENS/2013 02/GABENS/2008	-	-	-	-
2	Confecção e atualização da Declaração de Beneficiários do efetivo.	Anual	Jun	SRH	DEPENS	ICA 47-4 RCA 12-1	-	-	-	-
3	Controle das Declarações de Acesso ao Imposto de Renda.	Anual	Mai/Jun	DEPEN S	CENCIA R	Portaria nº 795/GC6/2014	-	-	-	-
4	Inclusão do Plano de Licença Especial no SIGPES.	Semestral	Jun/ Dez	SRH	DIRAP	ICA 35-1/2013	-	-	-	-
5	Confecção do Plano de LESP.	Semestral	Jun / Dez	SRH	DEPENS	RISAER/2005	-	-	-	-
6	Preparação do Plano de Movimentações e Movimentações por Interesse Particular.	Anual	Jul	DEPEN S	DIRAP	ICA 30-4	-	-	-	-
7	Elaboração do Plano de Férias	Anual	31/10/16	SRH	DEPENS	RISAER/2005	-	-	-	-
8	Informação ao VI COMAR sobre o número de Soldados remanescentes e a necessidade de incorporação.	Anual	ASD	COMA R VI	COMAR VI	ICA 33-2 e NPA Nº 06/GABENS/2013	-	-	-	-

SE Q	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
9	Confecção, divulgação e controle das seguintes escalas: - Escala de Soldados de Permanência ao DEPENDS; - Escala de Soldados para os Postos do GAP-BR; e - Escala do OCCD e AOCCD.	Mensal	Até o dia 20	SRH	DEPENDS/ GAP-BR	NPA Nº 06/GABENS/201 3 e RCA 34-1 - RISAER	-	-	-	-
10	Informação ao GAP-BR das indisponibilidades do efetivo para as Escalas de Serviço dos Oficiais, Graduados e Cabos. .	Mensal	Até o dia 15	SRH	GAP-BR	NPA Nº 06/GABENS/201 3	-	-	-	-
11	Controle dos processos de Exercícios Anteriores.	Eventual	ASD	SRH	GAP-BR	ICA 177-33/2009	-	-	-	-
12	Confecção dos Processos de Reserva Remunerada e Reforma.	Eventual	ASD	SRH	DIRAP GABAER	ICA 35-1/2013	-	-	-	-
13	Confecção dos Processos de indenização e Ressarcimento de Transporte e Bagagem.	Eventual	ASD	SRH	SDEE	ICA 177-31/2004	-	-	-	-
14	Controle das Portarias de comissionamento e ajuda de custo.	Eventual	ASD	SRH	GAP-BR	MP 2.215- 10/2001	-	-	-	-
15	Preparação do processo de desligamento dos militares.	Eventual	ASD	SRH	DEPENDS	ICA 35-1/2013	-	-	-	-
16	Preparação dos processos de militares diplomados em cargos eletivos, concurso público e em concursos internos do COMAER.	Eventual	ASD	SRH	DEPENDS	ICA 35-1/2013	-	-	-	-
17	Expedição e controle dos Processos de Tarefa por Tempo Certo e Designação para o Serviço Ativo.	Eventual	ASD	SRH	DEPENDS	ICA 35-1/2013	-	-	-	-
SE Q	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL

18	Controle da Ficha de Punição (FPU), Ficha de Registro de Justiça e Disciplina (FRJD) e Ficha de Elogio (FEL) de Graduado.	Eventual	ASD	DEPEN S	CPO/ CPG	ICA 35-1/2013	-	-	-	-
19	Expedição de Certidão de Tempo de Serviço de Cabos, Soldados e Taifeiros.	Eventual	ASD	SRH	DEPENS	ICA 30-6/2003	-	-	-	-
20	Confecção dos Processos de Medalhas e Condecorações(Santos Dumont, OMA e Bartolomeu de Gusmão).	Eventual	ASD	DEPEN S	DEPENS	ICA 35-1/2013	-	-	-	-
21	Controle das Inspeções de Saúde do efetivo.	Eventual	ASD	SRH	DEPENS	ICA 35-1/2013	-	-	-	-

CUSTO TOTAL SEC (R\$)			
PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
-	-	-	-

6.9 PLANO DE MODERNIZAÇÃO (GRUPO DE TRABALHO E-SISTENS)

SE Q	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	Desenvolvimento do módulo e-Acadêmico	eventual	31/12/17	ATE	SDGE	NOP PCA 37-11/2015 (PLAMOD) e 01/DEPENS/2016	15.000,00	10.000,00	145.000,00*	170.000,00

*Sendo R\$ 50.000,00 para aquisição de hardware; R\$ 85.000,00 para contratação de Empresa de desenvolvimento de software; R\$ 10.000,00 para contratação de curso de capacitação.

CUSTO TOTAL GT E-SISTENS (R\$)			
PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
15.000,00	10.000,00	145.000,00	170.000,00

6.10 PLANO DE MODERNIZAÇÃO (GRUPO DE TRABALHO PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DOS PROCESSOS SELETIVOS)

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	2ª reunião do GT de padronização de procedimentos dos processos seletivos	eventual	03/04/2017	GT	SDTP	PCA 37-11/2015	3.000,00	5.732,90	-	8.732,90
2	3ª reunião do GT de padronização de procedimentos dos processos seletivos	eventual	08/05/2017	GT	SDTP	PCA 37-11/2015	3.000,00	4.176,25	-	7.176,25
3	4ª reunião do GT de padronização de procedimentos dos processos seletivos	eventual	23/10/2017	GT	SDTP	PCA 37-11/2015	2.400,00	4.055,50	-	6.455,50

CUSTO TOTAL GT PPS (R\$)			
PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
8.400,00	13.964,65	-	22.364,65

6.11 DIREÇÃO GERAL

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	Missões administrativas da Direção	Anual	31/12/2017	DEPENS	-	-	-	30.000,00	-	30.000,00

CUSTO TOTAL DIREÇÃO (R\$)			
PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
-	30.000,00	-	30.000,00

6.12 ATIVIDADES OPERACIONAIS

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	Voo e salto de paraquedas.	Anual	31/12/2017	DEPENS	-	-	-	10.000,00	-	10.000,00

CUSTO TOTAL ATIVIDADES OPERACIONAIS (R\$)			
PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
-	10.000,00	-	10.000,00

6.13 APOIO A CONCURSO

SEQ	EVENTO	FREQ	PRAZO	ORIGEM	DESTINO	LEGISLAÇÃO	CUSTOS (R\$)			
							PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
1	Participação do Instituto de Psicologia da Aeronáutica.	Anual	31/12/2017	DEPENS	-	-	53.000,00	42.000,00	-	95.000,00

CUSTO TOTAL ATIVIDADES APOIO CONCURSO (R\$)			
PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
53.000,00	42.000,00	-	95.000,00

CUSTO TOTAL DEPENS (R\$)			
PASSAGENS	DIÁRIAS	OUTROS	TOTAL
227.190,00	274.455,60	167.920,00	669.565,60

7 INSPEÇÕES

7.1 INSPEÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES DE ENSINO SUBORDINADAS

Organização de Ensino	Período da Inspeção
UNIFA	12 a 15/06
EPCAR	17 a 20/07
CIAAR	14 a 17/08
EEAR	18 a 21/09
AFA/FAYS	09 a 12/10

7.1.1 Caso as restrições orçamentárias impeçam a realização das inspeções, medidas alternativas deverão ser adotadas para confecção do Relatório de Inspeção a ser remetido para o EMAER, dentre outras:

- a) realização de videoconferências com foco nas inconformidades levantadas nos relatórios anteriores;
- b) envio de questionário de inspeção com foco nos problemas e assuntos correntes; e
- c) cotejamento das metas alcançadas no PLANSET e PTA para o ano de 2017.

8 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

8.1 INSTRUÇÃO TERRESTRE

- a) 1º Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF 1/2017): 13 MAR a 07 ABR; e
- b) 2º Teste de Avaliação do Condicionamento Físico (TACF 2/2017): 18 SET a 06 OUT.

8.2 EVENTOS DIVERSOS A SEREM REALIZADOS PELO DEPENDENTE

- a) Homenagem comemorativa do Dia da Mulher: 08 MAR;
- b) Homenagem comemorativa do Dia das Mães: 2º Domingo de MAIO;
- c) Homenagem comemorativa do Dia dos Pais: 2º Domingo de AGO;
- d) Comemoração de final do ano: 20 NOV a 08 DEZ;
- e) Homenagem comemorativa do Dia de cada Categoria Profissional com Representação no DEPENDENTE: JAN a DEZ; e
- f) Homenagem de apresentação e despedida de militares: JAN a DEZ.

8.3 INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DOS EXAMES DE ADMISSÃO E SELEÇÃO

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DE ENSINO – EXERCÍCIO 2017		
APROVAÇÃO DAS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DOS EXAMES DE ADMISSÃO E SELEÇÃO		
Item	Exame Admissão/Seleção	Data
1	CADAR 2018	20/01/2017
2	EIAC 2018	20/01/2017
3	CAFAR 2018	20/01/2017
4	EAOEAR 2018	20/01/2017
5	EAOAP 2018	20/01/2017
6	CFOAv/CFOInt/ CFOInf/ 2018	17/02/2017
7	CFOE 2018	09/03/2017
8	CPCAR /2018	15/03/2017
9	CAMAR 2018	17/05/2017
10	CFS 2/2018	05/07/2017
11	EX-CAD AFA/EX-AL EPCAR / 2018	30/08/2017
12	EAOF 2018	07/11/2017
13	EAGS 2019	05/12/2017
14	CFS 1/2019	15/12/2017
* Obs: certames de 2017 com aprovação de IE em 2016		
*	EAOF 2017	11/11/2016
*	EAGS 2018	05/12/2016
*	CFS 1 2018	19/12/2016

8.4 JUNTA ESPECIAL DE AVALIAÇÃO (JEA)

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DE ENSINO – EXERCÍCIO 2016		
JUNTA ESPECIAL DE AVALIAÇÃO (JEA)		
Item	Exame Admissão/Seleção	Data
1	CFS 2/2017	06/06/2017
2	EAOF 2017	16/08/2017
3	CFOE 2018	08/11/2017
4	CADAR 2018	08/11/2017
5	EIAC 2018	08/11/2017
6	CAFAR 2018	08/11/2017
7	EAOEAR 2018	08/11/2017
8	EAOAP 2018	08/11/2017
9	EAGS 2018	29/11/2017
10	CFS 1/2018	29/11/2017
11	CFOAv/CFOInt/ CFOInf/ 2018	13/12/2017
12	CPCAR /2018	13/12/2017
13	EX-CAD AFA/EX-AL EPCAR / 2018	13/12/2017
14	CAMAR 2018	13/12/2017

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

A realização dos eventos e tarefas, com custos associados neste Programa de Trabalho, estará sujeita a priorização de acordo com a aprovação da dotação orçamentária do Departamento de Ensino para 2017.

Os casos não previstos neste documento serão levados à apreciação do Diretor-Geral do DEPENDS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. Confecção, controle e numeração de publicações: **ICA 5-1**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. Correspondência e atos oficiais: **ICA 10-1**. Brasília, DF, 2015.

_____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria EMAER nº 22/6SC1, de 29 de junho de 2012. Aprova a Norma que dispõe sobre a organização e o Funcionamento do Sistema de Planejamento Institucional da Aeronáutica (SISPLAER) = **NSCA 11-1**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, n. 126, 3 jun. 2012, p. 4553.

_____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria EMAER nº 61/6SC, de 19 de dezembro de 2014. Aprova a reedição do Manual que dispõe sobre Elaboração de Plano Setorial e Programa de Trabalho = **MCA 11-1**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, n. 244, 29 dez. 2014, p. 1038.

_____. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria nº 1266/GC3, de 30 de setembro de 2016. Aprova a reedição do “Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2016-2041” = **PCA 11-47**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, n. 174, 11 out. 2016.

_____. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria nº 1.469/GC3, de 23 de setembro de 2015. Aprova a edição do Plano Setorial do Departamento de Ensino da Aeronáutica para o período de 2016 a 2019 = **PCA 11-34**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, RJ, n. 143, 24 ago. 2016.

_____. Lei 12.464 de 4 de agosto de 2011. Dispõe sobre O Ensino na Aeronáutica.

_____. Portaria n.º 608/GM3, de 20 de maio de 1981. Institui o Sistema de Ensino do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.

_____. Portaria n.º 998/SPEAI/MD, de 24 de agosto de 2005. Aprova e manda pôr em execução a Sistemática de Planejamento Estratégico Militar - **MD51-M-01**, 1ª Edição/2005. Brasília, DF, 2005.

_____. Portaria n.º 400/SPEAI/MD, de 21 de setembro de 2005. Aprova e manda pôr em execução a Política Militar de Defesa - **MD51-P-02**, 2ª Edição/2005. Brasília, DF, 2005.

_____. Portaria n.º 714/GC3, de 29 de julho de 2009, do Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Método para o Planejamento Institucional da Aeronáutica: **DCA 11- 1**. Brasília, DF, 2009.

_____. Portaria n.º R-15/GC3, de 09 de setembro de 2010, do Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Plano de Metas da Aeronáutica 2010-2031: **PCA 11-47**. Brasília, DF, 2010.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



AUDITORIA INTERNA

PCA 174-1

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA
GOVERNAMENTAL (PAAIG 2017)**

2016

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**



AUDITORIA INTERNA

PCA 174-1

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA
GOVERNAMENTAL (PAAIG 2017)**

2016



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 96/CENCIAR-4, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Aprova a edição do PCA 174-1 “Plano Anual de Auditoria Interna Governamental (PAAIG 2017)”.

O CHEFE DO CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o item 5.2 das Normas de Auditoria Interna do Comando da Aeronáutica (NSCA 174-2), aprovada pela Portaria nº 349/GC3, de 4 de abril de 2016, e considerando o que consta do Processo nº 67022.000952/2016-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição do PCA 174-1 “Plano Anual de Auditoria Interna Governamental (PAAIG 2017)”.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar-se a Portaria nº 120/CENCIAR-4, de 19 de novembro de 2015, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 214, de 23 de novembro de 2015, fl. 10724.

Brig Int SÉRGIO ALMEIDA DE PAULA E SILVA
Chefe Interino do CENCIAR

(Publicado no BCA nº003, de 05 de janeiro de 2017)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	11
1.1 <u>FINALIDADE</u>	11
1.2 <u>CONCEITUAÇÃO</u>	11
1.2.1 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS	11
1.2.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS ..	11
1.2.3 AUDITORIA INTERNA	12
1.2.4 AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL	12
1.2.5 CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO	12
1.2.6 CRITICIDADE	13
1.2.7 FISCALIZAÇÃO	13
1.2.8 GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS	13
1.2.9 IMPROPRIEDADE	13
1.2.10 IRREGULARIDADE	13
1.2.11 MATERIALIDADE	13
1.2.12 MATRIZ DE RISCO	13
1.2.13 RELEVÂNCIA	14
1.2.14 RISCO	14
1.2.15 RISCO DE AUDITORIA	14
1.2.16 RISCO DE CONTROLE	14
1.2.17 RISCO DE DETECÇÃO	14
1.2.18 RISCO INERENTE	14
1.3 <u>ÂMBITO</u>	14
1.4 <u>COMPETÊNCIAS</u>	14
1.5 <u>OBJETIVO DA AUDITORIA</u>	15
1.6 <u>FINALIDADE DA AUDITORIA</u>	15
1.7 <u>FINALIDADE DO PAAIG</u>	15
1.8 <u>ELABORAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO</u>	15
1.9 <u>ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA</u>	16
1.10 <u>SOBRE IRREGULARIDADES</u>	18
2 AUDITORIAS	19
2.1 <u>CLASSIFICAÇÃO</u>	19
2.1.1 AUDITORIA DE CONTAS	19
2.1.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO	19
2.1.3 AUDITORIA ESPECIAL	19
2.2 <u>CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DO PAAIG</u>	19
2.2.1 AUDITORIA DE CONTAS	19
2.2.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO	20
2.2.3 AUDITORIA ESPECIAL	21
3 FISCALIZAÇÕES (FIS)	22
4 ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO RELACIONADAS AO PAAIG....	23
4.1 <u>AUDITORIAS DE CONTAS</u>	23
4.1.1 OBJETO – PROCESSO DE CONTAS ANUAL	23
4.2 <u>AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO</u>	23
4.2.1 ÁREA DE DIREÇÃO, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS	23
4.2.2 ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	26
4.2.3 ÁREA DE FINANÇAS E PESSOAL	27
4.2.4 ÁREA DE CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS	27
4.3 <u>FISCALIZAÇÃO</u>	28

4.3.1 OBJETO – OBRAS EM ANDAMENTO	28
5 PRAZOS DE AUDITORIA	29
5.1 <u>AUDITORIA DE CONTAS</u>	29
5.2 <u>AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO</u>	29
5.3 <u>OUTRAS AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES</u>	29
6 RECURSOS	30
6.1 <u>HUMANOS</u>	30
6.2 <u>FINANCEIROS</u>	30
7 DISPOSIÇÕES FINAIS	31
7.1 <u>VIGÊNCIA</u>	31
7.2 <u>ATUALIZAÇÃO</u>	31
7.3 <u>CASOS NÃO PREVISTOS</u>	31
Referências	32
Anexo A - UG a serem Auditadas e Fiscalizadas em 2017	33
Índice	37

PREFÁCIO

“Manter a Soberania no Espaço Aéreo Nacional com vistas à defesa da Pátria” é a missão síntese do Comando da Aeronáutica (COMAER), definida em seu Plano Estratégico Militar – e importante parcela do Produto Interno Bruto é investida para que seja cumprida.

É imperioso, portanto, que as atividades operacionais e logísticas de todo o COMAER sejam suportadas por uma sólida e competente gestão administrativa, capaz de utilizar a plenitude dos recursos orçamentários e financeiros colocados à disposição da forma mais correta, objetiva, eficiente e transparente possível, observando fielmente o arcabouço legal existente. A sociedade brasileira reage negativamente à “má gestão pública”. É também papel da Aeronáutica administrar os recursos disponíveis de forma exemplar, fomentando e agregando valores positivos que reforcem os princípios básicos da moralidade e da legalidade de toda a Nação.

Ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica, criado pelo Decreto nº 7.809, de 20 de setembro de 2012, compete planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de auditoria interna no âmbito do COMAER.

Integrante do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, o CENCIAR se sujeita à supervisão técnica e orientação normativa da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, sem prejuízo da subordinação administrativa direta ao Comandante da Aeronáutica.

As atividades de Auditoria Interna devem ser planejadas e comunicadas às partes interessadas, inclusive quanto ao impacto de eventuais limitações orçamentárias, financeiras e de pessoal, salvo aquelas atividades demandadas inopinadamente.

A auditoria e a fiscalização são importantes técnicas de controle do Estado na busca da melhor alocação de seus recursos, não só atuando para corrigir os desperdícios, a improbidade, a negligência e a omissão mas, principalmente, antecipando-se a essas ocorrências, para garantir os resultados pretendidos e delineados nos planos, em todos os níveis, além de destacar os impactos e benefícios sociais advindos.

O CENCIAR executa o planejamento das atividades de auditoria e fiscalização, com o objetivo de aplicar seus recursos com propriedade e suficiência, de forma a otimizar o cumprimento do Plano Anual de Auditoria Interna Governamental (PAAIG), considerando o nível de experiência dos integrantes das equipes de auditoria e competências adicionais.

O PAAIG contém informações que permitem que os objetivos dos trabalhos sejam alcançados. Dentre essas informações, está a designação das Unidades Gestoras que serão auditadas, por tipo de auditoria, levando em consideração, dentre outros, os critérios de materialidade, de criticidade e de relevância, que são elementos primordiais para o processo de planificação e elaboração da matriz de riscos.

Desta forma, esta legislação torna-se marco legal básico para orientação e coordenação das ações para efetivação das Atividades de Auditoria e Fiscalização no ano de 2017, de forma a alcançar os objetivos planejados de forma racional e eficiente.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

O presente Plano tem por finalidade divulgar os trabalhos de auditoria e fiscalização previstos para o ano de 2017.

1.2 CONCEITUAÇÃO

Para os fins deste Plano, as expressões e termos relacionados têm os significados que seguem, complementados pelas conceituações constantes em outras legislações correlatas.

1.2.1 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS

A atividade de auditoria interna inclui avaliar a adequação e a eficácia dos controles em resposta aos riscos dentro da supervisão, operações e sistemas de informação da Organização em relação aos objetivos dos controles internos da gestão, dentre eles:

- a) dar suporte à missão, à continuidade e à sustentabilidade institucional, pela garantia razoável de atingimento dos objetivos estratégicos do órgão ou entidade;
- b) proporcionar a eficiência, a eficácia e a efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica das operações;
- c) assegurar que as informações produzidas sejam íntegras e confiáveis à tomada de decisões, ao cumprimento de obrigações de transparência e à prestação de contas;
- d) assegurar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e da própria organização, bem como dos contratos, convênios e congêneres firmados;
- e) salvaguardar e proteger bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

A auditoria interna avalia o controle interno da gestão, comunicando a sua avaliação e recomendando ações corretivas ou melhorias para que a Administração as considere e as implemente. Sua posição é separada e distinta da área da Organização que avalia os riscos.

1.2.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS

A atividade de auditoria interna deve avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, verificando se:

- a) os objetivos da Organização dão suporte e estão alinhados com a missão da Organização;
- b) os riscos significativos são identificados e avaliados;
- c) as respostas apropriadas aos riscos foram selecionadas de forma a alinhar os riscos com o apetite de risco da Organização;
- d) as informações de riscos relevantes são capturadas e comunicadas de forma oportuna através da Organização, permitindo que os profissionais de todos os níveis cumpram com as suas responsabilidades.

As principais funções da auditoria em relação à Gestão de Riscos Corporativos (ERM) são:

- a) proporcionar segurança aos processos de gerenciamento de riscos;
- b) garantir que os riscos sejam avaliados corretamente;
- c) avaliar o processo de gerenciamento de riscos;
- d) avaliar a comunicação dos principais riscos;
- e) revisar o gerenciamento dos principais riscos.

1.2.3 AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna é a atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança. As auditorias internas no âmbito da Administração Pública se constituem na terceira linha ou camada de defesa das organizações, uma vez que são responsáveis por proceder à avaliação da operacionalização dos controles internos da gestão (primeira linha ou camada de defesa, executada por todos os níveis de gestão dentro da organização) e da supervisão dos controles internos (segunda linha ou camada de defesa, executada por instâncias específicas, como comitês de risco e controles internos). Compete às auditorias internas oferecer avaliações e assessoramento às organizações públicas, destinados ao aprimoramento dos controles, de forma que controles mais eficientes e eficazes mitiguem os principais riscos de que os órgãos e entidades não alcancem seus objetivos.

1.2.4 AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

Consiste nas atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e da gestão dos administradores públicos federais.

1.2.5 CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO

São o conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, dentre outros, operacionalizados de forma integrada por **todos os níveis** profissionais das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais sejam alcançados:

- a) execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações;
- b) cumprimento das obrigações de accountability;
- c) cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis;
- d) salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e danos;
- e) o aumento da probabilidade de que os objetivos e metas sejam efetivamente alcançados, concentrando-se em verificar se a Organização está mitigando os riscos para sua realização.

1.2.6 CRITICIDADE

A criticidade representa o quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a auditar ou a fiscalizar, identificadas em uma determinada Unidade ou Programa. Trata-se da composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas, dos pontos de controle com riscos latentes, das trilhas de auditoria ou fiscalização. Deve-se levar em consideração o valor relativo de cada situação indesejada. A criticidade é, ainda, a condição imprópria, por ilegalidade, por ineficácia ou por ineficiência de uma situação de gerência. Expressa a não aderência normativa e os riscos potenciais a que estão sujeitos os recursos utilizados. Representa o perfil organizado, por área, dos pontos fracos de uma organização.

1.2.7 FISCALIZAÇÃO

A fiscalização é uma atividade que visa comprovar se o objeto dos programas de governo existe, se corresponde às especificações estabelecidas, se atende às necessidades para as quais foi definido, se guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle administrativo são eficientes.

1.2.8 GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

O Gerenciamento de Riscos Corporativos (ERM) é um processo contínuo e de abordagem rigorosa, conduzido pelos profissionais em **todos os níveis** da Organização, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar eventos em potencial, capazes de afetá-la, e para administrar os riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite ao risco da Organização, possibilitando garantia razoável no cumprimento dos seus objetivos estratégicos.

1.2.9 IMPROPRIEDADE

Impropriedade consiste em falhas de natureza formal que não resulta em dano ao Erário, porém evidencia-se a não observância aos Princípios da Legalidade, Legitimidade, Eficiência, Eficácia e Economicidade.

1.2.10 IRREGULARIDADE

A irregularidade é caracterizada pela não observância aos Princípios da Legalidade, Legitimidade, Eficiência, Eficácia e Economicidade, materializando-se na existência de desfalque, alcance, desvio de bens ou outra conduta de que resulte prejuízo quantificável para o Erário.

1.2.11 MATERIALIDADE

A materialidade refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle, objeto dos exames de auditoria ou fiscalização (unidade, sistema, área, processo, programa ou ação). Essa abordagem leva em consideração o caráter relativo dos valores envolvidos.

1.2.12 MATRIZ DE RISCO

A matriz de riscos, ou matriz de impacto, consiste em um dentre inúmeros métodos de representação das avaliações de riscos, como ferramenta auxiliar ao planejamento de auditorias e fiscalizações.

1.2.13 RELEVÂNCIA

A relevância significa a importância relativa ou o papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existentes em um dado contexto.

1.2.14 RISCO

Define-se risco como a possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos. O risco é medido em termos de impacto e de probabilidade.

1.2.15 RISCO DE AUDITORIA

O risco de auditoria é qualquer evento adverso, capaz de impedir que o objetivo de auditoria seja alcançado e possui três componentes: risco inerente, risco de controle e risco de detecção.

1.2.16 RISCO DE CONTROLE

Risco de controle é o que se relaciona com a possibilidade de que falhas nos controles internos não detectem erros relevantes.

1.2.17 RISCO DE DETECÇÃO

Risco de detecção é o relacionado ao próprio trabalho do auditor e à possibilidade de que suas ações não detectem erros, omissões ou irregularidades existentes.

1.2.18 RISCO INERENTE

Risco inerente é o risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto.

1.3 ÂMBITO

Este Plano aplica-se a todas as Unidades Jurisdicionadas (UJ), Unidades Gestoras Credoras (UG CRED), Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC) e Unidades Gestoras de Controle (UG Controle) do Comando da Aeronáutica (COMAER).

1.4 COMPETÊNCIAS

Compete ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), como órgão de Auditoria Interna do COMAER, e para os fins deste Plano:

a) realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos federais sob a responsabilidade das UG;

b) realizar exames de auditorias e fiscalizações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, operacional e de pessoal nas Unidades Gestoras e na Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe);

c) promover a apuração dos atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais.

1.5 OBJETIVO DA AUDITORIA

A auditoria tem por objetivo primordial garantir resultados operacionais na gerência da coisa pública. Essa auditoria é exercida nos meandros da máquina pública em todas as unidades e entidades públicas federais, observando os aspectos relevantes relacionados à avaliação dos programas de governo e da gestão pública.

1.6 FINALIDADE DA AUDITORIA

A finalidade básica da auditoria é comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades e das entidades da Administração Pública, em todas as suas esferas de governo e níveis de poder, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, quando legalmente autorizadas nesse sentido.

1.7 FINALIDADE DO PAAIG

A elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna Governamental para 2017 tem como premissa realizar auditorias e fiscalizações nas Unidades Prestadoras de Contas (UPC), Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC), Unidades Gestoras Credoras (UG CRED) e Unidades Gestoras de Controle (UG Controle). Nesse sentido, o CENCIAR continuará acompanhando o processo de racionalização da estrutura organizacional do COMAER, com especial atenção para as UG EXEC, as quais passaram a ser responsáveis pela centralização da execução orçamentária, financeira e patrimonial, além das atividades de licitações, contratos e pagamento de pessoal de uma série de outras UG EXEC que se tornaram credoras (UG CRED), nos projetos conduzidos pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), além das fiscalizações de interesse do COMAER.

Para tal, como suporte às suas atividades, o CENCIAR utiliza o Sistema de Auditoria e de Fiscalização (AUDIFISC), ferramenta de TI que permite o monitoramento *on line* das auditorias, a utilização de um banco de constatações de pontos de auditoria comuns, a interação entre auditor e auditado na fase de monitoramento, além de reduzir o tempo de elaboração e envio dos relatórios às Unidades auditadas, reforçando o Princípio da Oportunidade e a tempestividade.

1.8 ELABORAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO

Para a definição dos fatores de risco das auditorias foram levantadas, preliminarmente, por intermédio da Divisão de Fiscalização (CENCIAR-5), as informações relativas às execuções orçamentária e financeira, ao pagamento de pessoal, à responsabilidade patrimonial e à arrecadação de recursos próprios, baseadas no critério de materialidade.

Após o estabelecimento dos fatores de risco, para cada um deles foi realizada a tabulação de dados em ordem crescente, definindo-se os intervalos e os números de classes pelo cálculo de Quartis e pela Fórmula de Sturges. Tendo em vista a elevada diferença entre o 3º e 4º quartil, procedeu-se a definição de classes em separado, de forma que a pontuação pudesse ser distribuída de forma harmônica: Sturges foi aplicada em dois intervalos, no 4º quartil e do 1º ao 3º quartil. Em seguida à tabulação dos dados, foi aplicada uma pontuação para cada classe, variando de 1 a 10. Dessa forma, cada UG recebeu uma pontuação, conforme a classe.

Além da materialidade, foram verificados os critérios relativos à criticidade e à relevância, quais sejam: quantidade de UG apoiadas pela mesma UGE e tempo que esse grupo de UG não foi auditado pelo CENCIAR.

Para a definição do número ideal de classes quanto à centralização de UG, não houve a necessidade de divisão por quartis, mas igualmente foi utilizada a Fórmula de Sturges.

Para a análise de tempo decorrido desde a última auditoria, adotou-se o critério de média entre as UG apoiadas, atribuindo pontuação de acordo com o valor assumido pelo grupo.

Em seguida à tabulação dos dados, foi aplicada uma pontuação para cada classe, variando de 1 a 10. Dessa forma, cada UG recebeu uma pontuação.

O somatório dos pontos de todos os fatores de risco representa o levantamento de risco para cada UG.

Por determinação do Exmo. Sr. Chefe do CENCIAR, as UG GAL, GAPS e CELOG foram analisadas individualmente; a UG GAPCEA foi analisada considerando as UG DECEA, CISCEA e ICEA, sem o cômputo da execução parcial dos CINDACTA; e a UG DIRAD foi constituída das UG SDAB, SDEE e SDPP.

Assim, aplicando-se essa metodologia para todas as Unidades, elaborou-se, de forma objetiva e racional, a Matriz de Risco, compondo um panorama das UG do COMAER para servir de instrumento ao planejamento das atividades de auditoria, para a modalidade de Avaliação da Gestão.

De acordo com os critérios estabelecidos para a delimitação do número de auditorias de avaliação da gestão (subitem 4.2.2), havendo empate entre as UG no somatório de pontos da matriz, o desempate se dará pelo maior número de pontos críticos atribuídos à UG.

1.9 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Constituem-se objetos de exames realizados pelo CENCIAR, nas UG do COMAER:

- a) os sistemas administrativos e operacionais de controle interno administrativo utilizados na gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal;
- b) a execução dos planos, programas, projetos e atividades que envolvam aplicação de recursos públicos federais;
- c) a aplicação dos recursos do Tesouro Nacional transferidos a entidades públicas ou privadas, firmadas por convênios, termos de parceria e demais instrumentos congêneres;
- d) os contratos firmados por gestores públicos com entidades públicas ou privadas para prestação de serviços, execução de obras e fornecimento de materiais, bem como sua fiscalização;
- e) os processos de licitação, sua dispensa ou inexigibilidade;
- f) os instrumentos e sistemas de guarda e conservação dos bens e do patrimônio sob responsabilidade das unidades da Administração Direta e entidades da Administração Indireta Federal;

g) os atos administrativos que resultem direitos e obrigações para o Poder Público Federal, em especial, os relacionados com a contratação de empréstimos internos ou externos, assunção de dívidas, securitizações e concessão de avais;

h) a arrecadação, a restituição e as renúncias de receitas de tributos federais;

i) os sistemas eletrônicos de processamento de dados, suas informações de entrada e de saída, objetivando constatar a segurança física do ambiente e das instalações do centro de processamento de dados; a segurança lógica e a confidencialidade nos sistemas desenvolvidos em computadores de diversos portes; a eficácia dos serviços prestados pela área de informática; a eficiência na utilização dos diversos computadores existentes na entidade e a verificação do cumprimento da legislação pertinente;

j) os processos de Tomadas de Contas Especial (TCE), sindicâncias, inquéritos administrativos e outros atos administrativos de caráter apuratório, com o foco no dano ao Erário;

k) os processos de admissão e desligamento de pessoal e os de concessão de aposentadoria, reforma e pensão;

l) os contratos firmados por gestores públicos com entidades públicas ou privadas para cessão onerosa de área, bem como sua fiscalização;

m) a verificação da normatização e dos atos administrativos que resultem direitos e obrigações no pagamento de pessoal do Comando da Aeronáutica;

n) a arrecadação, a restituição e a renúncia de receitas próprias do Comando da Aeronáutica;

o) os documentos comprobatórios da gestão ou os atos administrativos e seus respectivos lançamentos efetuados nos sistemas de controle;

p) as prestações de contas dos gestores da administração que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos;

q) os processos administrativos de consignações que transferem recursos do pessoal do Comando da Aeronáutica para as Entidades Consignatárias;

r) os processos administrativos de gerenciamento da folha de pagamento de pessoal do Comando da Aeronáutica junto aos bancos conveniados;

s) os controles internos administrativos de conciliação ou cotejamento entre os direitos e obrigações advindos dos atos administrativos e os descontos ou pagamentos efetuados ao pessoal do Comando da Aeronáutica;

t) o Desembaraço Alfandegário;

u) acordos de Offset e cartas de crédito;

v) os projetos de cooperação técnica com organismos internacionais e os projetos de financiamento ou doação de organismos multilaterais de crédito com qualquer órgão ou entidade no país;

w) os controles internos da gestão implantados (1ª e 2ª linhas de defesa);

x) os processos de gerenciamento de riscos corporativos.

1.10 SOBRE IRREGULARIDADES

O auditor, no decorrer de qualquer atividade, deve atentar para as transações ou situações que denotem indícios de irregularidades e, quando obtidas as evidências das mesmas, dar o devido tratamento, com vistas a permitir que os dirigentes possam adotar as providências corretivas pertinentes, de forma oportuna e tempestiva, conforme cada caso.

2 AUDITORIAS

2.1 CLASSIFICAÇÃO

Para elaboração e aplicação do planejamento, será considerada a seguinte classificação das auditorias.

2.1.1 AUDITORIA DE CONTAS

A Auditoria de Contas (ACO) é a ação de controle conduzida pelo órgão de controle interno sobre as peças produzidas pelas Unidades Prestadoras de Contas (UPC) cujos responsáveis terão as contas julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com vistas à verificação da conformidade e dos resultados da atuação da unidade no exercício a que se referem as contas (Decisão Normativa TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016).

2.1.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

A Auditoria de Avaliação da Gestão (AVG) tem por objetivo emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados, compreendendo, entre outros, os seguintes aspectos:

- a) o exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas;
- b) o exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos;
- c) a verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil;
- d) a verificação do cumprimento da legislação pertinente;
- e) a avaliação dos resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto à economicidade, eficiência e eficácia dos mesmos.

2.1.3 AUDITORIA ESPECIAL

A Auditoria Especial (AEs) tem por objetivo o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizada para atender determinação expressa de autoridade competente. Classifica-se nesse tipo de auditoria, trabalhos não inseridos em outras classes de atividades.

2.2 CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DO PAAIG

2.2.1 AUDITORIA DE CONTAS

Serão auditadas as Unidades Gestoras do COMAER, descritas no normativo específico citado em 4.1.1, como Unidades Prestadoras de Contas – UPC, cujos responsáveis terão suas contas julgadas pelo Tribunal de Contas da União. As UG que serão auditadas estão dispostas no Anexo ‘A’, em campo específico referente à Auditoria de Contas – ACO.

2.2.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

Em função do processo de racionalização da estrutura organizacional do COMAER, a Matriz de Risco elaborada para o PAAIG 2017 sofreu alterações, a fim de adequar seus critérios à nova realidade gerencial em execução no âmbito do COMAER.

Dessa maneira, a tabela de critérios e pesos até então utilizada para selecionar as Unidades Gestoras Executoras que seriam auditadas e incluídas no PAAIG do exercício seguinte foi modificada, a fim de que seus resultados demonstrassem as UG que deveriam ser auditadas dentro dos novos parâmetros em vigor no COMAER.

Consequentemente, serão objeto do planejamento das Auditorias de Avaliação da Gestão – AVG, as Unidades Gestoras apontadas pela Matriz de Risco elaborada pelo CENCIAR e relacionadas no Anexo ‘A’.

Em complemento à classificação da Matriz de Risco, as Unidades Gestoras serão auditadas também em acordo com os critérios a seguir:

a) que foram implantadas como Grupamentos de Apoio, centralizando as atividades administrativas de diversas UG apoiadas, com maior pontuação, obrigatoriamente até a 15ª colocada;

b) que não constaram nos PAAA2014, 2015 ou 2016;

c) isoladas territorialmente ou com atuação em área *sui generis*;

d) sediadas no exterior;

e) que tenham recebido Certificado de Irregularidade do TCU;

f) por determinação do Comandante da Aeronáutica, do Chefe do CENCIAR, ou por proposição dos órgãos do controle interno ou externo.

Para a proposição da quantidade de auditorias de avaliação da gestão a serem realizadas no ano de 2017, foram considerados o plano de férias, os feriados nacionais e regionais, principalmente o número de auditores e de semanas disponíveis para os trabalhos de campo, além de outras indisponibilidades, considerando as demais atividades que envolvem os mesmos auditores, tais como: palestras, aulas, seminários, reuniões de padronização, treinamento, atualização, representações e atendimento aos órgãos externos em auditorias e fiscalizações inopinadas, dentre outras.

Assim, as UG relacionadas no Anexo ‘A’ serão auditadas no exercício de 2017, em período previamente acordado entre o Vice-Chefe do CENCIAR e os Comandantes, Chefes, Diretores, e Prefeitos das UG, sendo considerado no planejamento os eventos de cunho oficial ou operacional previstos e conhecidos para as localidades ou outras atividades que poderiam afetar de alguma forma os trabalhos de campo na UG.

No período determinado, serão auditadas as UG relacionadas e poderão ser auditadas todas as suas UG Apoiadas, conforme publicação de Portaria no Boletim do Comando da Aeronáutica para cada auditoria.

Os períodos de auditoria serão informados aos Comandantes-Gerais e Diretores das ODGSA que tenham sua própria UG ou UG subordinadas listadas no PAAIG 2017, por intermédio de ofício específico.

2.2.3 AUDITORIA ESPECIAL

Será auditada a Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), considerando o disposto na Ata de Reunião entre a Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa) e o Centro de Controle Interno da Aeronáutica, realizada em 17 NOV 2016, especificamente quanto à verificação de contratos de fornecimento de bens ou de prestação de serviços firmados em, no mínimo, dois projetos conduzidos pela COPAC, de forma a subsidiar a Auditoria de Contas no Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER).

3 FISCALIZAÇÕES (FIS)

São as atividades realizadas ao longo dos processos de gestão, com o objetivo de se atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.

Neste contexto, serão auditadas as obras consideradas relevantes para o COMAER, estabelecidas pelo critério da criticidade e relevância, aquelas sob acompanhamento do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público e Polícia Federal, e obras que necessitem de um acompanhamento em caráter preventivo.

Será realizada fiscalização nas UG conforme disposto no Anexo 'A', em campo específico referente à Fiscalização – FIS.

4 ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO RELACIONADAS AO PAAIG

4.1 AUDITORIAS DE CONTAS

4.1.1 OBJETO – PROCESSO DE CONTAS ANUAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Avaliação dos resultados alcançados na gestão dos recursos alocados nas áreas de atuação do EMAER e da CFIAe, visando à apreciação dos relatórios de gestão e informações suplementares das contas do exercício de 2016, que serão apresentados em 2017 pelos dirigentes das unidades relacionadas no Anexo 'A'.

OBJETIVO. Avaliar os resultados quantitativos e qualitativos da gestão, no exercício de 2016, visando instruir, adequadamente, os processos de contas anuais dos órgãos envolvidos, segundo os parâmetros preestabelecidos pelo Tribunal de Contas da União, em especial, quanto à eficiência e à eficácia no cumprimento dos objetivos e das metas (físicas e financeiras), a fim de contribuir para o aperfeiçoamento do processo de planejamento estratégico, da execução e do controle sob suas responsabilidades.

ESCOPO. Colher informações relativas ao planejamento estratégico do Órgão, em especial, quanto às metas e aos objetivos traçados para o exercício de 2016 e às respectivas realizações, em função dos diversos tipos de recursos geridos (orçamentários, financeiros, humanos, tecnológicos, estruturais, organizacionais, dentre outros) conforme os conteúdos de referência previstos no Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 156, de 30 de novembro de 2016, bem como o acordado em reunião realizada entre o CENCIAR e a SecexDefesa, em 17 de novembro de 2016, registrado em Ata, enfatizando os seguintes aspectos:

a) verificação, por amostragem (testes substantivos), de contratos de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços conduzidos pela COPAC, considerando os critérios de relevância, materialidade, criticidade e oportunidade, para averiguação da entrega efetiva do objetivo, do atendimento de cláusulas contratuais (em especial, preço, prazo, escopo), e de eventuais inversões indevidas dos estágios de despesa (empenho, liquidação e pagamento);

b) verificação dos indicadores de eficácia da gestão, para confirmar se estão de fato associados aos produtos pretendidos e se correspondem ao *quantum* de produtos entregues;

c) análise da compatibilidade entre as informações contidas nos relatórios de gestão e as contidas nos sistemas informatizados da Administração Pública Federal, utilizados para o monitoramento e controle da gestão pública, fazendo constar do relatório de auditoria de gestão os dados que correspondam de fato à realidade;

d) verificação da existência de planejamentos estratégico, tático e operacional e sua vinculação com as competências legais das UJ, com os objetivos estratégicos da Aeronáutica e com a Estratégia Nacional de Defesa.

4.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

4.2.1 ÁREA DE DIREÇÃO, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

4.2.1.1 Objeto - Direção (Agente Diretor e Ordenador de Despesas)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Análise das três funções básicas de Governança, alinhadas às tarefas sugeridas pela ISO/IEC 38500:2008 (avaliar o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados atuais e futuros; direcionar e orientar a preparação, a articulação e

a coordenação de políticas e planos, assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos; e monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas) e dos princípios da boa governança: a legitimidade, a equidade, a responsabilidade, a eficiência, a probidade, a transparência e a *accountability* (prestações de contas); análise das providências de caráter administrativo adotadas pelo Agente Diretor acerca do planejamento, organização, direção e controle das atividades administrativas da OM, necessárias ao desempenho de suas atribuições legais e ao cumprimento de sua missão institucional, de acordo com a legislação vigente e as determinações emanadas das autoridades competentes; e análise da gestão das atividades, por parte do Ordenador de Despesas, relacionadas à administração orçamentária, financeira, contábil e patrimonial na UG.

OBJETIVO. Verificar as ações de Direção quanto à observação aos Princípios da Administração Pública que estão presentes no Artigo 37 da Constituição Federal Brasileira e, com relação à governança, verificar se: o propósito da Organização está focado em resultados; efetivamente, as funções e os papéis dos agentes públicos e gestores estão adequadamente definidos; as decisões são embasadas em informações de qualidade; existe gerenciamento de riscos; foi ou está sendo desenvolvida a capacidade e a eficácia do corpo diretivo da Organização; existe prestação de contas e se ela envolve, efetivamente, as partes interessadas; existe clareza acerca do propósito da Organização; a estrutura organizacional e as responsabilidades e atribuições da Alta Administração e dos gestores estão definidas e se elas são executadas; existe rigor e transparência sobre a forma como as decisões são tomadas; existem estruturas de aconselhamento, apoio e informação de boa qualidade; existe um sistema eficaz de gestão de risco em operação; os agentes e gestores possuem as habilidades, o conhecimento e a experiência necessária para um bom desempenho de suas atribuições; existe compreensão das relações formais e informais de prestação de contas; existem ações ativas e planejadas de responsabilização dos agentes; e, se estão sendo colocados em prática os valores organizacionais.

ESCOPO. Avaliar o Regulamento, Regimento Interno, Plano Diretor, Plano Setorial, Programa de Trabalho, diretrizes, normas, ordens, orientações e instruções emanadas com vista a boa execução dos serviços. Avaliar o mapeamento de processos de gestão e as análises de riscos administrativos. Com base nos pontos de auditoria registrados pelos auditores das áreas de Licitações e Contratos, Finanças e Pessoal e Bens Patrimoniais, avaliar as ações de direção cabíveis, emanadas do Agente Diretor e do Ordenador de Despesas.

4.2.1.2 Objeto - Controles Internos Administrativos (todos os profissionais da Organização)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA – Avaliação da adequação e da eficácia dos controles em resposta aos riscos dentro da supervisão, operação e sistemas de informação da Organização, em relação à confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais, eficiência e eficácia das operações e programas, salvaguarda dos ativos, e conformidade com Leis, regras, regulamentos, normas, políticas, procedimentos e contratos.

Análise dos elementos estruturantes do controle interno estabelecidos na base estrutural do COSO ICIF (Ambiente de controle; avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação; e atividades de monitoramento).

OBJETIVOS. Verificar se o Agente de Controle Interno está presente, atuando de forma preventiva, em todas as suas funções, administrativa, jurídica, orçamentária, contábil, financeira, patrimonial, de recursos humanos, dentre outras, na busca da realização dos objetivos a que se propõe. Avaliar os mecanismos de controle interno das Organizações,

por meio da atuação dos profissionais em todos os níveis, com o conhecimento da estruturação, rotinas e funcionamento desses controles, de modo a avaliar, com a devida segurança, a gestão examinada. Esses mecanismos compreendem o conjunto de atividades, planos, rotinas, métodos e procedimentos interligados, estabelecidos com vistas a assegurar que os objetivos das Organizações sejam alcançados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público. Verificar se o objetivo geral dos controles internos administrativos, que é o de evitar a ocorrência de impropriedades e irregularidades, está atingindo os objetivos estratégicos da Organização, por meio dos princípios e instrumentos próprios, destacando-se entre os objetivos específicos, a serem verificados, os seguintes: observação às normas legais, instruções normativas, estatutos e regimentos; exatidão, confiabilidade, integridade e oportunidade das informações contábeis, financeiras, administrativas e operacionais; não cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes; a existência de informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo ou operacional, sobre os resultados e efeitos atingidos; a salvaguarda dos ativos financeiros e físicos quanto à sua boa e regular utilização e a garantia da legitimidade do passivo; a implementação de programas, projetos, atividades, sistemas e operações, que visem à eficácia, eficiência e economicidade na utilização dos recursos; e a aderência das atividades às diretrizes, planos, normas e procedimentos da unidade ou entidade.

ESCOPO. Avaliar o mapeamento dos processos de gestão e a eficácia do sistema de controle interno no nível institucional e setorial, considerando os princípios e componentes relevantes. Adicionalmente, com base nos pontos de auditoria registrados pelos auditores das áreas de Licitações e Contratos, de Finanças e Pessoal e de Bens Patrimoniais, verificar a fragilidade e a necessidade de instituir novos controles internos. Avaliar a integridade e a confiabilidade das Prestações de Contas Mensais.

4.2.1.3 Objeto – Gestão de Riscos Corporativos (todos os profissionais da Organização)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA – Processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer uma razoável certeza em relação ao cumprimento dos objetivos da Organização. A atividade de auditoria reúne informações para apoiar essa avaliação através de múltiplos trabalhos, proporcionando uma compreensão dos processos de gerenciamento de riscos das Organizações e sua eficácia.

Análise dos elementos estruturantes do controle interno estabelecidos na base estrutural do COSO II ERM (ambiente de controle; fixação de objetivos; identificação de eventos; avaliação e gerenciamento dos riscos; resposta ao risco; atividade de controle; informação e comunicação e monitoramento).

OBJETIVOS. Determinar se os processos de gerenciamento de riscos são eficazes, de acordo com a avaliação do auditor quanto a verificar se: os objetivos da Organização dão suporte e estão alinhados com a missão da Organização, os riscos significativos são identificados e avaliados, respostas apropriadas aos riscos são selecionadas de forma a alinhar os riscos com o apetite a risco da Organização, e informações de riscos relevantes são capturadas e comunicadas de forma oportuna através da Organização, permitindo que todos os profissionais cumpram com suas responsabilidades.

ESCOPO. A atividade de auditoria interna deverá:

a) Avaliar as exposições a riscos relacionados à governança, às operações e aos sistemas de informação da Organização, em relação ao alcance dos objetivos estratégicos da Organização, à confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais, à

eficácia e eficiência das operações e programas, à salvaguarda dos ativos, e à conformidade com Leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos;

b) Avaliar o potencial de ocorrência de fraude e como a Organização gerencia o risco de fraude;

c) Auxiliar os Agentes Diretores no estabelecimento ou na melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, abstendo-se de assumir qualquer responsabilidade da Administração da UG de efetivamente gerenciar os riscos.

Adicionalmente, com base nos pontos de auditoria registrados pelos auditores das áreas de Licitações e Contratos, de Finanças e Pessoal e de Bens Patrimoniais, verificar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos dentro da Organização.

4.2.2 ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.2.2.1 Objeto – Gestão de Suprimentos, Bens e Serviços

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Análise de licitações e de seus respectivos contratos.

OBJETIVO. Verificar a legalidade, a legitimidade e a economicidade das aquisições e contratações públicas mediante licitação e seus respectivos contratos administrativos.

ESCOPO. Examinar os processos de aquisição e contratação conforme os tipos e modalidades de licitação, bem como seus respectivos contratos e termos aditivos, quanto à formalização legal e à fiscalização de sua execução (com inspeção física do objeto contratado, se for o caso).

4.2.2.2 Objeto – Gestão Orçamentária

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Acompanhamento da execução orçamentária.

OBJETIVOS. Avaliar a gestão orçamentária quanto à legalidade e à legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência, bem como as metas, os indicadores e os Restos a Pagar.

ESCOPO. Avaliar as atividades de gestão orçamentária, de acordo com a legislação vigente.

4.2.2.3 Objeto - Convênios e Instrumentos Congêneres

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Analisar os processos de concessão, de fiscalização e de prestação de contas de recursos transferidos voluntariamente pelas UG do COMAER, mediante a celebração de convênios e instrumentos congêneres com as entidades da Administração Pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, bem como com as entidades privadas, para os convênios de despesa e de receita.

OBJETIVO. Avaliar a execução dos convênios e dos instrumentos congêneres quanto à legalidade e à legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão financeira, por meio de suas respectivas prestações de contas, com base em seus prazos, metas e indicadores.

ESCOPO. Examinar os processos de fiscalização e de acompanhamento de convênios e dos instrumentos congêneres, nos seus termos aditivos e/ou alterações, quanto à formalização legal, a sua execução (com inspeção física do objeto conveniado ou programado, se for o caso), e à integridade e à confiabilidade de suas prestações de contas, em conformidade com o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.

4.2.3 ÁREA DE FINANÇAS E PESSOAL

4.2.3.1 Objeto - Gestão Financeira

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Análise das inclusões, exclusões e alterações de natureza financeira, com efeito nas folhas de pagamento de pessoal, dos pagamentos a fornecedores e respectivas retenções tributárias, e das consistências dos registros no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), das receitas diretamente arrecadadas, do controle de garantias, das cartas de crédito, dos financiamentos e operações de câmbio, das operações no mercado de capitais.

OBJETIVO. Verificar a legalidade e a legitimidade dos atos de processamento da folha de pagamento de pessoal, pagamentos a fornecedores e das receitas diretamente arrecadadas.

ESCOPO. Exame da documentação comprobatória que deu origem aos pagamentos realizados com recursos orçamentários, assim como de suas respectivas retenções tributárias previstas, e exame da documentação comprobatória das receitas diretamente arrecadadas.

4.2.3.2 Objeto - Gestão de Pessoal

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Análise dos atos que gerem, modifiquem ou extingam direitos financeiros de pessoal, bem como das legislações no âmbito do Sistema de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica (SISPAGAER).

OBJETIVO. Verificar a legalidade, a legitimidade, a eficácia, a eficiência e a economicidade dos atos que dão origem aos direitos e aos descontos lançados nas folhas de pagamento de pessoal civil, inclusive os temporários e pensionistas de civis, militares e pensionistas de militares, propondo melhorias sempre que necessário.

ESCOPO. Exame da documentação comprobatória que deu origem aos pagamentos das diversas rubricas que compõem as folhas de pagamento como, por exemplo: auxílio pré-escolar; auxílio-transporte; compensação orgânica; auxílio-alimentação, ajudas de custo e outros.

4.2.4 ÁREA DE CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS

4.2.4.1 Objeto - Gestão Patrimonial

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Examinar os controles administrativos e contábeis, a situação e condições gerais dos bens e da documentação, bem como a verificação física e a localização dos bens móveis e imóveis de propriedade do União, sob responsabilidade dos Agentes da Administração do COMAER

OBJETIVO. Verificar a observância às normas e aos procedimentos específicos, emanados das autoridades competentes, concernentes à classificação, uso, conservação, movimentação, guarda e segurança dos referidos bens, no âmbito do COMAER ou onde bens de sua propriedade estejam localizados.

ESCOPO. Pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade, examinar os bens que compõem o patrimônio das UG, bem como os atos e fatos administrativos e contábeis decorrentes da gestão desses bens.

4.3 FISCALIZAÇÃO

4.3.1 OBJETO – OBRAS EM ANDAMENTO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA. Avaliar os resultados alcançados na gestão dos recursos alocados para as obras, bem como todos os procedimentos relacionados ao planejamento, elaboração dos projetos e seus anexos, licenças prévias, impactos de toda ordem, licitações, contratos, materiais empregados, técnicas e métodos de execução, medições, ensaios e testes, fiscalização e acompanhamento e todos os processos relacionados a execução das obras.

OBJETIVO. Avaliar os resultados quantitativos e qualitativos da gestão das obras.

ESCOPO. Verificar, na execução das obras, se correspondem às especificações estabelecidas, se atendem às necessidades para as quais foram planejadas, se guardam coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle administrativo são eficientes.

5 PRAZOS DE AUDITORIA

5.1 AUDITORIA DE CONTAS

Neste caso específico, a auditoria será realizada com o objetivo de avaliar a gestão sob a ótica do processo de contas, tratada por normativos do Tribunal de Contas da União.

O prazo para o trabalho de auditoria será contado da seguinte forma:

- a) trinta dias para a planejamento;
- b) de cinco a vinte dias úteis para a execução dos exames *in loco*;
- c) sessenta dias corridos para apresentação do Relatório de Auditoria, a contar do primeiro dia útil após o término da missão.

5.2 AUDITORIA DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

O prazo para o trabalho de auditoria será contado da seguinte forma:

- a) trinta dias para o planejamento;
- b) cinco dias úteis para a execução dos exames *in loco*;
- c) sessenta dias corridos para apresentação do relatório, a contar do primeiro dia útil após o término da missão.

As Auditorias de Avaliação da Gestão serão realizadas com a quantidade de auditores julgada necessária, levando em consideração a matriz de risco elaborada pela equipe de auditores para a auditoria em determinada UG, podendo ser reavaliadas as prioridades de acordo com as suas especificidades.

Nos casos das UG apoiadoras, devem ser consideradas as áreas de gestão das Unidades apoiadas e o período de trabalho poderá ser estendido ou encurtado, em função da complexidade dos exames e dos recursos disponíveis para executá-la, principalmente, nas grandes Unidades Centralizadoras.

5.3 OUTRAS AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES

O tempo de trabalho a ser investido nas demais auditorias deverá ser calculado em função do tema, do objetivo ou do escopo a ser apontado pela autoridade interessada.

Assim, tanto o planejamento como a programação deverão ser detalhados de forma a possibilitar a medição do esforço dispendido ao longo de toda a execução.

Os períodos de trabalho para as auditorias especiais e fiscalizações poderão ser estendidos ou encurtados, em função da complexidade dos exames e dos recursos disponíveis para executá-las.

6 RECURSOS

6.1 HUMANOS

As auditorias e fiscalizações no COMAER poderão ser executadas de forma direta e centralizada, descentralizada ou integrada. As Equipes de Auditoria serão compostas, preferencialmente, por Oficiais e Servidores de nível de assessoramento superior do efetivo do CENCIAR, com treinamento específico na área de auditoria, de acordo com o grau de complexidade e risco de cada UG ou processo auditado, caso a caso.

Excepcionalmente, poderão ser convidados outros Oficiais e Servidores do efetivo das demais Organizações do COMAER, mesmo sem treinamento na área de auditoria, mas que possuam conhecimento e experiência na área a ser auditada, para atuarem como consultores.

O Elemento de Apoio Técnico à Equipe de Auditoria será Graduado ou Servidor assemelhado do efetivo do CENCIAR.

As orientações gerais, com relação à escala e à composição das equipes de auditoria e de fiscalização deverão seguir o disposto na ICA 174-5, de 2015 – Equipes de Auditoria e de Fiscalização e na NPA nº 19-28/CENCIAR-1, de 2016.

6.2 FINANCEIROS

Os deslocamentos dos auditores para as sedes das UG no território nacional e no exterior serão feitos mediante a aquisição de passagens aéreas, com exceção daquelas não abrangidas pela aviação comercial, sendo o transporte realizado por outros meios.

Nas auditorias a serem realizadas nas UG no Exterior, as despesas com diárias e com a aquisição de passagens aéreas serão custeadas com os recursos orçamentários alocados no Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX).

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 VIGÊNCIA

A presente instrução entra em vigor na data de sua publicação.

7.2 ATUALIZAÇÃO

A atualização da presente instrução é da responsabilidade da Vice-Chefia do CENCIAR, em coordenação com a Divisão de Auditoria (CENCIAR-1) e com a Divisão de Fiscalização (CENCIAR-5).

7.3 CASOS NÃO PREVISTOS

Os casos não previstos neste Plano serão submetidos ao Chefe do CENCIAR.

REFERÊNCIAS

Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. **Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015**. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), os trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de auditoria interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_24_2015.pdf> Acesso em: 12 dezembro 2016.

Controladoria-Geral da União. **Instrução Normativa SFC nº 01, de 6 de abril de 2001**. Define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in-01-06042001.pdf>> Acesso em: 12 dezembro 2016.

Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa - TCU 156, de 30 de novembro de 2016**. Dispõe sobre a relação das unidades prestadoras de contas cujos responsáveis terão as contas de 2016 julgadas pelo Tribunal e especifica a forma, os prazos e os conteúdos para a elaboração das peças de responsabilidade dos órgãos de controle interno e das instâncias supervisoras que comporão os processos de contas, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa - TCU 63/2010.

COSO – Controle Interno – Estrutura Integrada, emitido pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), de maio de 2013. Modelo conceitual para o sistema de controle interno. Disponível em: <http://www.iiabrasil.org.br/new/2013/downs/coso/COSO_ICIF_2013_Sumario_Executivo.pdf> Acesso em: 12 dezembro 2016.

COSO – Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada, emitido pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), 2007. Modelo conceitual para o sistema de controle interno. Disponível em: <http://www.coso.org/documents/COSO_ERM_ExecutiveSummary_Portuguese.pdf> Acesso em: 12 dezembro 2016.

IIA Brasil. Instituto dos Auditores Internos do Brasil. **Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) – Guia Prático Avaliando a Adequação do Gerenciamento de Riscos Usando a ISO 31000, 2010**. Disponível em: <http://www.iiabrasil.org.br/new/2013/downs/guia_pratico/Avaliando_a_adequacao_do_gerenciamiento_de_riscos_usando_a_ISO31000.pdf>. Acesso em: 12 dezembro 2016.

Anexo A - UG a serem auditadas e fiscalizadas em 2017

QTD	AUD/FIS	OM	OM APOIADAS	PONTUAÇÃO	SUBORDINAÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
1	ACO	EMAER	EMAER	NA	NA	5 A 16/JUN
2	ACO	CFIAe	CFIAe	NA	NA	17 A 21/JUN
3	FIS	CO DCTA	CO-DCTA	NA	DCTA	20 A 24/FEV
4	FIS	CIAAR	CIAAR	NA	GAPCEA	13 A 17/MAR 24 A 28/JUL 6 A 10/NOV
5	AEs	COPAC	COPAC	NA	DCTA	27/MAR A 26/MAIO
6	AVG	GAP RJ	III COMAR PAME RJ HCA GAP RJ PIPAR DIRAP DIRINT DIRINT/SDEE DIRINT/SDIP DIRINT/SDPP DIRSA II FAE INCAER IPA OASD SEGECAE DIRSA/SARAM	45	COMGAR	26 A 30/JUN
7	AVG	GAP SP	IV COMAR NUHFASP BASP PASP CELOG DIRINT/SDAB SRPVSP PAMASP CECAT ILA BAST SERIPA IV GAP-SP	37	COMGAR	25 A 29/SET
8	AVG	GAP DF	BABR CINDACTA I VI COMAR HFAB CENIPA COMDABRA COMGAR CPBV PABR SERIPA VI GAP-DF	37	COMGAR	6 A 10/MAR

Continuação do Anexo A - UG a serem auditadas e fiscalizadas em 2017

QTD	AUD/FIS	OM	OM APOIADAS	PONTUAÇÃO	SUBORDINAÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
9	AVG	GAP RF	BARF HARF CINDACTA III II COMAR OARF PARF SERIPA II GAP-RF	35	COMGAR	5 A 9/JUN
10	AVG	GAP AF	BAAF BASC DCI HAAF PAAF UNIFA CDA CENDOC CIEAR EAOAR ECEMAR V FAE IMAE MUSAL NUPAMA AF GAP AF	31	COMGAR	3 A 7/ABR
11	AVG	GAP BR	CCA BR CENCIAR CIAER COMGEP COPAC CPO DEPENS EMAER OABR SEFA GAP-BR	30	COMGAR	20 A 24/MAR
12	AVG	GAP CEA	DECEA CISCEA ICEA	30	COMGAR	16 A 20/OUT
13	AVG	GAP SJ	CCA SJ CO-DCTA CPORSJ DCTA IAE IEAV IFI IPEV ITA NUIAOP PASJ ICEA GAP-SJ	30	COMGAR	14 A 18/AGO

Continuação do Anexo A - UG a serem auditadas e fiscalizadas em 2017

QTD	AUD/FIS	OM	OM APOIADAS	PONTUAÇÃO	SUBORDINAÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
14	AVG	GAP MN	CINDACTA IV BAMN VII COMAR HAMN PAMN SERIPA VII GAP-MN	27	COMGAR	11 A 15/SET
15	AVG	GAP BE	BABE I COMAR COMARA HABE SERIPA I PABE GAP-BE	27	COMGAR	18 A 22/SET
16	AVG	GAP NT	CLBI BANT I FAE PANT GAP-NT	27	COMGAR	19 A 23/JUN
17	AVG	DIRAD	SDPP SDAB SDEE	25	COMGAP	2 A 6/OUT
18	AVG	GAL	GAL	25	COMGAP	31/JUL A 4/AGO
19	AVG	GAP LS	CIAAR PAMALS GAP-LS	21	COMGAR	22 A 26/MAIO
20	AVG	GAP AN	BAAN GAP-AN	21	COMGAR	24 A 28/ABR
21	AVG	GAPS	GAPS	21	COMGAP	15 A 19/MAIO
22	AVG	GAP GL	CTLA PAMAGL GAL BAGL CGABEG HFAG LAQFA GAPS CCA RJ COMGAP DIRENG DIRMAB DTI PAMB RJ III FAE SERIPA III PAGL CEMAL GAP-GL	16	COMGAR	8 A 12/MAIO

Continuação do Anexo A - UG a serem auditadas e fiscalizadas em 2017

QTD	AUD/FIS	OM	OM APOIADAS	PONTUAÇÃO	SUBORDINAÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
23	AVG	CABW	CABW	15	COMGAP	29/MAIO A 2/JUN
24	AVG	CELOG	CELOG	11	COMGAP	7 A 11/AGO
25	AVG	CABE	CABE	10	COMGAP	28/AGO A 1/SET

Legenda:

ACO – Auditoria de Contas

AEs – Auditoria Especial

AVG – Auditoria de Avaliação da Gestão

FIS – Fiscalização

NA – Não Aplicável

ÍNDICE**A**

accountability, 12, 24
aspectos, 15, 19, 23
atos, 14, 15, 17, 19, 22, 26, 27, 28
auditor, 14, 15, 18, 25
auditoria, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 23, 24,
25, 26, 29, 30, 32
auditoria interna, 7, 11, 12, 25, 32
Auditoria Interna, 5, 7, 14, 15, 32
avaliar, 11, 12, 15, 23, 24, 25, 29

C

classificação, 19, 20, 28
conformidade, 11, 19, 24, 26, 27
criticidade, 7, 13, 16, 22, 23, 28

E

ERM, 12, 13, 25, 32

F

fiscalização, 7, 11, 13, 16, 17, 22, 23, 26, 27,
28, 30

I

identificar, 13, 25

M

materialidade, 7, 13, 15, 16, 23, 28
matriz de riscos, 7, 13
missão, 7, 11, 12, 22, 24, 25, 29

N

normativo, 19

O

orientação normativa, 7

P

PAAIG, 1, 3, 5, 7, 15, 19, 20, 23
Princípios, 13, 24
providências, 18, 24, 32

R

relevância, 7, 14, 16, 22, 23, 28
resultados, 7, 15, 19, 20, 23, 25, 26, 28
riscos, 11, 12, 13, 17, 23, 24, 25, 26, 32

S

Sistema, 5, 7, 15, 27, 32
supervisão técnica, 7